

AVEIRO E O SEU DISTRITO



OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

DIRECÇÃO
EDICÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA



Assinatura anual 20\$00

Número avulso 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

AL FIRO
DISTRICTO

OFFICINA
DE LA BIBLIOTECA

bibRIA

Página Heráldica



As armas de S. João da Madeira, partidas em pala com chefe, representam o que era esta terra ao conquistar os seus foros de vila: uma povoação industrial e agrícola, animada pelo espírito fecundo do trabalho.

Donde os três elementos do escudo:

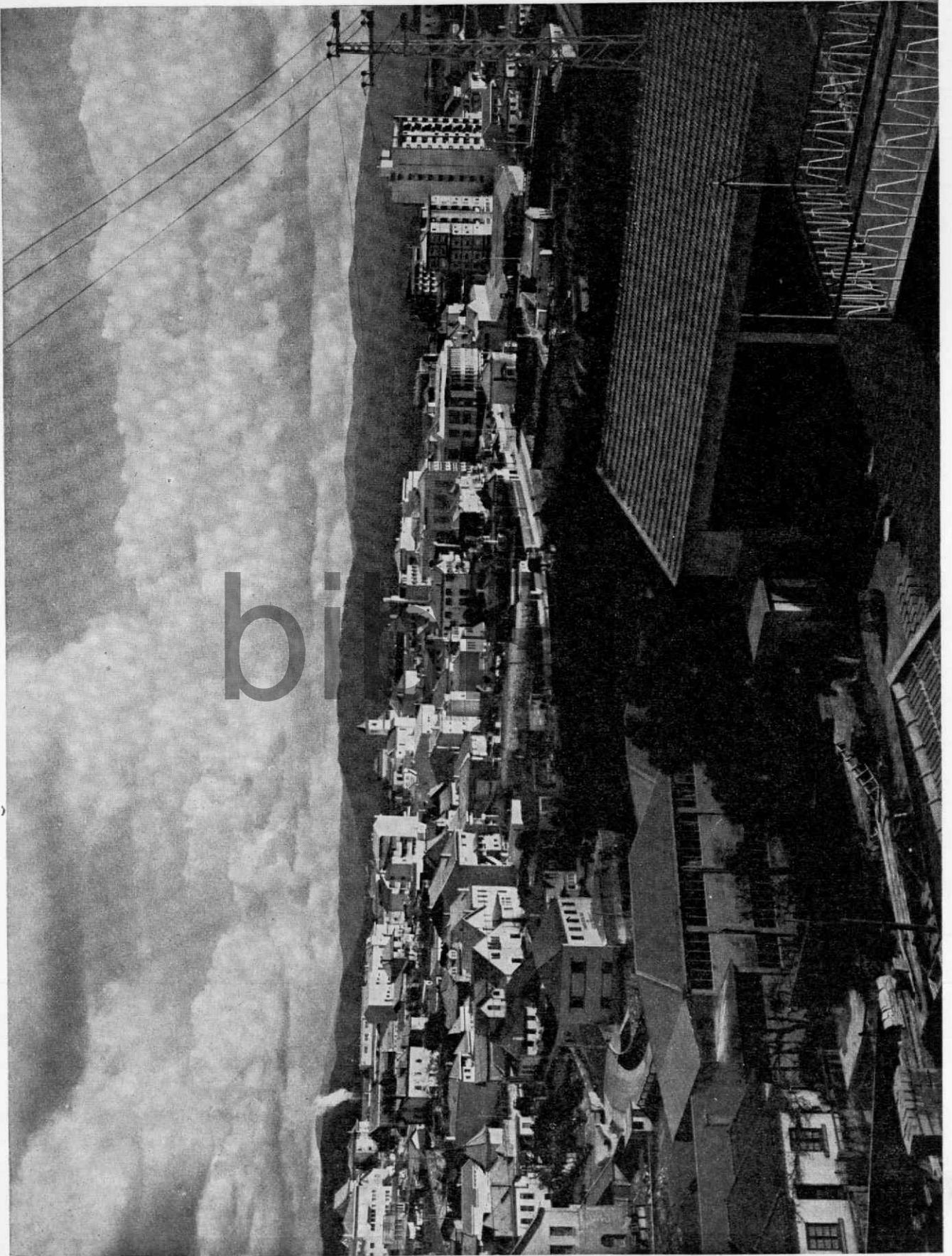
Na pala direita a fábrica que representa a indústria; na pala esquerda a paveia de trigo, emblema da agricultura; e no chefe, figura heráldica de primeira ordem, sobressai a legenda Labor, como encarnação flagrante do espírito sanjoanense.

A distribuição dos metais e cores tem a significação seguinte:

A paveia de ouro em campo verde simboliza a riqueza e a confiança; a fábrica vermelha em fundo de prata indica o ânimo industrioso e empreendedor, fundado na lealdade; e a legenda Labor, em ouro sobre negro, manifesta o amor do trabalho até ao extremo sacrifício.



bibRIA



VISTA DE S. JOAO DA MADEIRA

HINO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Com Grandiosidade mf São Jo-

ão é um po-vo que encer-ra as vir-tu-des bendi-tas do lar Crê em Deus, no tra-ba-lho e na

ter-ra, sa-bê-a-mar e so-frer e can-tar Ar-do-ro-so nas lu-tas da vi-da o pro-

gres-so constan-te mantem; fron-te no-bre não fo-ge da li-da-bras

S. João é um povo que encerra
As virtudes benditas do lar;
Crê em Deus, no Trabalho e na Terra,
Sabe amar e sofrer e cantar.
Ardoroso nas lutas da vida,
O Progresso constante mantém;
fronte nobre — não foge da lida,
Braços rijos — não cede a ninguém.

Sentido, clarins!
Nos nossos confins
A Pátria trabalha,
Portugal batalha!
Sentido, clarins!
Soai sem parar
Nos nossos confins:
Labor! Trabalhar!
Avante! Marchar!

Arde em nós, bem no fundo, serena,
Como chama de amor que reluz,
A paixão pelo pobre que pena,
Sem lareira, sem pão e sem luz.
Como gotas humildes de orvalho
Que fecundam a flor, S. João
Sabe unir Caridade ao Trabalho,
Ao Trabalho enlaçar a Instrução.

ri-jos não ce-de a nin-guém Sen-ti-do, cla-rins! nos nos-sos con-

fins a Pá-tria tra-ba-lha Por-tu-gal ba-ta-lha Sen-

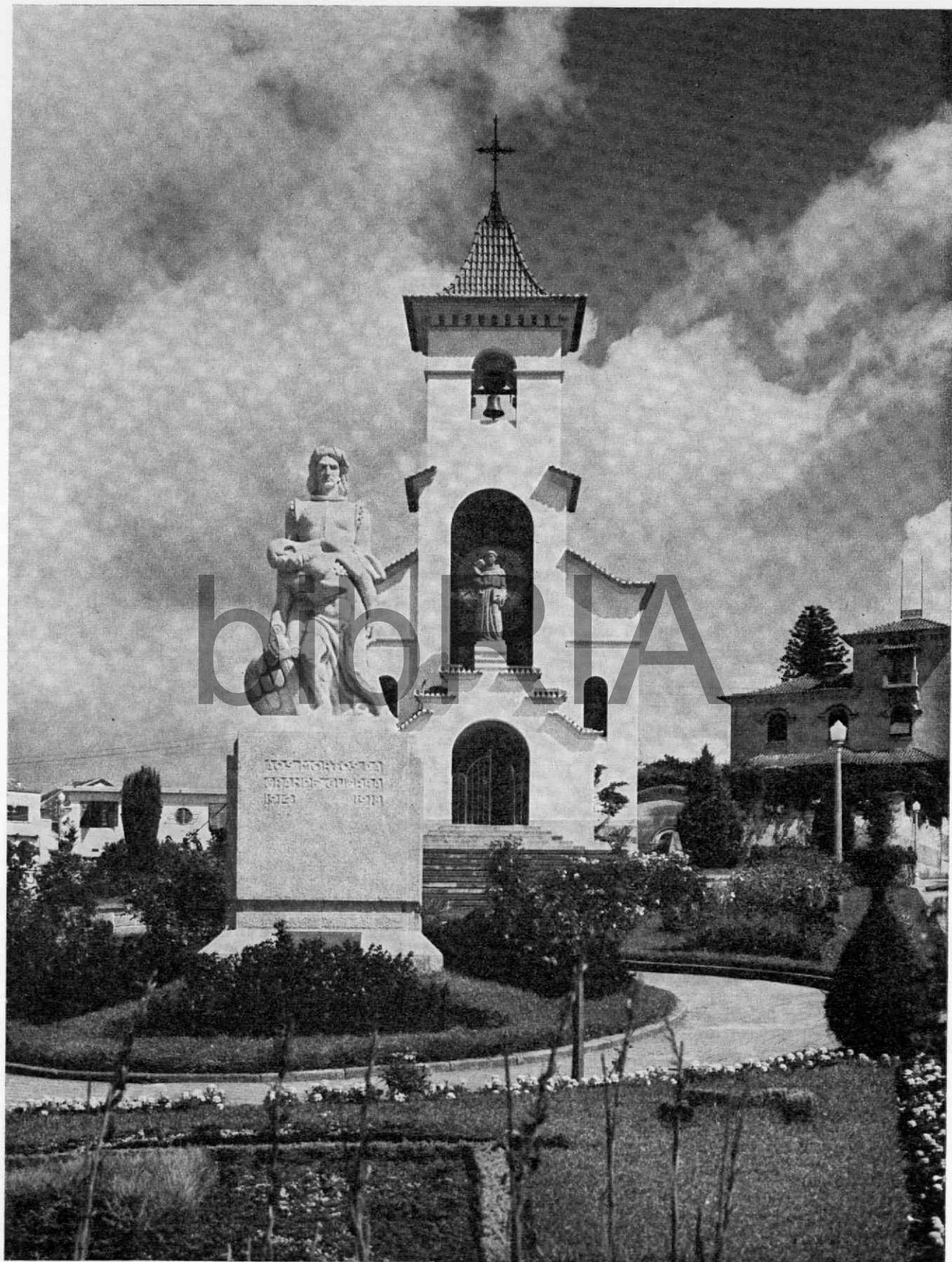
ti-do, cla-rins so-ai sem pa-rar nos nos-sos con-

fins La-bor tra-ba-lhar A-van-te! mar-char!

Sentido, clarins!
 Nos nossos confins
 A Pátria trabalha,
 Portugal batalha!
 Avante! Quem vem?
 Riqueza e vigor!
 Amparos de pai,
 Ternuras de mãe,
 Sorrisos de amor.

A energia da raça é tão grande,
 Que sentindo-a nas almas de escol,
 S. João da Madeira se expande,
 Como jovem à face do sol.
 O seu nome tem asas e voa,
 Desde a fábrica ao campo até ir
 Relembrar muito longe, em Lisboa,
 Que a Província renasce ao Porvir.

Sentido clarins!
 Nos nossos confins
 A Pátria trabalha,
 Portugal batalha!
 Sentido, clarins!
 Soai sem parar
 Nos nossos confins:
 Labor! Trabalhar!
 Avante! Marchar!



S. João da Madeira — Monumento aos Mortos da Grande Guerra e capela de Santo António

Brasão de S. João da Madeira

Por Manuel Luís Leite Júnior

Como todas as cidades e vilas de Portugal possuem os seus brasões nos quais figuram os símbolos e legendas daquilo que as enobrece, a primeira Câmara Municipal de S. João da Madeira entendeu, e muito bem, criar o brasão do seu concelho, incumbindo de tão delicada tarefa o grande sanjoanense Rev. Dr. Serafim Leite, glória desta terra.

Perante a feliz e acertada concepção do Brasão, «O Regional» de 1 de Janeiro de 1928 referiu-se àquele insigne historiador, filho nato de S. João da Madeira, dizendo:

«Graças à sua comprovada ilustração, a escolha que dele fizera a Câmara Municipal para o estudo do nosso brasão de armas fora acertadíssima. Na sua elaboração o Rev. Dr. Serafim Leite empenhara todo o seu talento, todo o carinho de verdadeiro sanjoanense.

S. João da Madeira não conta nas tradições do seu passado feitos gloriosos que lhe dêem um lugar de destaque na história do povo lusitano, mas encerra uma alta virtude, que é toda a sua honra, toda a sua nobreza, — é o seu espírito laborioso, força impulsora de todo o seu progresso. Este espírito laborioso, empreendedor e fecundo, característica primacial do povo sanjoanense, o Rev. Dr. Serafim Leite tomou-o para no escudo simbolizar como a virtude que mais tem distinguido e enobrecido S. João da Madeira. É pelo espírito fecundo do trabalho que a nossa terra, efectivamente, tem desenvolvido a sua indústria e a sua agricultura erguendo-se ao nível das terras mais progressivas e florescentes do país. Desta sorte, conquista por virtude própria o lugar que lhe compete no concerto harmonioso dos povos que contribuem pelo seu esforço para o fomento da riqueza nacional.»

A tradução, por palavras, das peças que compõem o brasão — refere o mesmo jornal — é-nos dada, sóbria e concisamente, pelo seu ilustre autor:

«As armas de S. João da Madeira, partidas em pala com chefe, representam o que era a nossa terra ao conquistar os seus foros de vila: uma povoação industrial e agrícola, animada pelo espírito fecundo do trabalho. Donde os três elementos do escudo: Na pala direita a fábrica representa a indústria; na pala esquerda a paveia de trigo, emblema da agricultura; e no chefe, figura heráldica de primeira ordem, sobressai a legenda LABOR, como encarnação flagrante do espírito Sanjoanense. A distribuição dos metais e cores tem a significação seguinte: a paveia de ouro em campo verde simboliza a riqueza e a confiança; a fábrica vermelha em fundo de prata indica o ânimo industrioso e empreendedor, fundado na lealdade; e a legenda LABOR em ouro sobre negro, manifesta o amor do trabalho até ao extremo sacrifício.»

Não obstante, o Brasão não foi ainda aprovado pela Secção Heráldica da Associação dos Arqueólogos; todavia, ninguém pode negar, com conhecimento de causa, que ele não seja, na expressão das suas peças, o legítimo símbolo do valor moral e espiritual do povo desta terra que nele evidencia, com notável exactidão, o que vale e o que é S. João da Madeira.

HINO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Elaborado o Brasão, era mister que S. João da Madeira tivesse também o seu Hino.

«O Regional» — o mesmo de 1 de Janeiro de 1928 — ao ocupar-se publicamente do facto que encheu de júbilo o povo desta terra, disse:

«Mas a nossa Câmara não se preocupou só com o brasão de armas da nossa vila, onde graficamente estivessem representadas as altas virtudes, a grandeza moral da nossa terra; quis ainda, num impulso de elevado patriotismo que essas virtudes, essa grandeza moral

fossem cantadas pelo nosso povo num hino grandioso, cujos sons melodiosos imprimissem bem fundo na sua alma o amor à sua terra, o amor ao trabalho, que tanto nos engrandece e nobilita. E o hino fez-se. A música, obra de um profissional competente, o insigne maestro Tomás de Lima, de Lisboa, é um primor de melodia, dum sabor vagneriano, lembrando o hino triunfal de Lohengrin. Ao ouvi-lo, acompanhado dos sons musicais, cantado pela nossa mocidade esperançosa, todo o povo sanjoanense sentirá emocionar-se-lhe a alma vibrando de santa alegria, ganhando coragem para as lutas da vida, para as lutas do trabalho.»

Aludindo à letra do Hino, cujo autor foi, também, o Rev.º Dr. Serafim Leite, o mesmo «Regional» disse:

«A letra do hino que **O Regional** também hoje reproduz com a respectiva música é ainda, como não podia deixar de ser, da autoria do nosso ilustre homenageado, Rev. Dr. Serafim Leite que, para maior relevo das suas faculdades intelectuais, alia aos dotes de um prosador elegante, os méritos de um poeta distinto. Hino encantador, espelho das virtudes dum povo laborioso e caritativo, nele se reflectem, num misto de sentimento e energia, as aspirações da alma sanjoanense, as suas virtudes características — actividade, amor pelas obras de beneficência, instrução e a sua fé inabalável nos próprios destinos, pairando em tudo e acima de tudo esse espírito do trabalho.»

O aparecimento do Brasão e do Hino por imperativo do concelho que nascia, foi festejado na imprensa local com o natural e justo entusiasmo de quem bem soube interpretar nessa hora de contentamento o sentir unânime dos sanjoanenses.

*

A música e a letra do Hino de S. João da Madeira enchem de vibração amorosa e bairrista a alma do povo desta terra. Sanjoanenses e sanjoanistas não esquecem, antes procuram pôr em prática, o edificante sentido das suas estrofes, enobrecendo assim com o seu esforço ingente e constante a terra que amam e engrandecem. E assim é que se canta:

S. João é um povo que encerra
As virtudes bem-ditas do lar;
Crê em Deus, no Trabalho e na Terra,
Sabe amar e sofrer e cantar.

Este povo que é servido na sua vida religiosa por um pároco, um coadjutor, dois capelães e outros sacer-

dotes; que possui uma igreja matriz, três capelas públicas e duas privativas, onde se celebram, aos domingos, doze missas; que realiza anualmente diversas festividades religiosas — este povo diz bem da sua crença em Deus expressa nas estrofes do seu Hino.

Povo activo até ao sacrifício, dando-se ao trabalho com afinco que o dignifica, o seu Hino retrata admiravelmente a sua vida intensa e laboriosa nesta quadra de sabor heróico:

Ardoroso nas lutas da vida
O progresso constante mantém;
Fronte nobre — não foge da lida,
Braços rijos — não cede a ninguém.

É que as suas fábricas e oficinas, sem falar nos estabelecimentos comerciais que estão a ser numerosos, a crescer e a multiplicar-se, atestam a veracidade do valor industrial da nossa terra, que produz muitos e variados artigos, a saber: máquinas de costura, tubos de ferro galvanizado, fundição de ferro, artefactos de borracha, chapéus de pêlo, de lã, de palha e de pano, calçado de sola e de lona e borracha, corte e preparação de pêlo para chapéus e lanifícios, colas e gelatinas, guarda-sóis, bonés, boinas, velas de cera e de estearina, camisas, lápis e canetas, colchões de arame, mobiliário de praias, campo e termas, refrigerantes, vassouras, tecelagem, botões, serração de madeiras, carpintarias mecânicas, serralharias, padarias, tipografias, urnas funerárias, etc., etc.

O Hino é, ainda, grito vibrante de amor pelo próximo, porquanto:

Arde em nós, bem no fundo, serena,
Como chama de amor que reluz,
A paixão pelo pobre que pena,
Sem lareira, sem pão e sem luz.

A generosidade dos sanjoanenses, posta em evidência no seu Hino, tem na prática a confirmação dos seus sentimentos humanos e caritativos pelo muito que se faz e pelo muito que se dá.

A Comissão Municipal de Assistência, com o auxílio da população, acabou com a mendicidade nas ruas. O Património dos Pobres está a avolumar-se com a construção de casas para os que estão necessitados delas. Os bairros da Misericórdia e de José António das Neves, também para pobres, são uma realidade. As cantinas escolares, lembram perpetuamente os seus beneméritos fundadores. A Creche Albino Dias Fontes Garcia, pletórica de crianças, é uma das mais belas instituições desta terra. A Corporação dos Bombeiros, vai crescendo em eficiência de material e de homens. A Conferência de S. Vicente de Paulo e a

Pia União, exercem a sua acção a flux. E a coroar tudo isto, a Santa Casa da Misericórdia com as suas dependências assistenciais—o hospital (extremamente insuficiente para uma terra como S. João da Madeira), o abrigo infantil e o asilo de velhos. Uma difusão, ampla e variada, do amor cristão e caritativo nas mais belas formas do sentir do povo sanjoanense para com os seus irmãos carecidos de auxílios.

Mas...

...mas nem só trabalho, nem só religião, nem só caridade. Também instrução e cultura, é do seu Hino:

.....S. João

Sabe unir Caridade ao Trabalho,
Ao Trabalho enlaçar a Instrução.

Com efeitos as actividades culturais e artísticas o confirmam. É o Colégio Castilho dum grande alcance não só para esta terra, como para a região. É a Escola Industrial, que sendo de recente data, é já insuficiente para a frequência que tem. É a Biblioteca Municipal Dr. Renato Araújo. São as escolas primárias em seis edifícios, com 18 salas, e muitos professores em desdobramento de ensino. É a banda de música, com mais de um século de existência. É a Delegação da

Pró-Arte, criada em 1956 para proporcionar aos seus associados o recreio espiritual da música e do canto.

*

Em face da comprovada e fecunda actividade e do exemplo magnífico deste povo que tem por divisa o seu Brasão e por incentivo a letra do seu Hino, bem se pode dizer dele

ditosa terra que tais filhos tem.

MARÇO DE 1960

Nota—O crescente aumento populacional de S. João da Madeira torna escasso tudo quanto se faz em matéria de assistência e de instrução.

Enumeram-se aqui as instituições de caridade e os estabelecimentos de ensino, parecendo, à primeira vista, que já é bastante aquilo que se possui. Assim seria se S. João da Madeira não estivesse numa evolução constante, vendo a sua população a crescer e os seus problemas a surgirem e a precisarem de ser resolvidos por força da sua expansão.

bibRIA

Monografia de S. João da Madeira

Extraídos do livro «Monografia de S. João da Madeira» aqui deixamos alguns excertos que traduzem bem a história e o vertiginoso progresso daquela laboriosa vila do nosso distrito.

HISTÓRIA

Introdução

Ao traçarmos o esquisso histórico de S. João da Madeira, não nos furtamos à confissão sincera do seu pequeno valor como núcleo populacional no passado, terra de origem bem antiga, é certo, como o revelam testemunhos coevos do período genético do reino de Portugal, mas com um período de latência, na sua evolução, tão grande, que se arrasta obscura e como que em estado fetal, durante nove séculos ou mais da sua existência. Como pequena povoação, este núcleo de habitantes viveu esquecido no seu estatismo até meados do século XIX, momento em que despertou do seu sono letárgico, quantas vezes milenário, e, mercê dum intenso e progressivo impulso da sua indústria, do seu comércio e da sua agricultura, em breve ocupou lugar primacial entre as demais terras do distrito de Aveiro.

É só, porém, ao iniciar-se o segundo quartel do século XX, que consegue foros de vila, e, finalmente, a emancipação concelhia.

Frizemos pois, que, o concelho de S. João da Madeira, como entidade histórica, pode considerar-se ainda no período embrionário da sua curva de evolução.

E isto não tem a menor mancha de desmerecimento, antes pelo contrário, constitui a melhor prova de que as energias vitais por tão longo tempo acumuladas, representarão a potência dinâmica e impulsiva que hão-de polarizar e orientar o seu Progresso.

Dadas as circunstâncias, felizes ainda que fortuitas, deste período de germinação coincidir com uma fase avançada do desenvolvimento da civilização, do sistema histórico da humanidade, poderemos aquilatar bem o nível a que se alçapremará, num futuro mais ou menos vizinho, o desenvolvimento da Nossa Terra,

como centro de actividades humanas de excepcional importância e grande relevo.

A sucederem-se desta forma, num ritmo tão célere, os melhoramentos da sua textura, não seremos demasiado profetas, se antevermos para tempos que não estão longe, um período de raro e intenso apogeu para S. João da Madeira — **ante-cidade de S. João da Madeira.**

Primeiros documentos

A longínquos tempos remontam as origens de S. João da Madeira. Situada em **Terras de Santa Maria**, designação geográfica extensa abrangendo o território conquistado aos Mouros por antigos fidalgos e cavaleiros da Idade Média, compreendido entre os rios Douro e Caima, o oceano Atlântico e o rio Arda, o concelho de S. João da Madeira enfileira ao lado de povoações circunvizinhas, todas elas com um longo passado histórico.

Assim, Oliveira de Azemeis, a vila de Cucujães e a vila da Feira, são terras onde se encontram, numa rica continuidade cronológica, as marcas indeléveis da dominação celta, romana, árabe e visigoda; em todas é notória uma origem mais de dez vezes centenária, perdendo-se a sua génese nos meandros recônditos da brumosa e obscura Idade-Média.

E S. João da Madeira, o seu próprio topónimo já indica claramente, bem assim certas designações dalguns dos seus lugares, como Mourisca, Casaldelo (citado nos mais antigos pergaminhos com o nome de Casal de Ero; este nome Ero ou Hero é o de uma figura importante entre os godos), etc., é também terra muito antiga.

É em 1088, da nossa era, que aparece pela primeira vez em manuscritos a menção de S. João da Madeira.

Este pergaminho faz parte duma série de documentos, dois dos quais publicados nos **Diplomata et Chartae** (1), outros em via de publicação na importante revista que se publica na capital do distrito, **Arquivo do Distrito de Aveiro**, por intermédio do Rev. Dr. Serafim Leite, ilustríssimo filho de S. João da Madeira e uma das figuras de historiador mais proeminentes, entre a plêiade actual dos investigadores históricos.

O **Regional**, publicação quinzenária de S. João da Madeira, inseriu também, numa série de artigos, preciosa revisão e sistematização desses documentos, da autoria do Rev. Dr. Serafim Leite (2)

Ainda que de modesta importância pela pequena monta do seu valor representativo, esses pergaminhos permitem-nos seguir, através de citações de simples contratos de compra e venda de propriedades, de doações de abades, reconstituir mais ou menos fielmente a situação primitiva de S. João da Madeira, em paralelo com a actual, os seus usos e costumes, em suma, uma visão global da vida dos nossos antepassados.

A nossa terra é, pela primeira vez, citada como «**vila de S. João que dizem de Mateira**» (sic).

Sobre o significado da palavra vila é precioso aclarar bem.

Não tem o significado que lhe é atribuído nos nossos dias, pois que é sinónimo apenas de povoação de desenvolvimento variável, compreendendo um maior ou menor número de propriedades rústicas, em redor duma igreja ou dum mosteiro e formando uma unidade tributária.

De resto, só mil anos e pouco mais tarde, é que S. João da Madeira conseguiu foros de vila, no ano de 1924.

O Dr. Serafim Leite, no estudo citado, faz uma rigorosa sistematização desses documentos, estabelecendo, pela natureza e cronologia deles, uma classificação em quatro séries.

A **Primeira série**, desde 1088 a 1109, compreende três contratos de aquisição de propriedades, dois dos quais, como acima dissemos, publicados no seu original em **Diplomata et Chartae**, (3). Em todos eles são compradores **Truilo** e sua mulher **Donadeo Alvares**, que compram aos herdeiros dum terceiro personagem — **Godino Vimaraz** —, umas parcelas de terreno que se situam na «vila», de S. João que dizem de Mateira, em baixo do **Monte Parada Joaz**; estendem-se estas propriedades para os lados do rio Ul ou Vila Chã.

No primeiro deles, no ano de 1088, faz-se referência à igreja, o que vem trazer garantia segura da existência de S. João da Madeira, como entidade histórica, já antes da fundação da monarquia, por conseguinte nos tempos de D. Afonso VI, avô de D. Afonso Henriques, que reinou em Leão, de 1072 a 1109.

A **segunda série de documentos**, de 1109 a 1143, também compreende nova colecção de títulos de compra, compras efectuadas por **Gundiçalvo Menedes** (Gonçalo Mendes) e sua mulher, e mercê das quais se tornam senhores da terra, com direito a apresentar o pároco.

As herdades ficam situadas em torno da igreja de S. João e estendem-se até Vila Chã, Fundões, Faria, Casaldêlo, Mamôa (4), etc., lugares que na maior parte constituem ainda, nos nossos dias, os seus limites.

A extensão da vila de S. João da Madeira, já no início do século XII, que corresponde à época de fundação do reino de Portugal, era a mesma ou ligeiramente superior à actual.

De interesse, ainda, cita-se nesses documentos a existência duma estrada romana e de outra mourisca. A primeira não é senão a **via romana de Æminium a Cale**.

É curioso, também, o documento que constitui a carta de criação e doação do Couto de Cucujães, assinada por D. Afonso Henriques, ainda então infante. Empenhado na luta contra os mouros, na sua suprema ânsia de perene expansão do condado Portucalense, foi obrigado a pedir auxílio às ordens religiosas que nessa altura existiam.

Assim é que, em paga do prestimoso auxílio dos frades beneditinos do Mosteiro de Cucujães, o infante D. Afonso Henriques delimitou uma área em redor desse Mosteiro e fez aos monges a sua doação (7 de Julho de 1131).

Quando procede à marcação territorial, é citado o nome de S. João: «...**et quomodo dividit Faria cum Sancto Johane et quomodo separa Casal de Ero cum Sancto Johane**», — ...e deste modo divide Faria com S. João e da mesma forma separa Casaldelo de S. João (5).

Do final do século XII, é ainda um outro documento que diz respeito à separação das rendas da **Mesa Episcopal e Capitular**, feita pelo bispo D. Martinho Pires, em 1185, no reinado de D. Sancho, e aquando da sua instituição dalgumas dignidades da Sé do Porto.

A Igreja de S. João da Madeira foi nessa altura tributada para a **Mesa Episcopal**.

A nossa terra é mencionada ainda nas «**Inquirições**», do ano de 1251 (6) no tempo de D. Afonso III, que reinou de 1245 a 1279, para provarem a existência do foral velho sem data, que à Terra da Feira deu o rei D. Sancho I, nos fins do século XII.

A passagem é esta, no seu primitivo latim bárbaro: «**Et si in ypsa vila sancti Johany homo mortuus fuerit qui non habent cabalum nec arma debet dare luitosam domino Regi**», o que quer dizer que, «se na

mesma vila de S. João morrer homem que não tenha cavalo nem armas pagará lutuosa ao Rei».

Numa **terceira série**, desde 1179 a 1256, o Dr. Serafim Leite agrupa os documentos que dizem respeito à doação que fez a esposa de **Gundiçalvo Menendes**, de todos os seus bens ao **Mosteiro de Rio Tinto**. Em nome dela própria, Gontina Guterre, e de seus filhos, faz com efeito, em Fevereiro de 1179, doação da igreja de S. João da Madeira, bem como da de S. Martinho de Fajões, conjuntamente com as terras circundantes ao **Mosteiro e religiosas de S. Cristóvão de Rio Tinto**.

Acerca da causa determinante de semelhante doação, admite o Dr. Serafim Leite a seguinte explicação.

É que, como refere **Pinho Leal**, no seu livro «Portugal Antigo e Moderno», a abadessa do citado mosteiro de Rio Tinto, era, em 1141, D. Hermezinda Guterres.

A correspondência possível da data e de parecença dos apelidos, faz sugerir, efectivamente, a existência dum certo parentesco entre Gontina Guterre e D. Hermezinda Guterres.

E daí a doação.

Seguem-se ainda, por esta altura, outros actos de compra de propriedades rústicas agora feitas pela Mosteiro.

Nas **Inquirições de D. Diniz** (?), mais tarde, no século XIII, em 1288, faz-se menção de 2 «quintãs», ambas existentes em S. João da Madeira, uma de **Estevão Soares** e outra de **Pêro Viegas**.

As mesmas Inquirições de D. Diniz referem de igual modo que na povoação de Esmoriz existia uma quintã de **Afonso Martins Madeira**.

E já agora, damos aqui a informação, ainda que sob todas as reservas, que alguns autores, entre os quais Pinho Leal, admitem ser **Madeira** um apelido muito antigo e nobre em Portugal, e que tem sido tomado do nome da nossa terra.

Assim, o autor citado dá conta que **Bluteau** afirma que quem utilizou pela primeira vez este apelido foi João Martins Madeira, aquele que foi alcaide-mor de Faro, e que tinha o seu solar na nossa terra.

Ainda no mesmo reinado, agora em 1311, devido à extinção da ordem dos Templários, a igreja de S. João da Madeira passou a pertencer ao **Padroado da Ordem Militar de Cristo**.

Em 1320, a mesma igreja é taxada em 80 libras⁽⁸⁾ para subsidiar a guerra contra os mouros.

Nesta data, sendo Papa João XXII este concedeu a El-rei D. Diniz, por tempo de três anos, para ajudar essa cruzada, a décima das rendas eclesiásticas dos seus reinos.

*

Pode-se concluir que, por estas alturas, se começa a concretizar a nossa existência como agrupamento

populacional, mais ou menos autónomo, já com uma certa importância, ainda que comparativamente de reduzida monta no que diz respeito ao seu território e à quantidade de seus habitantes, porém, duma importância grande pela sua privilegiada posição em relação às vias de comunicação, feliz ocorrência esta que mais tarde há-de ter o seu eficaz contributo no decisivo progresso de S. João da Madeira.

*

Numa **quarta e última série de documentos** (1256-1598) agrupam-se as nomeações de abades de S. João, feitas pela abadessa do Mosteiro de Rio Tinto, e a seguir confirmadas pelo Bispo do Porto.

Em 1385 as monjas do mosteiro de Rio Tinto passaram para o Mosteiro da Ave-Maria, do Porto, sendo agora, por conseguinte, beneditinas.

Desde essa altura, as nomeações começaram a fazer-se, pois, por privilégio do **Mosteiro da Ave-Maria, alternando-se com nomeações do Bispo do Porto**.

*

Sem dúvida alguma, através desta pequena incursão no passado, já tão longínquo, se confirma suficientemente a antiguidade da povoação e freguesia de S. João da Madeira. Porém, não se notam foros de grandeza nem de magnificência histórica.

Uma modesta povoação, freguesia com a sua ermida velhinha, uma população e um valor agrícola também modestos, tal é a única realidade sobre a importância de S. João da Madeira, no passado.

Contudo, não se torna necessária essa magnificência e grandeza de pergaminhos, que talvez perniciosamente nos conduziria a uma contemplação estática, perpétua e estagnadora, dos esplendores duma história brilhantíssima.

Outrossim, diz vigorosamente o Rev. Dr. Serafim Leite, espírito cintilante e figura inconfundível de trabalhador impulsivo e dinâmico, referindo-se algures à sua e nossa terra:

«Bastam-lhe o espírito de iniciativa e os braços de que dispõe para alcançar pergaminhos verdadeiros».

Logo a seguir: **«E sempre foi mais honroso conquistá-los do que herdá-los».**

DESENVOLVIMENTO DE S. JOÃO DA MADEIRA

Por alturas de 1820 a 1830, inicia-se um movimento intenso e persistente no desenvolvimento da freguesia de S. João da Madeira.

Como que adormecida em longa hipnose, desperta a pouco e pouco viçosa e deslumbrante, mercê do

desenvolvimento do comércio, mas sobretudo da indústria, que, vai abrir novos fulgores na sua evolução e progresso.

Num ápice, de pequena povoação que era ainda nos primeiros decénios do século XIX, transformou-se em bonita e aprazível terra, uma das primeiras freguesias do distrito de Aveiro.

O incremento da indústria dos chapéus, o desenvolvimento concomitante da indústria de lacticínios, sobretudo da manteiga, a intensificação da vida agrícola, o extraordinário avanço do comércio, consistindo na exportação de gado bovino, géneros agrícolas, madeira, etc., tudo concorreu para determinar o rápido e intenso ritmo de progresso de S. João da Madeira, na segunda metade do século XIX.

A prosperidade fácil da indústria de chapelaria, que atingiu na nossa terra um grau de desenvolvimento insólito, primacial foi na importância que teve germinando e tornando altamente construtiva uma verdadeira escola de trabalho, que sempre regeu os destinos futuros da nossa terra.

O espírito empreendedor, um arreigado amor ao trabalho, a energia e potência vitais de seus homens, criaram em toda a população um clima de confiança nos próprios valores, um certo grau de orgulho que traçou e delineou seguramente a trajectória do seu futuro promissor.

Como dissemos, os primeiros prenúncios do desenvolvimento em larga escala de S. João da Madeira manifestaram-se com a criação da indústria de chapéus.

Não se sabe ao certo quais foram as primeiras terras de Portugal que se ocuparam com o fabrico de chapéus, todavia, tudo nos leva a crer que S. João da Madeira tenha sido uma delas, em face do notável incremento que aquela indústria tem actualmente neste concelho.

Através de documentos históricos, sabemos que a fábrica mais antiga de que há memória, é a que data de 1802, pertencente a **J. Gomes de Pinho**, mas pode dizer-se que já nos meados do século XVIII se fabricavam chapéus de lã (Citação dos «Anais do Município de Oliveira de Azeméis», 1909.).

Em 1858, segunda iniciativa com a fundação de nova fábrica, que mais tarde veio a pertencer a **José António da Costa**.

Quatro anos após fundou-se outra fábrica de chapéus de lã, pertencente a **Francisco Dias de Pinho** (?).

E, assim por diante, começou em plena laboração uma dúzia de fábricas tendo por matéria prima a lã, até que, graças a **António J. de Oliveira Júnior**, criou-se a primeira fábrica de chapéus tendo por matéria prima o pêlo de coelho; a esta se seguiram outras.

Nos nossos dias a indústria de chapelaria em S. João da Madeira tem no seu efectivo cerca de

10 fábricas, sem contar com os pequenos acabadores que compram nas fábricas os carapuços para depois os acabar e vender.

Teremos ocasião de examinar posteriormente, com maior minúcia, a importância e o valor de S. João da Madeira, o primeiro centro nacional produtor de chapéus de feltro (aproximadamente dois terços da produção nacional).

Também a indústria de lacticínios concorreu enormemente para o extraordinário desenvolvimento de S. João da Madeira, na segunda metade do século XIX.

Basta lembrar uma citação de Pinho Leal, no seu **Portugal Antigo e Moderno: «por alturas de 1870, os maiores negociantes de manteiga eram de S. João da Madeira».**

*

Muitos varões natos nesta freguesia tiveram grande projecção na vida portuguesa, no decorrer dos séculos XVIII e XIX, traduzindo este facto a proeminência da família sanjoanense.

— Citamos, entre muitos, o **Dr. Bento Cardoso Corte Real**, da casa dos **Srs. Cardosos Cortes Reais**, o qual foi presidente da relação do Porto e ainda ministro; o morgado **José Nunes Cardoso Corte Real**, seu irmão mais velho, que também era formado em direito.

Dois membros desta distinta família, tios daqueles, foram frades; um, **D. fr. Luís**, foi abade do Convento da Gralheira e o outro, **fr. José**, foi domínico em Aveiro.

— A casa de **Fundões**, deu também varões de grandes merecimentos:

Diogo Camossa, o qual foi cônsul da Inglaterra em Aveiro; **João Camossa**, que foi um dos maiores proprietários dos arredores; e ainda os **Drs. Manuel Camossa Nunes de Saldanha e João Baptista Camossa Nunes de Saldanha**, sobrinhos de **João Camossa**.

Da casa da **Várzea**, salientaram-se **João de Melo**, formado em medicina pela Universidade de Coimbra e seus filhos formados em direito, **António da Silveira Toscano e João Toscano**.

— Da casa do **Roupaal**, salientou-se um seu distinto membro, o doutor em direito **José Joaquim Correia de Magalhães**.

Foi um juiz distinto, principalmente orfanologista, e doutor em direito e advogado dos auditórios do Porto, o **Dr. Manuel Maurício de Araújo**; seu sobrinho, o **Dr. Manuel Maciel Leite de Araújo**, foi grande médico e cirurgião.

*

E a verdade é que, correspondendo ao nível próspero da sua população, nível esse directamente ligado à intensificação das culturas agrícolas e ao desenvolvimento da indústria, germinou nos habitantes de S. João da Madeira, como já frisamos, uma autêntica escola de trabalho e conseqüentemente um forte espírito de solidariedade, que muito benéfico foi na efectivação de melhoramentos de grande utilidade para a freguesia, modificações tão importantes que alteraram dum maneira guase radical a facies e o panorama arquitectónico da povoação.

Assim é que, a igreja de S. João da Madeira, pequenina e primitiva, foi toda renovada na sua estrutura. Esse templo tão antigo, que alguns longievos contemporâneos ainda recordam, foi demolido em 1883⁽¹⁰⁾; tinha apenas metade da capacidade presente, era extremamente baixo e fazia frente para a banda contrária, isto é, para oeste.

Logo no ano seguinte, em 1884, iniciou-se a construção da igreja nova.

A 11 de Julho de 1886 era benzida e inaugurada pelo pároco José Maria Henriques Tavares, todavia ainda incompleta nos seus interiores e apenas com um altar concluído, o altar da Senhora da Boa-Morte, onde se celebrou a primeira missa.

Posteriormente, por benemerências especiais, a igreja foi-se completando e embelezando, tornando-se uma das melhores do concelho de Oliveira de Azeméis.

O alargamento do adro, como a grande escadaria de acesso, bem assim a cercadura de todo o adro com grades de ferro foram mandados executar pelo benemérito Visconde de S. João da Madeira e seu genro António Dias Garcia, conforme reza uma lápide, patenteando a gratidão da Junta de Paróquia, em 1902.

Novas estradas se rasgaram e novos empreendimentos se realizaram.

Ao dealbar do século importante evento se efectuou:—S. João da Madeira era engrandecida com a **Linha de Caminho de Ferro do Vale do Vouga**, que já havia sido projectada em 1889.

O seu contrato definitivo foi assinado em Janeiro de 1907; em Dezembro desse mesmo ano iniciaram-se os trabalhos. El-Rei D. Manuel II, na companhia de alguns ministros inaugurou o troço dessa linha, desde Espinho a Oliveira de Azeméis, em Novembro de 1908.

Esse precioso meio de comunicação constituiu grande benefício para a nossa terra e ele mesmo condicionou o grande desenvolvimento que tomou a indústria e o comércio.

E outra obra se idealizou, outra obra se vai tornar palpável; obra de carácter filantrópico, verdadeiro monumento humanitário e germe de toda a assistência social a emprender em S. João da Madeira:—**Um Hospital**.

Recordemos em poucas palavras a figura do seu fundador, um dos maiores beneméritos da nossa terra:—**Francisco José Luís Ribeiro**, nascido a 17 de Março de 1884, na **casa da Estrada**.

Novo, embarcou para o Brasil e aí se dedicou ao comércio; anos passados, foi para a Argentina onde se estabeleceu, na cidade de **Rosário de Santa Fé**; alcançou grande prestígio e foi nomeado representante consular de Portugal.

Em 1910, regressou a Portugal. Faleceu a 20 de Outubro de 1913.

Tudo o que ganhou **legou** para a construção dum hospital, **o hospital de S. João da Madeira**.

Uma comissão organizadora encarregada da administração do legado e da construção do hospital, ficou constituída pelo Rev.^o António Joaquim de Oliveira, Manuel da Silva Correia e António José Pinto de Oliveira, comissão que actuou desde 15 de Outubro de 1914.

Por alturas de Maio de 1915 foi traçada a sua planta; traçada por um técnico, Joaquim da Costa, de linhas simples e amplas, o seu delineamento correspondia à exigências científicas da época.

Acrescentemos que o edificio hospitalar compreendia também duas galerias para convalescentes, de 10 metros cada, voltadas para nascente.

Estas galerias, todavia, nunca se chegaram a construir.

Com a criação da Santa Casa da Misericórdia e a eleição da primeira mesa que se formou para gerir a irmandade, constituída por António José de Oliveira Júnior, Durbalino Alves da Silva Laranjeira, Inocêncio Pereira Leal, Manuel Luís da Costa, Quintino José da Silva, Genuíno José António da Silva, Dr. Joaquim Alves Milheiro, José António das Neves e Manuel Nicolau Soares da Costa (acto de posse em 28 de Maio de 1922), deram-se os primeiros passos para a inauguração do hospital.

Esta efectuou-se no dia 1 de Janeiro de 1923, tendo sido comemorada com uma sessão memorável em que enaltecera a importância do acontecimento, todas as pessoas categorizadas do nosso meio, tais como António José de Oliveira Júnior, Dr. Amador Valente, Padre António Joaquim de Oliveira, Quintino José da Silva, João Correia e Padre António Maria de Almeida e Pinho.

Foi então posto em destaque, não só o espírito filantrópico do fundador, Francisco José Luís Ribeiro, mas também o concurso dos senhores Visconde de S. João da Madeira, Comendador António Dias Garcia, Manuel Garcia, Manuel F. Dias Garcia, Joaquim Garcia, José Rainho da Silva Carneiro, António Pinho Neves, João Narciso da Silva e seus filhos, Dr. Renato Araújo,

Dr. Artur Pinto Basto e Barão Tavares Leite, irmãos Correias, e tantos outros beneméritos.

O pavilhão norte do corpo do edifício hospitalar, foi construído mais tarde por benemerência da colónia sanjoanense do Brasil, e em especial, do Senhor Comendador António Dias Garcia.

No mesmo ano, em 15 de Julho de 1923, coincidindo com as grandes festas da vila, outro importante melhoramento foi inaugurado: — a luz eléctrica. Deve-se esse benefício à iniciativa de Domingos José de Oliveira, José António das Neves e António Joaquim Fernandes de Oliveira.

Com a criação em 12 de Abril de 1923, do **Grupo Patriótico Sanjoanense**, o qual teve como presidente **António Henriques**, novo e extraordinário impulso se deu ao progresso de S. João da Madeira.

A esse grupo de pioneiros bairristas se deve um sem número de realizações: Avenida do Dr. Maciel, Avenida de Dias Garcia, Avenida de Casadelo, Rua da Buciqueira, Rua de Guerra Junqueiro, ampliação do Largo da Capela, Avenida Mousinho de Albuquerque, projecto da construção do Teatro (cuja realização se deve a Avelino da Silva Martins, em 1924), criação e apetrechamento da Corporação de Bombeiros, projecto para novas instalações dos Correios e Telégrafos, quartelamento do posto da Guarda Nacional Republicana na antiga residência paroquial, etc.

Foi também pela acção inteligente desses sanjoanenses que a nossa terra obteve a categoria de vila.

O projecto de lei respectivo foi apresentado no Senado da República, pelos senadores Drs. Pedro Chaves e Ernesto de Castro, em Março de 1924.

Essa grande aspiração dos sanjoanenses foi sancionada pela Lei n.º 1617, que o Diário do Governo, de 6 de Julho desse mesmo ano inseriu.

Como se depreende, a satisfação desta aspiração dos sanjoanenses foi um extraordinário incentivo, um passo grande dado no sentido da autonomia, da emancipação completa e criação do concelho de S. João da Madeira.

A verdade é que a Nossa Terra, em múltiplas circunstâncias e por diversos motivos, não houvera sido devidamente atendida nas suas pretensões pela Câmara de Oliveira de Azeméis, como era jus.

A sua ânsia de progresso havia sempre de embater com dificuldades de toda a ordem.

A propósito de certos actos lesivos para os nossos interesses, um brado unísono de todos os sanjoanenses se levantava em cada uma dessas ocasiões.

Tal sucedeu aquando do pedido para a reparação na Avenida Velha da Estação do C. F., na altura em que a Câmara de Oliveira de Azeméis, em 1924, resolveu contrair um empréstimo de 400 contos para permitir a instalação de luz eléctrica na sede do concelho, no

momento em que Macieira de Cambra, com o apoio dos Sanjoanenses, pretendia ver concluída a estrada n.º 42, aquando da criação do lugar de notário da vila, etc., etc.

A luta das aspirações bairristas de S. João da Madeira com a toada de obstrucionismo dos influentes de Oliveira de Azeméis, havia de conduzir à satisfação integral das nossas reivindicações.

Nessa luta teve um papel relevante, outro elemento altamente construtivo, elemento que determinou e regeu o destino de S. João da Madeira, nos nossos dias: — «**O Regional**»⁽¹¹⁾, órgão da imprensa local que começou a publicar-se no dia 1 de Janeiro de 1922, como quinzenário.

Queremos destacar a sua comissão fundadora, pois bem merece a memória de todos sanjoanenses.

Foi ela: António de Lima Correia, Serafim Ferreira dos Santos, Manuel Luís Leite Júnior, João da Silva Correia, João de Oliveira Ramos, Ramiro Martins Leão, Cirilo de Azevedo, José Augusto Costa, José da Silva Correia, «**grupo de rapazes com o sangue a estuar nas veias e ansiosos do progresso constante de S. João da Madeira**», consoante afirmam e fazem sublime propósito ao definirem o lema de «**O Regional**».

É através dele, há 18 anos para cá, que podemos seguir, a par e passo, toda a vida de S. João da Madeira nos nossos dias, toda a nossa pugna pelo progresso material pelas aspirações sanjoanenses, em suma, pelos legítimos interesses da nossa terra, tornando-a cada vez maior, emancipando-a e dando-lhe a projecção a que tinha merecidamente jus.

Ali se vê tornar grande, ali se vê germinar a vida e a alma desta **pequenina «Manchester»**.

Para se avaliar da sua importância, prestemos atenção ao espirito de reacção de que atrás falamos, prelúdio de emancipação que já se adivinha em artigos publicados no começo da vida de «**O Regional**».

Assim, em Julho de 1922 (no período anterior à instalação da luz eléctrica), a propósito da falta de iluminação pública, pois que, tendo sido dotada por beneméritos seus, duma instalação completa de candeeiros, já em 1910, foi aquela suprimida em virtude da verba destinada pela Câmara de Oliveira de Azeméis não chegar para tal serviço.

E, prontamente, o brado dos sanjoanenses...⁽¹²⁾ «Mas não têm talvez aumentado as contribuições, não arrecada nesta freguesia a Câmara impostos mais que suficientes para prover a esta despesa? Para que servem as contribuições que desta terra anualmente saem sem nada vermos que nos compense, sem nada se produzir que leve S. João da Madeira a um progresso maior? Não queremos favores, não precisamos de bajular seja quem for. Não pedimos como mendigos, falamos como quem reclama um direito. Queremos só **Justiça! Justiça!**»

Justiça! Basta de apatia, basta de indolência! Exigimos os nossos direitos, reclamamos aquilo que nos pertence.

...S. João da Madeira tem direitos adquiridos porque é de todas as freguesias a que mais impostos paga e a que mais contribui para o progresso e engrandecimento do Município. Como está é que não pode ser! «Não há-de ser»!

A emancipação concelhia

O entusiasmo e a paixão pela constituição do concelho de S. João da Madeira, atingiram espontânea e insensivelmente, o apogeu e o verdadeiro fastígio da sua curva evolutiva.

É necessário lembrarmos as características psicológicas do sanjoanense e as suas determinantes bio-temperamentais, porque isso nos ajuda a compreender a génese e a execução de toda essa obra de engrandecimento e de autonomia.

Tão célere e grandiosa ascensão revela sobremaneira quanto um povo se pode tornar grande pelo trabalho e pelo amor ardente ao progresso.

Rememoremos aqui a feliz comparação que fez um jornalista uma vez ao visitar a nossa terra: «Meses antes do **General Altamira**, ditador do Chile, ser vencido pela imposição do **Presidente Alessandri** — a política especialíssima do Governo descobriu em **Talvera**, nas vizinhanças de **Tacna**, um facto que alarmou os conservadores. A população de **Talvera**, composta de 2 mil almas, implantara em segredo, um regime social que nenhum contacto ou semelhança apresentava com as instituições vigentes. Abusava da ignorância corográfica do Ministério do Interior — fizera-se esquecer por completo do Governo. Era um Estado dentro de outro Estado. **Talvera** vivia independente, próspera e feliz. Governada pelos técnicos e pelos operários, eleitos em proporções iguais, a sua indústria, a sua lavoura — e até as suas artes atingiam uma riqueza e uma perfeição inverosímeis. Todos viviam em paz. Todos se alimentavam bem, habitavam casas higiénicas, e se divertiam. A sua biblioteca recebia todos os «vient-de-paraitre»; e o seu teatro funcionava todas as noites. Uma guarnição de 20 carabineiros, olvidada pelo Governo, constituía o seu exército; as fronteiras, sem vigilância fiscal, com o Perú, eram o único balcão do seu comércio — e o cárcere da terra era um edifício perpetuamente desabitado».

A visão de S. João da Madeira sugeria-lhe **Talvera!** E acrescentava, ainda, com vigor:

«**S. João da Madeira** devia ser encaixilhado e exibido por todo o País, como um belo esboço realizado — das mais belas utopias da sociologia moderna».

Um certo grau de atitude autista, uma confiança limitada nas suas possibilidades, amor ao trabalho, ao semelhante, à família e à colectividade, horror a tudo o que não é vida e dinamismo, tais são as qualidades que, harmoniosamente conjugadas, têm realizado a completa integração dos esforços de todos os sanjoanenses, desde o mais humilde ao mais proeminente.

O entranhado bairrismo, a solidariedade para a luta, firmada sempre entre todas as classes, tal é o segredo bio-psíquico de que depende todo o sistema de valorização material dos habitantes de S. João da Madeira.

O triunfo desta causa sagrada — **emancipação concelhia** —, verificou-se no momento em que todos os sanjoanenses, solidariamente, manifestaram a necessidade de viverem por si e para si, de lutarem mais ardentemente para a resolução dos seus problemas e para satisfação dos seus interesses.

*

Por decreto de 11 de Outubro de 1926, foi criado o concelho de S. João da Madeira.

O decreto reza assim: «Considerando que o desenvolvimento económico do país, base fundamental da sua melhoria financeira, é resultante da actividade agrícola, industrial e comercial dos vários agregados da sua população, cujo progresso, por isso mesmo, ao Governo cumpre fomentar, por todos meios ao seu alcance;

Considerando que a organização administrativa de cada centro de população tem uma influência importante na sua actividade, devendo estar de harmonia com a categoria económica e social, sob pena de graves prejuízos para a vida local;

Considerando que a vila e freguesia de S. João da Madeira, do concelho de Oliveira de Azeméis, com as suas numerosas fábricas e oficinas, que empregam alguns milhares de operários, constitui hoje o centro industrial mais importante do distrito de Aveiro e sustenta activas grandes transacções com o país e as colónias, para o que dispõe de meios de comunicação, mantendo também muito notáveis e benéficas instituições de carácter social, criadas pela iniciativa particular;

Considerando que o desenvolvimento económico e social de S. João da Madeira está sendo prejudicado, sufocado, pela sua inferior categoria administrativa a qual não permite a criação dos estabelecimentos de crédito indispensáveis ao seu movimento industrial, à realização de medidas de carácter higiénico e social em benefício da população, como o abastecimento e canalização de águas, a construção de casas económicas

para operários e o desenvolvimento de outras instituições já existentes;

Considerando que só pela independência municipal a vila de S. João da Madeira se colocará em condições de, usufruindo as correspondentes regalias administrativas, efectivar a resolução de necessidades urgentes e cada vez maiores, quer de expansão industrial, quer de progresso social;

Considerando além disso que a separação da vila de S. João da Madeira nenhum prejuízo causa ao concelho de Oliveira de Azeméis, que também constitui de per si um núcleo forte de trabalho e conta vinte freguesias;

Em nome da Nação, o Governo da República Portuguesa decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º—A freguesia de S. João da Madeira, distrito de Aveiro, é desanexada do concelho de Oliveira de Azeméis e constitui um concelho de 3.ª ordem, com sede na vila do mesmo nome.

Artigo 2.º—A área do concelho de S. João da Madeira, criado pelo presente decreto, é a mesma da actual freguesia e vila agora desanexada ao concelho de Oliveira de Azeméis.

Artigo 3.º—Fica revogada, quanto ao concelho de S. João da Madeira, a legislação em contrário, relativa à criação de novos concelhos.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nele se contém.

Os ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 11 de Outubro de 1926.—**António Óscar de Fragoso Carmona — Manuel Rodrigues Júnior — João José Sinel de Cordes — Jaime Afreixo — António Maria de Betencourt Rodrigues — Abílio Augusto Valdez de Passos e Sousa — João Belo — Artur Ricardo Jorge — Felisberto Alves Pedrosa.**

*

Aos esforços do grande sanjoanense Dr. Renato Araújo e dum grupo de pessoas influentes da nossa terra, grupo esse constituído por Genuíno Silva, Dr. Joaquim Milheiro, António Henriques, Manuel Costa, Inocêncio Leal, José Correia, Padre Almeida e Pinho, Augusto Palmares, o qual foi junto do governo corroborar o pedido daquele illustre bairrista, se deve este grande acto de justiça, por parte do Governo português.

No dia 20, do mesmo mês, tomou posse a comissão administrativa da Nova Câmara, a qual ficou constituída pelos senhores Benjamim José de Araújo (pre-

sidente), António Henriques e Manuel Luís da Costa (vogais efectivos), António Madureira, José António das Neves e José Gomes de Pinho Júnior (vogais substitutos).

A Junta de freguesia era assim composta: Francisco Luís da Costa e Manuel Henriques Soares (efectivos); Manuel da Silva Correia e Avelino Martins (suplentes).

NOTAS

- (1) «Portugaliae Monumenta Historica» — «Diplomata et Chartae» — Volumen I págs. 421.
- (2) «O Regional», n.ºs 369, 370, 372, 373, 374 e 375, de 23 de Fevereiro de 1936 a 17 de Maio do mesmo ano.
- (3) Estes documentos mereceram também a análise cuidadosa, em 1922, do Dr. Aguiar Cardoso, em artigo publicado em «O Regional» de 18 de Junho, desse mesmo ano.
- (4) Deve tratar-se do lugarejo de Santo Estêvão, lugar onde existe uma mamôa, ou seja uma simples elevação de terreno, geralmente cobrindo monumentos pre-históricos chamados *Dolmens* ou outros, mamôa essa que constitui a ponta norte do monte «Castro Recharei», que se estende para sul até S. Martinho da Gandra; é na parte média do monte, que assenta o histórico Mosteiro de Cucujães, nos nossos dias adaptado a Colégio de Missões.
- (5) Documento transcrito integralmente pelo Rev. João Domingues Arêde, erudito investigador, cujos trabalhos sobre o passado de Cucujães são valiosíssimos. In «Cucujães e mosteiro com seu Couto, nos tempos Medievais e Modernos», 1922, págs. 16.
- (6) Torre do Tombo — *Forais Antigos* — Maço 8.º, n.º 1.
- (7) «Inquir. del Rey dom Denis».
- (8) Segundo Fortunato de Almeida, in *Hist. Igr. Portug.*, tomo II, a libra (moeda de conta), no tempo de El-rei D. Diniz, equivalia acerca de 1\$550 da moeda de 1911, o que corresponde aproximadamente a 3\$40 da moeda dos nossos dias.
- (9) Extraído do livro «Portugal», «Dicionário Histórico, Biographico, Heráldico, Chorographico, Numismático e Artístico», por Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, 1905.
- (10) Na verdade, já em pleno século XVIII, por alturas de 1774, a nossa igreja velhinha andava necessitada de grandes reparações. O facto é que eram bem minguados os porventos da nossa terra para custear despesas de tal importância. Um grupo de pessoas mais gradas de S. João da Madeira fez uma representação junto de Sua Magestade El-rei e solicitaram dele a graça de um «real» por cada «quartilho» de vinho e por cada arratel de carne que se vendesse, na própria freguesia de S. João da Madeira e de outras limitrofes. O caso é que El-rei, após informação desfavorável da Câmara da Feira, não concedeu a «provisão» necessária para a citada graça, do então chamado «real d'agua». Na própria sede da Comarca, na Feira, aos 30 dias do mês de Julho de 1774, houve reunião da «nobreza» e do «povo», para se examinar novamente esta questão. Foi negada informação favorável ao pedido da freguesia de S. João da Madeira, em virtude das demais freguesias do concelho da Feira já se encontrarem sobrecarregadas com a sobretaxa de «três reais» em cada quartilho de vinho e em cada arratel de carne. Um deles destinava-se a custear a reparação das calçadas da vila. No entanto, conseguiu-se nessa mesma altura que concedessem essa graça, apenas limitada aos moradores de S. João da Madeira e às freguesias de Nogueira do Cravo e Carregosa. A antiga igreja era constituída além do corpo central, por uma capela chamada do Senhor dos Passos e que se destacava do lado sul desse

corpo, esta capela comunicava com uma sacristia. Além desta sacristia, situada do lado sul, havia ainda mais duas, uma voltada para o norte e outra também para o sul, em situações correspondentes às duas que existem actualmente. Por cima da sacristia do clero, havia uma sala onde se efectuavam as reuniões das confrarias e ainda onde se guardavam as alfaias e objectos do culto. A igreja tinha vários altares. O altar do Senhor dos Passos, estava situado na capela lateral do mesmo nome; a imagem que a ele pertencia foi abandonada, após a demolição de 1883. O altar do Senhor Crucificado, estava situado do lado norte do corpo central; a sua imagem está hoje no altar do Coração de Jesus, tendo sido transformada no Senhor Morto. A cruz à qual esta imagem estava pregada ainda hoje se aprecia na sacristia situada no lado norte por debaixo da Saneia que ali existe. O altar da Senhora da Boa-Morte ficava do lado sul; a sua imagem ainda hoje se admira no altar do Coração de Maria. Os dois altares que em último lugar citamos, o do Senhor Crucificado e o da Senhora da Boa-Morte, foram vendidos para a cidade do Porto, ainda que de valor riquíssimo, pois a sua talha era de real significado artístico. O produto da sua venda reverteu a favor da construção da igreja actual, não sem provocar da parte dos crentes uma certa indignação devido ao acrisolado amor e veneração que tinha pelos citados altares. Além das primeiras imagens, outras mais passaram para igreja nova e ainda hoje as podemos ver. São elas: a de S. João Baptista, do Mártir

S. Sebastião, de Sant'Ana, da Senhora do Rosário, de S. José, S. Bento, S. Gonçalo, S. Braz, Senhora do Des-térro, de S. Torcato e do Menino Jesus. Diz-nos mais o Rev. Almeida e Pinho que «entre as imagens de santos que a velha igreja nos legou existe ainda uma pequena imagem do Mártir S. Sebastião, muito imperfeita e trunca, feita de gesso ou matéria parecida, a qual foi encontrada dentro duma pia de pedra debaixo da soleira da porta principal da igreja velha, aquando da sua demolição». Outras peças e objectos de culto passaram e ainda hoje existem na nossa igreja provenientes da velha: assim, a tribuna do Altar-Mór que teve de ser aumentada ainda que insuficientemente, a pia baptismal modificada no seu aspecto exterior, a antiquíssima cadeira paroquial, a grade que serve de «mesa de comunhão», o relógio da torre tão primitivo e que foi substituído, no ano de 1943, aquando de novos melhoramentos da iniciativa do actual pároco, os três sinos (sino grande, meio e pequeno).

(11) Neste momento queremos lembrar também outra publicação local, a qual se pode considerar precursora de «O Regional». É ela a «Defesa Local», quinzenária que apareceu em 31 de Janeiro de 1915 e saiu com regularidade até 6 de Fevereiro de 1916. Era seu director Domingos Oliveira, editor M. Lopes Simões, administrador, Quintans Braga e M. Caseiro.

(12) Em «O Regional», de 30 de Julho de 1922.

bibRIA

Universidade de Aveiro

O dia 15 de Dezembro jamais poderá ser esquecido pelas Gentes Aveirenses.

Os sinos municipais tocaram festivamente, quiçá como nunca, anunciando a alegria transbordante de toda a população do Distrito: ia realizar-se a posse, conferida pelo Ministro da Educação Nacional do primeiro reitor — o jovem símbolo de uma escola jovem, Professor Doutor Vítor Gil e dos elementos da Comissão Instaladora, Engenheiros José Ferreira Pinto Basto, Manuel Gonzalez Queirós e Armando Teixeira Carneiro; como Delegado do Ministério das Obras Públicas, o Engenheiro Adolfo da Cunha Amaral.

O Ministro Veiga Simão, ostentando já a Medalha de Ouro da Cidade de Aveiro, que a Câmara Municipal lhe havia outorgado, pronunciou brilhante discurso que a seguir se publica na íntegra, bem como aquele que proferiu o magnífico Reitor da nossa Universidade.

A Direcção da Revista «Aveiro e o seu Distrito» ao expressar a Sua Excelência o Ministro da Educação Nacional o maior reconhecimento por tamanho benefício para toda a população da região, cumprimenta respeitosamente o jovem reitor a quem deseja as maiores venturas no exercício de tão elevadas funções.

PALAVRAS DO MINISTRO

A Lei do Sistema Educativo, promulgada em 25 de Julho de 1973, consagrou uma nova política educacional que vem abrindo rasgados e promissores caminhos aos portugueses.

E julgo que vale sempre a pena repetir alguns dos seus princípios fundamentais.

A Educação Nacional visa a formação integral dos Portugueses e prepara-os para o cumprimento dos seus deveres morais e cívicos e para a realização das finalidades da vida; a educação nacional envolve não ape-



O Ministro da Educação Nacional, ostentando a medalha de ouro da cidade de Aveiro, pronunciando o histórico discurso.

nas a escola, mas a família, outras sociedades primárias e grupos sociais e profissionais.

A educação é direito de todos e de cada um mediante o acesso aos vários graus de ensino e aos bens da cultura; e é dever do Estado ao proporcionar uma cultura básica generalizada, correspondente a oito anos de escolaridade gratuita, aos quais se deve suceder obrigatoriamente um ano de preparação profissional para os que abandonem nessa altura o sistema educativo. A educação é ainda dever do Estado ao servir de garantia de liberdade de aprender, de ensinar, de criar escolas ao dar franco apoio às iniciativas privadas e ao ser responsável pela criação e aperfeiçoamento das estruturas humanas e materiais de natureza escolar e cultural necessárias ao homem e ao desenvolvimento social e económico.

São princípios que apontam para caminhos irreversíveis, afirmo-o mais uma vez clara e decididamente — que já provocaram e irão determinar mais modificações de vulto na sociedade portuguesa e as quais convergem para esquemas de participação e intervenção cada vez mais esclarecidas dos cidadãos na vida política,

social, cultural e económica, para a formação de «élites» do mérito, descobrindo e congregando nos comandos locais, regionais ou nacionais, da vida pública e privada, os melhores valores gerados nos diversos estratos sociais e que se afirmem pelo seu carácter, inteligência e capacidade, em autêntica expressão da igualdade de oportunidades.

Só assim é possível preparar um povo para uma vida de trabalho criador e produtivo que fertiliza a terra, acciona a fábrica e vitaliza os serviços. E só assim também se tornará possível realizar os grandes ideais da justiça social, através da criação de maior riqueza e da sua mais equitativa repartição.

A educação e a cultura devem acompanhar o homem da infância à morte.

A educação pré-escolar, a educação escolar com as suas modalidades do ensino básico, secundário, superior, a formação profissional e a educação permanente integram-se harmoniosamente no sistema educativo português, com a finalidade de fortalecer a personalidade e a consciência cívica e social, de promover o revigoramento físico, de fazer florescer virtudes orientadas pelas doutrinas cristãs, de fomentar o espírito científico, crítico e criador, de despertar o interesse por uma constante actualização e valorização dos conhecimentos e de estimular o amor da Pátria e de todos os seus valores.

Arrancámos já, de forma decidida, para a estruturação deste novo sistema educativo. Abriam-se as primeiras escolas oficiais de educadoras, ao mesmo tempo que se ensaiam novas metodologias em jardins de infância-piloto.

O ensino preparatório continua o seu progresso espectacular, espalhando-se por todos os concelhos, em regime de gratuidade, mercê da sucessiva criação de escolas oficiais de ensino directo ou televisivo, e de contratos com escolas particulares.

A cobertura distrital em escolas secundárias, dotadas de cursos gerais ou complementares de ensino humanístico, científico e tecnológico estará completo dentro de três anos.

Especial atenção nos vêm merecendo os cursos de formação profissional, em colaboração com outros departamentos do Estado e, bem assim, as actividades de educação permanente, através dos cursos de educação básica para adultos, das bibliotecas populares e do ensino nocturno de nível secundário, especialmente dirigido aos trabalhadores.

E, entretanto, começa a ser executado o plano de expansão e diversificação do ensino superior, de acordo com o programa estabelecido pelo Governo.

É enorme e grandiosa esta tarefa de reforma e de inovação. Há atrasos a recuperar. Há tempo que já não pode ser vivido nem percorrido. Perdeu-se; tem de se ganhar. Há escolhos a arredar. Há trabalho no

dia-a-dia a cumprir. Há planos a executar. E ainda que o imenso que é urgente fazer se não concretize de um dia para o outro, todas as palavras e intenções devem reflectir-se nas realizações.

Os governos não merecem do povo por promessas, mas pelo que fazem. Exige verdade, autenticidade. Ele sente, sabe e distingue onde estão os que dele se querem servir e os que o servem.

A educação nacional é obra sempre inacabada a exigir sucessivos aperfeiçoamentos, dedicação, entusiasmo e mesmo amor.

Os princípios educacionais, definidos na lei, são traves mestras e indestrutíveis de uma sociedade democrática. Democracia na criação, no respeito, na ordem e na disciplina. É ideal que vale a pena viver com paixão por amor à Pátria e a todos os seus valores por amor a todos os portugueses espalhados pelo Mundo, pelo desejo forte de uma efectiva participação na vida internacional.

Na serena construção do futuro e na defesa de valores sagrados e permanentes vai erguer-se a Universidade de Aveiro. Voltada para servir as gentes da região, já nasce como depositária de nobres ideais.

Rejubilam connosco todos os grandes homens, vivos ou mortos, que por estas terras nasceram ou viveram, exemplos de compreensão e de tolerância e que em quadros de vivência humana construíram o «aveirismo».

Uma universidade que se localiza nesta cidade por análise de factores objectivos, intimamente relacionados com o progresso palpitante desta região, com a força do seu desenvolvimento social e económico e que vem culminar a maravilhosa explosão escolar deste centro urbano e das suas zonas de influência.

Os estudos realizados demonstraram de forma clara e inequívoca a justeza da criação de uma universidade nesta região, em virtude do potencial da sua população, do seu enquadramento social, económico e tecnológico no contexto nacional, de uma excelente rede de comunicações, de perspectivas aliantes de vida cultural, de um acolhedor ambiente residencial e, ao mesmo tempo, da existência de razoáveis indicadores de vida profissional.

Estamos, pois, perante um acto de confiança e de justiça do Governo para com esta zona do País ao criar, na sua capital, a Universidade, com a certeza de que ela cumprirá a sua tríplice função de ministrar o ensino do nível mais elevado, de promover o desenvolvimento da investigação científica e de, através da sua missão de serviço, participar vigorosamente na resolução dos problemas regionais e nacionais.

Aos seus obreiros, a todas as entidades públicas e privadas que cooperam nesta obra singular eu lhes peço que fazem da Universidade de Aveiro um orgão essencial da sua existência; e é preciso incutir nos

nismo de trabalho activo, um modelo de actualização permanente do saber e de harmoniosa participação de todos os elementos estruturais nos seus órgãos de Governo, uma instituição de serviço público com direitos de continuado progresso e de plena capacidade de organização e de gestão administrativa, financeira, pedagógica e científica, mas com deveres de prestação de serviços ao País que nunca poderão ser alienados sem trair a sua missão.

Universidade, farol de ciência e de cultura, respirando independência de pensamento ao serviço da Pátria, do bem comum e da comunidade internacional.

Mas para que assim seja torna-se necessário que os professores, na sua maioria, se dediquem exclusiva ou integralmente ao ensino e à investigação, vivam para a Universidade, não esqueçam por um momento só os problemas que a afectam, pois ela é o objectivo essencial da sua existência; e é preciso incutir nos professores e nos estudantes que a paralisa dos serviços de uma Universidade é a negação dos anseios da comunidade, que ao seu ousar nela promover ensaios de política sectária, de subversão social, de desafio ou insulto à autoridade ou de violência a impedir o cumprimento de deveres tais atitudes acarretam o desprestígio e a desvalorização dos cursos e da instituição que frequentam com benefício exclusivo dos que ou desejam estabelecer a anarquia, ou derrubar governos por via de revolução sangrenta, ou travar o progresso do País, paralisando a formação dos cientistas e técnicos necessários ao seu desenvolvimento cultural e social.

Ora, conhecendo nós erros estruturais do passado, traduzidos na orgânica universitária vigente, na dimensão académica das faculdades e escolas, nos regimes de serviço do pessoal docente, e de estudos do pessoal discente, importa aqui fazer de novo.

E se é inevitável caminhar cuidadosamente na Reforma das Universidades existentes, dada a natural inserção de interesses que o tempo legitimou, não há razão alguma para que nas novas Universidades não criemos estruturas de cariz segundo os nossos pensamentos.

Esta é ousada tarefa de V. Ex.^{as} membros da comissão instaladora a quem cumpre com a maior presteza:

— Apresentar dentro dos próximos seis meses os programas globais, os planos sectoriais de desenvolvimento da Universidade para uma população escolar que não deve exceder 7 000 alunos;

— Definir os diversos cursos universitários, estruturando os departamentos de ensino e de investigação e estabelecendo os números-limite de população escolar para cada curso.

Naturalmente que estas definições deverão ter em conta o planeamento sócio-económico, a nível regional

e nacional, e as necessidades do mundo do trabalho em pessoal altamente qualificado.

Desde já se aponta a título exemplificativo a criação imediata de cursos de ciências e de tecnologia, com especial incidência nos ramos interdisciplinares da bioquímica, biofísica, engenharia biológica, telecomunicações, electrónica e planeamento urbano, administração e gestão pública de empresas, línguas e literaturas modernas.

Em termos genéricos, se orientarmos esta Universidade, de acordo com as necessidades do País, para uma situação em que um terço da população total frequente ciências humanas, um meio ciências experimentais e tecnológicas e um sexto ciências biológicas e de saúde, tornar-se-á necessário um investimento global de 750 000 contos, a preços de 1973.

— Estabelecer a localização do «campus universitarius» e elaborar em colaboração com Gabinetes Técnicos, nacionais ou estrangeiros, programas, projectos e construção de instalações, definindo as zonas propedéuticas, de investigação e as zonas complementares e de serviços comuns;

— Estudar a natureza do equipamento didáctico e o apetrechamento científico essencial a projectos de investigação, voltados para o desenvolvimento regional e, bem assim, novas metodologias de ensino e organização dos serviços de informação cultural, científica e técnica;

— Definir com precisão e rapidez os esquemas de formação de pessoal docente, investigador, técnico e administrativo;

— Organizar, em colaboração com a comunidade, programas de aperfeiçoamento e valorização cultural e profissional;

— Elaborar os regulamentos provisórios de acordo com o diploma orientador do Ensino Superior;

— Definir as medidas de emergência para início das actividades que se imponha levar a cabo de acordo com necessidades imediatas;

Vamos assim lançando as estruturas necessárias para acolher no ensino superior universitário e não universitário cerca de 140 000 alunos no ano de 1980. Aproximar-nos-emos da taxa de escolaridade de 9 por cento no grupo etário de 18-24 anos, o que representa um esforço sem paralelo na história da educação em Portugal e nos permitirá atingir uma posição modesta mas digna em potencialidades de desenvolvimento e de pessoal qualificado, de forma a podermos iniciar um processo mais eficaz de libertação de algumas formas de dependência científica e tecnológica.

Um programa desta grandeza de inovação e de reforma do ensino superior de curta e longa duração só se tornou possível mercê do apoio decidido, da orientação firme e da adesão entusiástica do professor Mar-

cello Caetano, plenamente consciente da transcendência da decisão histórica de que é o maior responsável.

É um programa que envolve investimentos em despesas correntes e de capital de mais de 7 milhões de contos.

Quantas canseiras e trabalhos não são necessários para o gisar, executar e coordenar.

Sem dúvida, a reforma do Ensino só se realiza com a colaboração e a ajuda de todos na compreensão, na fé e na esperança.

As nossas portas estão abertas, como se impõe para bem do País, à inteligência e ao talento.

PALAVRAS DO REITOR

Entendeu V. Ex.^a, Sr. Ministro, chamar-me a servir, de forma mais ampla e responsabilizada, na cruzada renovadora da Educação Nacional, nomeadamente como principal responsável na nova Universidade de Aveiro. Agradeço a confiança que o Sr. Ministro generosamente mostrava depositar em mim, reconheci que muito dificilmente se permite recusar colaboração ao Ministro, cuja inteligência e espírito empreendedor, renovador e de sacrifício o país já tanto deve... mas não podia dispensar-me de analisar, tão imparcial e criticamente quanto pudesse, as minhas possibilidades de êxito em tarefa tão espinhosa. Julgo que conheço bem as minhas imperfeições, sei que tropeçarei frequentes vezes, mas, confesso, não resisti face à «porta da inovação» que o Governo, notavelmente pelo Senhor Presidente do Conselho e pelo seu Ministro da Educação, agora nos abre escancarada.

Procurando suprir com entusiasmo disciplinado e com trabalho metódico as faltas de inteligência e de experiência; reconhecendo que neste como em tantos outros capítulos, só o trabalho de grupo pode realizar, seguramente e sem delongas, algo de válido; certo do talento criador, poder de iniciativa e espírito de dedicação dos membros da Comissão Instaladora; confiante no estímulo, inspiração e ajuda do Professor Veiga Simão e dos departamentos centrais do seu Ministério, especialmente as Direcções Gerais do Ensino Superior e das Construções Escolares, o Instituto de Alta Cultura e o Gabinete de Estudos e Planeamento; contando com o auxílio de outros Ministérios, em particular, o das Obras Públicas; apostando na compreensão, colaboração e auxílio das actuais universidades mormente as geograficamente mais próximas (Coimbra e Porto); contando com o indispensável apoio das autoridades da região e dos responsáveis principais pelo seu progresso integral; esperando, enfim, na actuação crítica, imparcial e objectiva de todos, privada ou publicamente nos órgãos de informação... Aceito, com a Comissão Ins-



O Magnífico Reitor da Universidade de Aveiro no uso da palavra.

taladora, o desafio de ajudar a construir uma nova Universidade. O auxílio que pedimos, esperamos que no-lo concedam, para já, mais ou menos gratuitamente. Tudo faremos para o justificar sem demora.

Construir uma Universidade. E não apenas uma Nova Universidade mas, na medida possível, uma Universidade Nova. E aqui se detém grande parte da responsabilidade. O Governo deu já alguns passos importantes nesse sentido. Refiro-me, em particular, à autonomia administrativa e financeira concedida às Novas Universidades no seu período de instalação. Estou certo de que saberemos utilizá-las com declarado e amplo benefício para a nova instituição. Paralelamente, encontraremos apreciável margem para inovação, nomeadamente no que respeita aos regimes de estudo, de investigação e de serviço à comunidade, no capítulo da estrutura universitária e no domínio dos órgãos do Governo e da gestão participada. Não desperdiçaremos estas possibilidades. Decerto não vamos ignorar que nestes, como em tantos outros assuntos, não há soluções-únicas e muito menos soluções exactas e que aquela que seja adoptada como a melhor em mero cir-

cunstantialismo não é necessariamente apropriada noutra conjuntura. Aqui se apela então para uma análise crítica, global e realista. E no momento das opções presidirão lado a lado a humildade e a vontade de acertar.

Procuraremos ter sempre bem presentes os objectivos primários duma Universidade dos tempos de hoje, atentos à implantação dialéctica entre os de ordem mais acentadamente personalista e os de carácter mais marcadamente social, uns e outros não definidos «in abstracto» mas parcialmente relativizados em face da comunidade concreta em que a Universidade se insere e cuja capacidade em se renovar no progresso integral aquela há-de ajudar a fortalecer.

Desejaremos ter, assim, pela prática do estudo crítica e disciplinado e do aperfeiçoamento integral, uma educação que conduza o indivíduo não apenas a uma adaptação à realidade mas à realização da sua real vocação: a transformar a realidade. Neste sentido, uma educação universitária verdadeiramente humanista que leve à autodeterminação pessoal em vez de conduzir à «domesticação» do indivíduo.

Claramente isto só será possível, se, nas palavras de outrem, «o educador morrer como mestre-unilateral para renascer como mestre-aluno dos seus alunos-mestres».

Os professores e estudantes universitários são assim concomitantemente sujeitos a objectos dum processo de educação superior. O caldeamento da imaginação e da experiência da mocidade e da idade menos moça e a convivência de gerações serão então mais facilmente concretizáveis. Um passo importante terá sido dado para que a Universidade, na realização dos seus fins múltiplos, seja um exemplo modelar de relação inter-humana, um modelo de trabalho, objectividade e criatividade, e de tolerância e de humildade, em que se esboce e floresça o primado da liberdade e do pluralismo sobre o da autoridade e do monolitismo.

Em termos semelhantes se pode situar a influência mútua da Universidade e da Sociedade. Neste contexto, deverá recordar-se que as coordenadas socio-culturais da nossa nova Universidade serão especialmente favoráveis a uma íntima correlação entre ambas. E um dos aspectos em que a Universidade de Aveiro pode aprender da comunidade em que se integra é o seu tradicional e conhecido espírito de convivência de opções individuais diferenciadas. Outro

é a capacidade de trabalho e de iniciativa e elevado índice de produtividade da região. Por aquela estreita correlação, haverá a Universidade de contribuir eficazmente para o progresso cultural, económico e social da região e da nação.

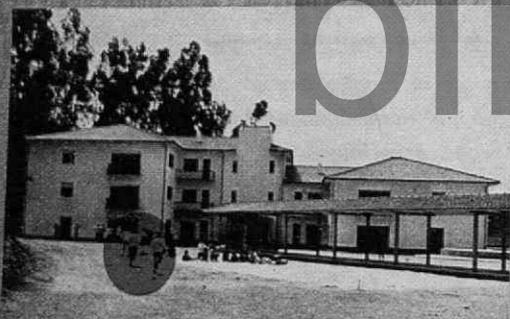
Ao trocar as certezas e comodidades duma iniciativa sem sobressaltos na docência e na investigação no Laboratório Químico da Universidade de Coimbra — o meu verdadeiro lar cultural — pelas incertezas e riscos dum trabalho novo, é já com saudade que abandono a actividade docente naquele departamento. Não há, porém, lugar para palavras de despedida, salvo em relação aos meus alunos. Com efeito, espero continuar ligado a um dos projectos de investigação que ali se desenrolam pelo menos enquanto não puder realizar idêntica actividade na minha nova Universidade. De qualquer modo, trarei sempre bem perto os meus mestres e os meus colegas, estando certo de que continuarei a encontrar neles o melhor acolhimento, estímulo e ajuda.

Quis o Senhor Ministro referir-se elogiosamente à minha pessoa e aos restantes membros da comissão Instaladora. Em nome de todos agradeço as generosas palavras de S. Ex.^a. Pela minha parte, permita-me que reconheça publicamente que, se alguma justificação ofereço àquelas palavras, elas se devem afinal aos responsáveis pela minha educação, os meus pais e os meus mestres, desde a minha professora da primeira educação aos meus mestres, colegas e alunos universitários.

Cumprimento e agradeço em seguida, a todos os presentes, muito especialmente às altas personalidades eclesiásticas, universitárias, civis e militares por se terem dignado a assistir a esta cerimónia de tão particular significado para a nossa Universidade. Um especial muito obrigado ao Magnífico Reitor da sempre minha Universidade de Coimbra e ao Senhor Presidente do Instituto de Alta Cultura.

Finalmente, os meus parabéns à cidade e ao distrito de Aveiro, e muito especialmente ao Senhor Governador Civil que vive hoje, com toda a justiça, uma jornada de verdadeira consagração, corolário duma actividade verdadeiramente notável em favor do progresso do distrito e ao qual se deve, na maior medida, a satisfação da justa pretensão da região em possuir a sua Universidade.

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO



com serviços técnicos de fomento, grémios, comissões de PLANEAMENTO, CULTURA, ASSISTÊNCIA e construção do NOVO INTERNATO, foram gastos de 1968 a maio de 1973

27300 contos

● ATRIBUIÇÕES DE FOMENTO	
serviços técnicos, grémios	
e comissão de PLANEAMENTO ●	5 967 contos
● CULTURA	
revista AVEIRO E SEU DISTRITO e subsídios	
a INSTITUTOS de cultura ●	2 288 contos
● ASSISTÊNCIA	
INTERNATO (150 crianças), casas da criança	
de ÁGUEDA, ALBERGARIA-A-VELHA e	
MEALHADA (150 crianças em média)	10 161 contos
● NOVO INTERNATO DISTRITAL	
terreno	1 400 contos
edifício	5 678 contos
apetrechamento	782 contos
mais um pavilhão (em curso)	1 000 contos
total	27 296 contos

Painel da Junta Distrital na Exposição «Acção do Governo de Marcelo Caetano no Distrito de Aveiro» — Atribuições da Junta Distrital.



● casa da criança/AGUEDA



ALBERGARIA/casa da criança ●



● internato distrital



● MEALHADA /casa da criança

Painel da Junta Distrital na Exposição «Acção do Governo de Marcelo Caetano no Distrito de Aveiro» — Edifícios dos Estabelecimentos Assistenciais.

II Feira-Exposição Agro-Pecuária de Aveiro

A II Feira-Exposição Agro-Pecuária de Aveiro, realizou-se no passado mês de Julho, de 26 a 29 por iniciativa da Junta Distrital, do Município Aveirense, e com o patrocínio do Governo Civil, a que emprestaram a sua colaboração e apoio os Serviços Officiais e os Organismos da Lavoura, do Comércio e da Indústria.

Foi o seguinte o programa estabelecido para esta segunda edição do referido certame:

Dia 26 — Às 10 horas, no Rossio, abertura da exposição documental, de equipamento agrícola, tecnológico e de produtos alimentares; às 21,30 horas colóquio sobre temas relacionados com o desenvolvimento da zona integrada do Vouga, no Liceu Feminino.

Dia 27 — Às 10 horas, no Rossio, admissão de gado; às 21,30 horas colóquio sobre temas relacionados com o desenvolvimento da Zona Integrada do Vouga.

Dia 28 — Às 10 horas, abertura da exposição de gado, reunião do júri do concurso e início da classificação do gado; às 21,30 horas, festival folclórico.

Dia 29 — Às 10 horas, leilão de bovinos selectos; às 15 horas, visita oficial e às 16 horas, desfile do gado premiado e distribuição dos prémios.

Este importante certame, cartaz imponente da riqueza do sector agro-pecuário desta região, atingiu o objectivo fundamental que presidiu à sua respectiva concretização o que, assim o cremos, levará os respectivos organizadores cuja actividade desenvolvida merece os maiores encómios, a pensarem no sentido de futu-

ramente a Feira-Exposição poder adquirir ainda maior projecção, de forma a corresponder mais fielmente às elevadas potencialidades do Distrito.

Se a exposição documental, os colóquios, o equipamento agrícola e os produtos alimentares expostos, principalmente no ramo dos lacticínios, foram indicadores a traduzir a importância da região, mais ainda a exposição de gado, o concurso e o leilão de bovinos selectos evidenciou as suas largas possibilidades pecuárias e a sua capacidade como região produtora e fornecedora do país de bovinos seleccionados.

O Secretário de Estado da Agricultura visitou, na companhia do Governador Civil de Aveiro, bem como das autoridades locais, a exposição documental e as cerca de três centenas de cabeças de gado bovino instaladas no Rossio, onde presidiu à distribuição dos prémios do concurso. Antes disso, o Presidente da Comissão Executiva, Engenheiro Manuel Simões Pontes, depois de o saudar, fez longas referências à necessidade do desenvolvimento pecuário da região de Aveiro, numa altura em que o país tanto carece de leite e de carne, lembrando a propósito e por tal razão o interesse de criação na zona integrada do Vouga.

Em resposta, o Senhor Professor Engenheiro Mendes Ferrão proferiu palavras de esperança para os objectivos focados e de uma maneira geral para a Lavoura pela qual sempre se bateria até à última possibilidade.

Estava encerrada a II Feira-Exposição Agro-Pecuária de Aveiro.

Padre Serafim Leite

EMINENTE HISTORIADOR E CRONISTA DA
ACÇÃO DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL

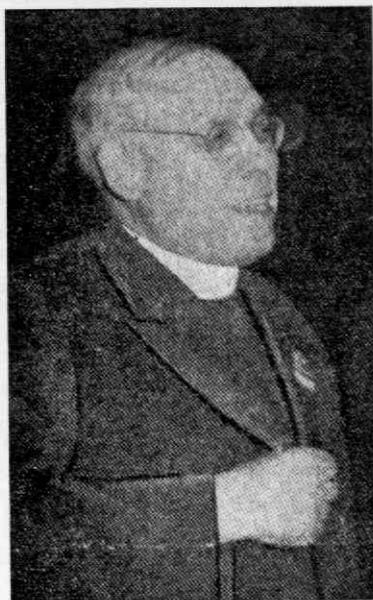
NOTAS BIOGRÁFICAS

O Padre Serafim Leite nasceu em S. João da Madeira, em 6 de Abril de 1890. Depois de frequentar alguns anos o Seminário dos Carvalhos, no Porto, embarcou para o Pará e dedicou-se ao comércio no Amazonas. Aí trabalhou como caucheiro, convivendo muitos anos com os índios do Alto Rio Negro, selvícolas de Padaneri e do Rio Vaupes, aprendendo a sua língua geral, a mesma que os índios falavam no tempo de Anchieta e Nóbrega.

Em 1914 entrou para a Companhia de Jesus. Tendo cursado Letras Humanas, em Múrcia, Filosofia em Granada, Espanha, e Teologia em Enghien, Bélgica, completou a sua formação religiosa e ascética em Paray-le Monial, França, e professou, solenemente, em 1932. Neste mesmo ano, meteu ombros à composição da «História da Companhia de Jesus no Brasil», obra monumental em vários volumes.

O Secretariado de Propaganda Nacional atribuiu-lhe o Prémio Alexandre Herculano, de 1938. Três anos antes, no Concurso Histórico de S. Paulo, fora conferido o primeiro prémio ao seu estudo sobre «Os Jesuítas na Vila de S. Paulo (século XVI)». No género histórico, publicou, ainda, outros trabalhos muito apreciados, entre os quais «Alão de Moraes» (1929), «Páginas da História do Brasil» (1937), «Novas Cartas Jesuíticas — de Nóbrega a Vieira» (1940), bem como muitos artigos dispersos por revistas portuguesas e estrangeiras.

Reconhecendo os altos méritos de historiador de Serafim Leite, a Academia Portuguesa de História nomeou-o seu sócio honorário. Pertencia, igualmente, à Academia Brasileira de Letras, à Academia de História do Equador e era sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro, sócio benemérito do Centro D. Vital, do Rio de Janeiro, membro do grupo português da Academia Internacional da História das Ciências, secção de Lisboa, e fez parte da direcção do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia.



Foi ainda membro da Comissão Orientadora da Exposição Histórica da Ocupação e do Congresso da História da Expansão Portuguesa no Mundo, realizado em Lisboa, em 1937, e membro da Secção do Congresso Luso-Brasileiro, nas comemorações do duplo centenário (1939-1940).

Pelos serviços então prestados, o Governo Português condecorou-o, em 1938, com o grau de comendador da Ordem Militar de Santiago da Espada, Mérito Artístico, Científico e Literário. Dois anos depois, o Governo Brasileiro conferiu-lhe a comenda da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Era ainda doutorado «scientiae et honoris causa», pela Universidade do Rio de Janeiro (1949), e pertencia, desde 1950, à Gallery et Living Catholic Authors, dos Estados Unidos.

Residia em Roma desde 1949, no Instituto Histórico da Companhia de Jesus, entregue aos seus trabalhos de investigação e à publicação de documentos relativos à história da Companhia no Brasil, para a secção brasileira, «Monumenta Brasiliae», da colecção «Monument Historica Societatis Iesu».

É vastíssima a bibliografia do saudoso finado. Em 1962, publicou-se em Roma, uma «Bibliografia de Serafim Leite, S. J.» e já então se registavam, ali, 277 trabalhos, entre os quais algumas novelas e contos, poesia e estudos sociais, publicados em diversas revistas e, alguns, reunidos em volume, como: «Illuminuras» (novelas), Lisboa, 1930; «Trajectórias» (1931) e «Do Homem e da Terra» (1932), poemas; «A Retribuição do Trabalho», Porto, 1933 e 1937, etc.

A par da sua colaboração em revistas e da sua actividade científica, Serafim Leite publicou, ainda, diversos artigos no jornal «Novidades», em 1928-29, com o pseudónimo Mário Victor, e pregou retiros espirituais e prestou serviços em associações de piedade.

Com a morte do ilustre historiador, perdeu a cultura portuguesa um dos seus elementos mais prestigiosos nos domínios da História. Dele escreveu, há anos, o prof. Robert Ricard, da Faculdade de Letras do Universidade de Argel:

«Serafim Leite possui um excelente conhecimento da bibliografia hispano-americana. Não sabe apenas o que se publica em Portugal e no Brasil, sabe, também, o que se faz na Espanha, na Argentina e no México, visão amplamente ibérica e, por isso mesmo, autenticamente católica. E como a isto junta perfeita serenidade de expressão e discernimento, é guia que se pode aceitar com toda a confiança.»

*
* *

Em Lisboa, quando se soube da atitude do bispo da Baía, D. Pedro Fernandes, logo se compreendeu que o superior da Missão do Brasil devia ser prelado *sui iuris*, com os poderes que conferem aos provinciais o direito canónico e as bulas pontifícias. Tornava-se urgente a elevação da Missão do Brasil a Província. O provincial de Portugal, que era já o P.^o Miró, comunicou a Nóbrega todos os seus poderes, propondo o caso ao geral. Santo Inácio aprovou: «O que V. Rev.^a ordenou no Brasil dando os seus poderes todos ao P.^o Nóbrega, isentando-o da obediência do Bispo, tudo está bem»⁽¹⁾. A patente enviaria-a ele depois, a 9 de Julho de 1553, e nela Santo Inácio já tinha em vista a ida de Nóbrega aos Carijós do Paraguai, porque o nomeia provincial da Companhia de Jesus não só «na Índia do Brasil, sujeita ao Sereníssimo Rei de Portugal», mas também «noutras regiões mais além»⁽²⁾. A «Índia do Brasil» era a América Portuguesa; as outras regiões «mais além», a América Espanhola. A patente de Santo Inácio constituía Nóbrega, praticamente, primeiro provincial da Companhia de Jesus não só no Brasil, mas na América. Santo Inácio, por si ou por seu secretário Polanco, mandou-lhe as instruções do que se costuma consultores, e maneira de escrever para Roma, em que não se deviam misturar assuntos internos da Companhia de Jesus com notícias de edificação, pois estas seriam mostráveis a pessoas de fora⁽³⁾.

Escrevendo a Santo Inácio, Nóbrega agradece a profissão solene (requeria-se para ser provincial), que ainda não fizera por não haver no Brasil nenhum professo, nem na Capitania de S. Vicente nenhum prelado;

e diz que o Brasil é acomodado para colégios, terra sã, que poderiam ser enfermarias de toda a Companhia. Ele não sai da Capitania de S. Vicente, em que se encontra agora, porque não tem padre capaz a quem encomende os irmãos que nela residem. Em Assunção do Paraguai devia haver casa da Companhia em união com as do Brasil. Espera o P.^o Luís da Grã para decidir. Importa alcançar-se dispensa de todo o direito positivo para o casamento cristão de índios e mestiços. Quanto a si mesmo, já tinha mandado pedir ao provincial de Portugal que o dispensasse do ofício de superior; o padre-geral, se conhecesse «as muitas minhas faltas e erros, que faço cada dia no que me está encomendado», não me daria o cargo — diz ele; e pede pelas entranhas de Cristo que nomeie outro.⁽⁴⁾

Quanto ao Paraguai, Luís da Grã, ao chegar a S. Vicente, manifestou-se contrário tanto à ida de Nóbrega como à sua própria⁽⁵⁾; e de Lisboa deram instruções a Nóbrega que como Provincial devia residir na Baía, capital do Estado do Brasil, para «dar princípio a um Colégio»; e para esse fim, nessa cidade, já a 6 de Junho de 1555 se esperava «cada dia» a volta de Nóbrega⁽⁶⁾.

Faltava a profissão solene. Ao concedê-la a Nóbrega, dizia Santo Inácio que, não existindo nenhum religioso professo no Brasil, ele a poderia fazer diante de algum prelado como outros muitos a fizeram na Europa⁽⁷⁾. Não havendo esperanças da ida do Bispo D. Pedro Fernandes a S. Vicente e tendo Nóbrega de se separar de Luís da Grã, que também devia fazer a profissão, Nóbrega como bom jurista aplicou o caso: ele, como prelado que era da Companhia, recebeu a de Grã no dia 26 de Abril de 1556; e Grã logo a seguir, já como professo, a de Nóbrega⁽⁸⁾.

O provincial torna a escrever a Santo Inácio e insiste pela vinda de Roma de dispensas pontifícias matrimoniais, de consanguinidade, afinidade e honestidade pública, e sobre a dificuldade de aplicar o direito canónico aos gentios já casados, que se convertem, por não se terem casado antes com a intenção de viverem juntos para sempre. A resposta de Roma ao insistente pedido de dispensas matrimoniais demorou, mas veio cabal, ainda em tempo de Nóbrega, e se verá adiante no seu lugar próprio. Por agora, Nóbrega vai para a Baía muito doente. Espera achar já aí novo provincial, para poder descansar um pouco e porque se lhe vai acabando o triénio de governo⁽⁹⁾. Escreve também ao P.^o Miguel de Torres outra carta, quase toda sobre a educação de meninos e órfãos e como desejaria que o Colégio de S. Paulo de Piratininga fosse colégio fixo, sugerindo como se poderia manter; e o Colégio da Baía, se el-rei o fizer, deve ter renda certa, e «para sempre», dos «dízimos» do Brasil ou do «tesouro» real⁽¹⁰⁾.

Nóbrega saiu de S. Vicente para a Baía a 23 de Maio de 1556. Acompanharam-no o P.^o Francisco Pires, o Irmão António Rodrigues e mais dois irmãos. Levava as Constituições da Companhia, recém-chegadas ao Brasil, que ele declarou nas casas das Capitánias. Na do Espírito Santo demorou quinze dias, mandou o Irmão António Rodrigues que chamasse os índios da vila com uma campainha e lhes fizesse a doutrina primeiro em português e depois em tupi. Segundo as Constituições, os meninos (mestiços e índios) não podiam viver em casa com religiosos da Companhia. Ordenou que se colocassem noutra separada, junto à nossa, com um curador leigo (Francisco Vaz). Saindo do Espírito Santo, o mau tempo obrigou-o a arribar a 10 léguas da vila. Seguiu viagem e na Capitania de Porto Seguro continuou o mesmo exercício, mandando os irmãos pelas povoações, incluindo Santo Amaro e ajuda; e, tanto no Espírito Santo como em Porto Seguro, com grande fervor dos moradores, sobretudo índios e índias⁽¹¹⁾

Chegando à Baía a 30 de Julho, disse a uma família da cidade que se ia organizar agora um colégio onde se poderia estudar tão bem como em Portugal e com menos trabalho e menos custo do que indo ao Reino⁽¹²⁾. Nóbrega achou novo governador, D. Duarte da Costa, ao qual pediu duas coisas conducentes à conversão do gentio: aldeamentos (reunião de aldeias pequenas em aldeias grandes de catequese) e proibição de comer carne humana⁽¹³⁾.

Pela festa de Nossa Senhora da Assunção (15 de Agosto), ordena o provincial que aos meninos índios catecúmenos os baptize o P.^o João Gonçalves, que nesse dia celebrava a primeira missa; e no fim da festa os padres abraçaram os meninos baptizados «não como a servos e estranhos, mas como a filhos de Deus», com inexprimível regozijo de toda a terra⁽¹⁴⁾.

Começa a fundação das aldeias. Primeiro, a do Rio Vermelho (arredores da Baía), tarefa que Nóbrega incumbe ao Irmão António Rodrigues, homem que já tinha dado as suas provas em Piratiniga e com o dom de atrair os Índos, que o seguiam de bom grado dizendo que ele lhes «lançava o coração pela boca». O provincial diz a primeira missa na aldeia. Festa com cantos e flautas⁽¹⁵⁾.

Funda-se a Igreja de S. Sebastião (aldeia do Principal Tubarão); nela também Nóbrega celebra a primeira missa com idêntica solenidade à do Rio Vermelho⁽¹⁶⁾, à qual se liga a primeira noção das casas de campo colegiais no Brasil. Nóbrega manda os meninos do Colégio da Baía passar as férias grandes na aldeia do Rio Vermelho, praia do mar, onde se demo-

ram os meses de Novembro e Dezembro, entremecendo o descanso com o ensino dos filhos dos Índios⁽¹⁷⁾.

Foi talvez neste remanso do Rio Vermelho, em todo o caso depois da sua volta de S. Vicente e antes da chegada do governador Mem de Sá, que Nóbrega escreveu o **Diálogo sobre a Conversão do Gentio**, primeira obra propriamente literária do Brasil. Pensamento fundamental: os gentios são capazes de se converter **em direito** porque são homens, e **de facto** porque muitos já se converteram. Questão de educação e cultura. E também de graça de Deus em chegando a hora de se converterem. O queurgia era criar circunstâncias externas que facilitassem a obra da graça, num regime de autoridade paterna, sobretudo com a educação dos meninos⁽¹⁸⁾.

Se a conversão do gentio ocupava o pensamento de Nóbrega, os moradores não o preocupavam menos. Fechou as portas da confissão aos que, ou por viverem em concubinato público ou por possuírem escravos injustamente comprados, não podiam ser absolvidos. Se outros de fora da Companhia os absolviam, era com descrédito da religião e dos sacramentos⁽¹⁹⁾. Também alguns moradores começaram a meter-se nas terras dos Índios com grave inconveniente para a justiça e a conversão do gentio, que se retirava para mais longe, onde não poderia ser catequizado. Na Baía, já se aguardava novo governador (Mem de Sá), e Nóbrega também espera novo provincial⁽²⁰⁾. Noutra carta de 1557 trata Nóbrega da situação da Companhia de Jesus no Brasil, educação e conversão; e insiste na necessidade de se fortalecer e segurar a Companhia de S. Vicente, propondo que os homens do Campo se ajuntem todos em Piratiniga⁽²¹⁾. De Maneira que o P.^o Luís Gonçalves da Câmara, escrevendo ao geral Diogo Laines, concretiza em dois os pontos essenciais do Brasil, segundo a mente do P.^o Nóbrega: que vão para o Brasil tantos portugueses que façam guardar ao gentio a lei da natureza; basta que os gentios sintam que os portugueses têm força, para os seguirem. O outro ponto é que se façam muitos colégios para a educação dos meninos⁽²²⁾.

NOTAS

(1) BN 102. — (2) MB I 508. — (3) MB I 509-513 519-520. (4) CN 192-201; MB II 164-172. — (5) BN 116; CN 258; MB II 362-403. — (6) MB II 230. — (7) MB I 511. — (8) CN 204; MB II 276. — (9) CN 205-206; MB II 275-278. — (10) CN 207-215; MB II 278-285. — (11) MB II 298-301 — (12) MB II 311. — (13) CN 332; MB III 84. — (14) MB II 349-350. — (15) MB II 350-351. — (16) MB II 353-355. — (17) MB I 353. — (18) CN 215 250; MB II 317-345. — (19) MB II 433-434. — (20) CN 250-259; MB II 396-404. — (21) CN 260-279; MB II 404-419. — (22) MB II 420-421.

Do livro

«Suma Histórica da Companhia de Jesus no Brasil»

O Cortejo das Oferteiras na Região de Vale de Cambra

Por M. Romero Vila

Remonta à primária existência do homem na terra, o culto dos mortos e as suas oferendas fúnebres.

Culto que até hoje, se tem inalteravelmente mantido com o seu carácter sério, carinhosamente humano, profundamente brotado de sentimento saudoso, votivo e telúrico.

São estas as características que nos revelou a visita que há mais de um mês, fizemos, em Altamira, Espanha, à exposição de *A Sombra de um Homem da Idade da Pedra*, em que junto da cabeça do homem enterrado, se encontra um animal em posição encurvada de maneira que as patas dianteiras se prendem às traseiras, como, ainda hoje, se leva singularmente os cordeiros para a feira ou mercado. (1)

A existência deste animal, sepultado juntamente com o homem, nessa antiquíssima CUEVA MORIN, Provincia de Santander, há mais de 29 000 anos, e cuja descoberta constituiu um dos fenómenos raros e felizes que é concedido, providencial e excepcionalmente, a alguns estudiosos pré-historiadores, vem demonstrar que o homem desde sempre «teve determinadas formas de tratar os seus mortos e os seus lugares especiais» (2) e que os costumes, ritos e formas de sepultar os mortos, actualmente existentes e, que lentamente se vão modificando e desaparecendo, deixam de ser velhos, embora sempre expressivos, perante o descobrimento desta sepultura pré-histórica do *Homem de Morin*.

J. Gonzalez Echegaray, no seu curioso estudo *La SOMBRA de un CAZADOR de La EDAD de PIEDRA*, afirma que «Possivelmente, esta oferta foi colocada na sepultura, para assegurar uma provisão de caça ou de alimento ao espírito do caçador.» (3)

Um rito próprio de enterramento foi também descoberto, comparando várias sepulturas da mesma Cueva Morin. Em todas se notaram que as pernas dos mortos se encontravam afastadas e a cabeça

que devia estar ligada ao pescoço e este ao tronco, estava perfeitamente também separada.

Houve, portanto, um rito especial de enterramento do homem pré-histórico e o mesmo estudioso Gonzalez Echegaray, afirma: «*Todos estes indícios sugeriram que os sepultados neste sítio, foram mutilados post mortem. Cremos inclusivamente, ao achar o machado de pedra junto do morto, ter encontrado o objecto com que foi decapitado. Trata-se de uma peça rude achada junto ao pescoço do Homem Morin I.*»



Aguardando a organização do enterro, as offerteiras têm os cestos nas mãos esquerdas, em sentido de oferta.

«Uma mutilação parecida post mortem dos cadáveres se pratica ainda hoje, em algumas sociedades primitivas, para impedir que o espírito do defunto volte a rondar a comunidade onde viveu.»⁽⁴⁾

Caso idêntico verificamos, em África, em 1959, quando, assistindo a um enterro indígena, no mato, numa das margens do Rio dos Bons Sinais, Quelimane, Moçambique, vimos os nativos a sepultar caneca, pratos, panelas, utensílios caseiros e particulares da morta na mesma cova, e os condutores do caixão a esfregar os corpos com uns pedaços de ervas secas, fervidos numa panela junto à campa da morta, para que a doença e o seu espírito não se apegasse aos seus corpos.

Neste apanhado histórico, à guisa de preâmbulo, nota-se que desde o início da existência humana na terra, houve um rito nos enterramentos dos mortos: — corte das pernas e da cabeça, para que o espírito dos mortos, na imaginação dos povos, não vagueasse entre os vivos; *Oferenda fúnebre*: — na existência da gazela, cabrito ou rebeco, (como é chamada nos



Uma oferteira que amavelmente nos mostrou o milho e o tamanho da toalha que cobre o cesto de verga redonda.

Montes Cantábricos, Espanha, a cabra brava) junto ao homem caçador, para que o seu espírito se alimentasse e a sua memória perdurasse na lembrança dos vivos; *sinal sobrenatural ou crença em valores espirituais*: — na separação das pernas e da cabeça, para que a imortalidade do seu espírito não se servisse dos órgãos vitais da comunicação social. E na existência do machado, pertença própria e sua defesa, na última morada.

Fizemos este resumo e fomo-lo buscar à primeira civilização humana — a Idade da Pedra — para expor o *CORTEJO das OFERTEIRAS* ou *AS OFERTEIRAS*, ainda existente na Região de Vale de Cambra, especialmente na freguesia de S. Pedro de Castelões, afirmando que se desconhece a era, a data, concretas em que começou tão regional costume de homenagear os mortos e de conservar a sua memória.

Costume imemorial, acentuou o actual Prior de S. Pedro de Castelões, P. João Martins das Neves e que, na nossa pobre opinião, mergulha nos primórdios da existência humana, desde que o homem começou a dar morada digna e respeitosa aos seus defuntos e a ter consciência do seu destino eterno.

As Oferteiras dispõem-se, à frente dos funerais, em fila indiana, precedidas do rapaz da campainha. Em número ilimitado, dependendo somente do consentimento da família e da possibilidade de conseguir, no Lugar ou na Freguesia, donzelas disponíveis para isso.

E assim se chama a este desfile das raparigas nos funerais, *O Cortejo das Oferteiras*.

Não há na escolha e no convite, qualquer exigência social ou económica, apenas serem solteiras, reputadas de boa fama e com a idade máxima de 25 anos. Até há pouco tempo existia o costume de o número ser ímpar (pernã, como diz o povo) — costume que por se julgar eivado de superstição, se procurou evitar.

Vestidas rigorosamente de preto, desde os sapatos ao lenço da cabeça, com saia, blusa, xaile fino (tipo varina), manta ou véu preto.

O pequeno cesto de varas redondas, coberto inteiramente pela toalha de linho branco, pousado na rodilha branca sobre a cabeça, sobressai perfeitamente em todo o conjunto fúnebre, dando um tom de pura saudade e bela homenagem aos mortos que vão a sepultar. Esta toalha existia, outrora, em todas as casas servindo primeiramente para os baptizados das famílias. O milho que leva o cesto é oferecido pelas pessoas amigas, vizinhos e parentes e, no seu conjunto deve dar um alqueire, em enterro de adulto, e meio alqueire, em enterro de anjinho. Primitivamente, eram duas boroas de milho que se destinavam aos pobres.

A renda da toalha é disposta de uma maneira especial, cobrindo toda a boca do cesto que leva o milho e fica pendente das abas, não permitindo ver-se qualquer parte das varas redondas de que se compõe o cesto.

Esta oferta, apresentada de uma maneira airosa e cheia de simbolismo, na pungente hora de luto e dor que a todos impressiona, é uma nota de alva candura e significativa manifestação de condolência amiga.

Tem um cerimonial próprio, desfilando, uma após outra. As oferteiras são senhoras de expressivo silêncio ou rezam o terço, durante todo o caminho do enterro.

Ao chegarem à igreja, retiram os cestos da cabeça e seguram-no, em modo de oferta, no braço

Depois juntam-se de novo, no mesmo lugar, aguardando a chegada do sacerdote que acompanhou o funeral ao cemitério. Beijam a estola e rezam em conjunto o Pai-Nosso. Em tempos de mais fé, cada uma das oferteiras rezava a oração dominical. Após a recitação colectiva desta oração, retiram-se para casa.

Mas não fica só por esta pública homenagem aos defuntos. No domingo seguinte, volta uma só oferteira à igreja, com o cesto coberto da mesma forma, trazendo-o no braço esquerdo, com pão e vinho. Actualmente bolachas e uma garrafa de vinho fino.

Apresenta-se vestida impecavelmente de preto como no cortejo do funeral.

A sua presença no meio da assistência à missa



O desfile das Oferteiras de S. Pedro de Castelões, a caminho da igreja paroquial.

esquerdo. Ajoelham diante da tarimba aos pares. Colocam os cestos no chão. E assim se conservam, enquanto se rezam os responsos finais no templo.

Terminadas as orações litúrgicas e, enquanto retiraram o morto da igreja com todo o restante povo, para o cemitério, as oferteiras vão deitar, numa pequena tulha numa dependência da casa de Deus, o milho que traziam nos cestos.

A propósito, convém dizer, que existia numa freguesia da região de Vale de Cambra, supõe-se que em Macieira de Cambra, uma casa a que chamavam Tulha, que servia de armazém dos cereais que os frades de Santa Cruz de Coimbra recebiam do povo, quando esta região dependia religiosamente do antigo e célebre Mosteiro conimbricense, que, como se sabe, é dos primórdios da nacionalidade portuguesa.

paroquial, gera uma vivência de sentida e respeitosa recordação dos recentemente falecidos, que pela lei inexorável foram arrebatados do seu convívio.

Aproxima-se do altar-mor, pousa a oferta no chão, ajoelha-se e espera assim, até ao fim da missa paroquial. É uma viva presença de saudade que há poucos dias, a grei prestou com o seu cortejo, ao levar para o cemitério os recém-falecidos, e que ali se encontra, palpitante, prestando a Deus dos vivos e dos mortos, a sua adoração e os seus rogos.

O sacerdote no final, abeira-se da oferteira que, segurando na mão esquerda uma vela acesa, com a mão direita vai recebendo e lançando, numa salva, as ofertas que lhe deram, para ali pública e devotamente rezar pelos mortos. Outrora, as pessoas também assistiam, mas actualmente deixam isso à oferteira e ao sacerdote.

Terminadas as orações, a oferteira levanta-se e leva a casa do Prior a oferta que foi dada pela família.

Este pequeno rito é chamado *Segundo Ofertório*, que ainda se encontra em uso em quase todas as freguesias da região. Em Macieira de Cambra este ofertório é apresentado em forma de torre, com a toalha armada ao redor da garrafa e por cima das bolachas que o cesto contém. Nas freguesias de Ossela e Nogueira do Cravo, do Concelho de Oliveira de Azemeis, circunvizinhas da região de Vale de Cambra, também existe este costume. Nesta última, oferece a família, uma carreira de pão (o conhecido pão de Ul), uma garrafa de vinho comum e uma galinha, ao Pároco da freguesia.

O Cortejo das Oferteiras e o Segundo Ofertório já não existem em todas as freguesias. Conservam-se ainda nos nosso dias, com insignificantes modificações e com certa e razoável pureza, na de S. Pedro de Castelões.

Desconhecendo-se a exacta origem deste aparatoso e público modo de homenagear e lembrar os mortos, parece-nos que sai espontânea e naturalmente dos nobres e superiores sentimentos da natureza humana.

Não será ousado, com certeza, ver no Cortejo das Oferteiras a repetição mais perfeita e mais profunda e religiosamente humana, do rito, da oferenda e da crença que encontramos no valioso achado do Homem da Idade da Pedra da Cueva Morin, em Espanha.

Rito: — na maneira de enterrar os mortos, ocorrendo pública e colectivamente com os seus bens e com a parte mais sã, pura e atraente da sua idade — as donzelas —, pondo-as em desfile, em homenagem aos seus mortos.

Oferenda: — na oferta do pão ou do milho, para que no valor destes, as suas almas sejam lembradas e socorridas pela fé e sentimentos fraternos de todos os que os conheciam.

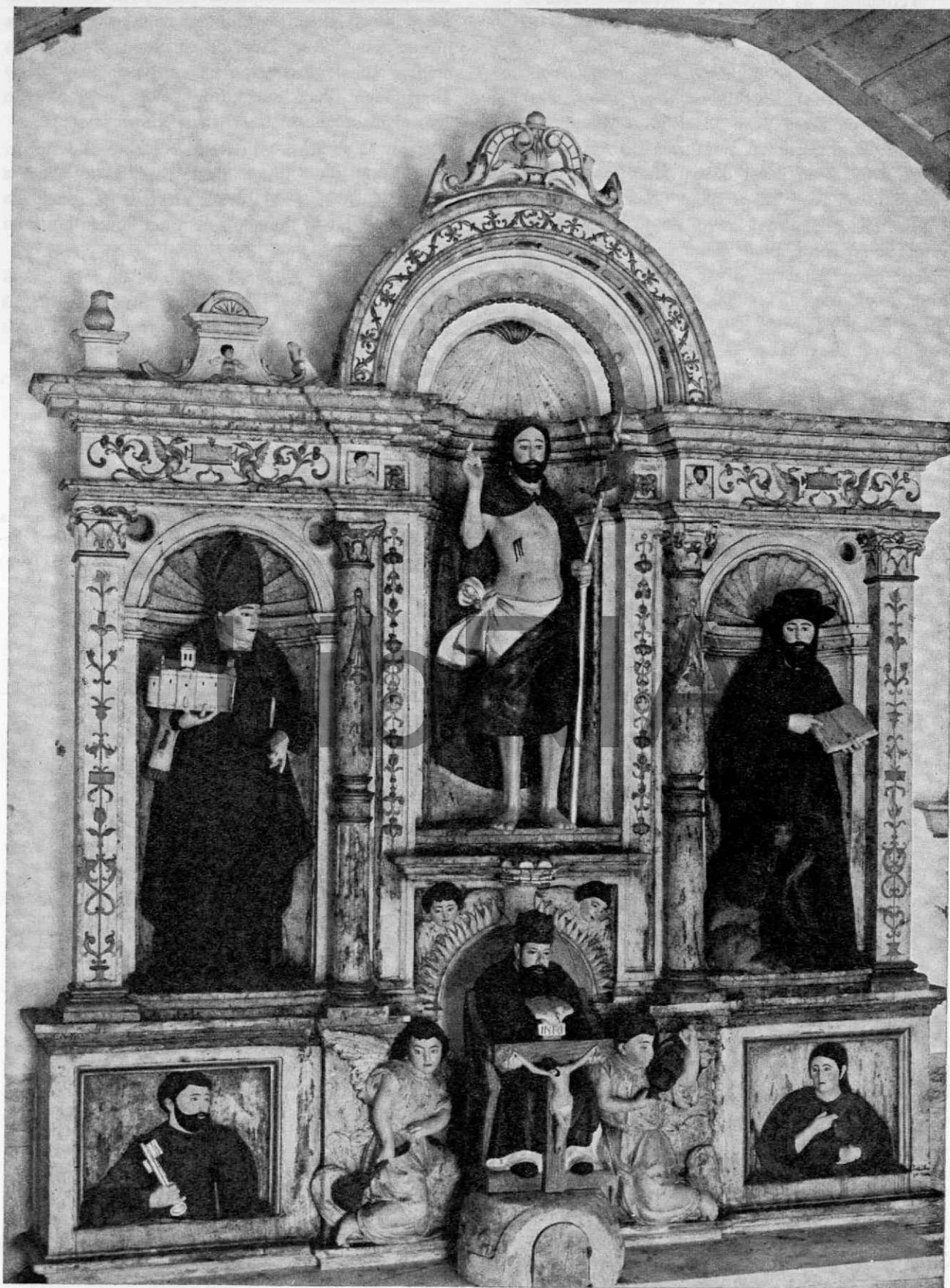
Crença: — na recitação das orações durante o funeral, na igreja e na missa do povo.

NOTAS

(1), (2) e (3), Trabalho, La Sombra de un Cazador de La Edad de Piedra, de L. G. Freeman e J. Gonzalez Eche-garay, págs. 12, 7 e 12, edição do Museu de Prehistoria e Arqueologia. Santander, 1972.

(4) idem, pág. 18.

bibRIA



João de Ruão — Notabilíssima obra escultórica da Renascença (2.º quarto do séc. XVI).
Capela do Espírito Santo. Travanca — Oliveira de Azemeis.
• Antigo retábulo de Sacramento, da igreja paroquial, mutilado na parte do sacrário.
A escultura do Espírito Santo é obra secundária.

Considerações sobre a Gente de Aveiro

Por Eduardo Cerqueira

Jornalista e publicista

Mais de um milénio documentalmente certificado testifica a existência de uma Aveiro desabrochante — uma incipiente e indiferenciada povoação alavariense, nascida sob o signo do sal e, acaso, das suas propiciações.

À ilharga de **Salla**, e das salinas dela própria, que o topónimo enganosamente pareceria sugerir, situava-se Aveiro — quer dizer, Allavario, que ainda era o nome em desabrolho sem a lima que o afeiçoasse do linguajar canhestro à fala adulta que hoje subsiste, fonética e graficamente fixada.

E também a Alavarium dos primórdios do agregado, e delas germinada, com marinhas de sal, já retalhadas verosimilmente em quadrículas, como as janelas do céu que nelas quis ver com seus dons de penetração ultrapassantes dos comuns o artista Almada Negreiros.

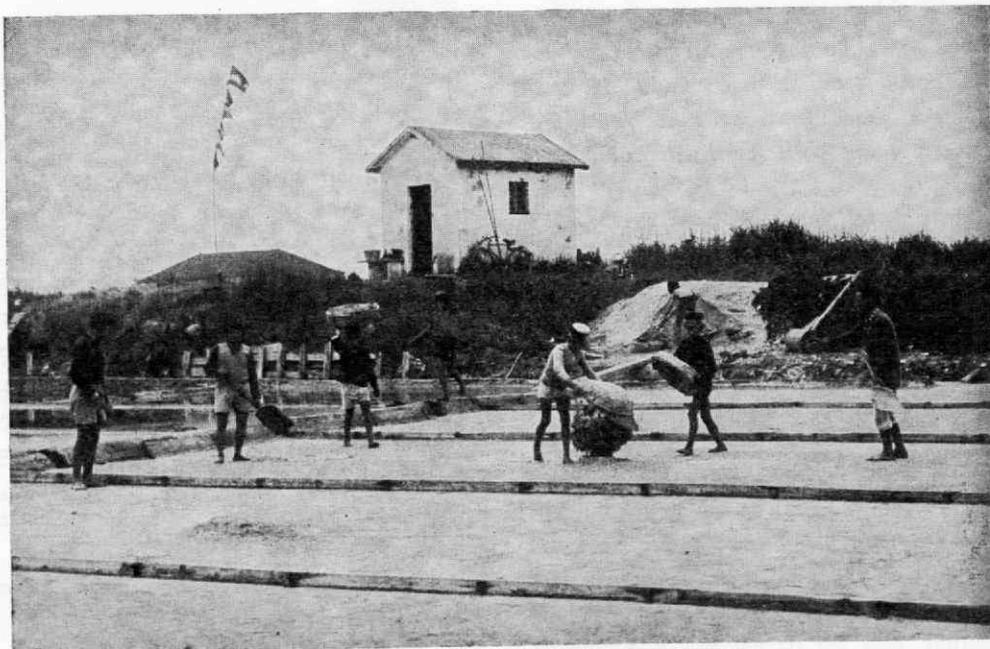
Proporcionavam, desde logo, as fulcrais salinas, o elemento para temperar as berças e o conduto parco, ao habitante arribado com o só capital dos seus braços e da sua vontade de sobrevivência. E, paralelamente, com realçar das possibilidades gustativas de uma alimentação de monótona composição e simpleza,

*Introdução a um colóquio sobre
«Aveiro, Rumo ao Futuro»*

lhes vinha dar possibilidades de cura conservante às viandas dos dias assinaláveis, quem sabe se de cerdo — nessa época em que, a um tiro de besta, ou pouco mais distância, se adensava também com sua fauna adomesticada a Mata dos Ursos, cuja reminiscência subsiste na toponímia de uma povoação do alfoz citadino.

E instilava um travo espevitador, esse mesmo elemento que foi o longínquo gene da cidade actual, às línguas desentrevadas do homem que lhe fruía o paladar no caldo e no pouco mais da apertada dieta — e, por essa via, e na constância ininterrompida, viria a atizar-lhe a argúcia para novos misteres, e perspectivas de mais largo raio, e alguma nova etapa de ambição.

E, naturalmente, acabaria por transmitir ao primitivo marnoto alienígena, nos cristais que extraía da água marinha, por virtude de intrínsecos predicados transcendentais, lucidez e sabedoria. E, através desta, por conferir-lhe moderação nos eventuais golpes lampejantes do chiste ou do faceto sarcasmo, e, em identidade com o agente estimulador, a congregação numa cordealidade fraterna.



A salinagem ancestral em Aveiro.

O sal, porventura, conjuga uma dupla personalidade, como os homens que normalmente patenteiam uma certa feição à flor da pele e não logram refolhar a que lhes emana dos esconsos, latente ou latejante, imanente ou em subreptícia actuação constante que se instila, e domina, e comanda. Como um leme desproporcionadamente minúsculo em relação à nau transoceânica que, com um curto desvio de ângulo, lhe altera o rumo.

O sal, a par das virtudes mágicas de que imbuí, pode atrair e ser veículo de augúrios malfazejos e reais malefícios, pela prática de intencional malquerença despertadas. E, em contraste, admite seus ritos propiciatórios, que dele anulem as potencialidades deletérias.

A existência de salinas implica a óbvia existência de quem as amanhasse. O sal, para cristalizar à luz solar na calidez dos dias estivais, com as brisas do Atlântico—ainda então não domado pelos nautas lusos—ou os ventos dissecantes da Meseta, e, para na termonha cintilar como os diamantes, necessitava de que os homens o lavrassem com saber, método e pertinácia, e quase o lapidassem à maneira de joalheiros. Como as pérolas que precisam de uma ostra, e um grão de areia catalizador dentro dela, que as gere, e pacientemente lhes dê forma, e, inspiradamente, o tom de beleza singular.

Antes que as químicas inventassem processos rigorosos de análise, os salineiros (que chegaram a Aveiro não se sabe ao certo de onde, nem como, e lhe deram o nome e nela se integraram), no tacto e nas papilas gustativas se afinaram. Apuraram-se para deslindar as percentagens convenientes, quer para a saúde própria e do semelhante, quer para outras habituais utilizações do sal, dos sódios pretendidos e dos magnésios nefastos, e para, pelo refinamento de um paladar de apurados provadores e da sensibilidade tátil, conferir à água, submetida a evaporações sucessivas, os doseamentos exactos.

Aveiro, terá então exercido a primeira influência e mutação no homem rude descido da serra pelos caminhos que o Vouga lhe inculcara.

Ignora-se, salvo Rómulo, o fraticida de Remo, que a loba dos bons fados amamentou para a criação de Roma, ou outros casos comparáveis, quem fundou essas terras antigas que não tiveram um nascimento predestinado e patrocinado pelos deuses.

A terra escreve ela própria, em si mesma, a sua história, hora a hora, para lhe podermos ler, ou soletrar, os sumários de séculos ou milénios de decorrências. Porque nós, mesmo com os nossos penetrantes e potentes meios modernos, não lhe alcançamos o pormenor dessa escrita de caracteres extremamente difusos, e

infindos, momento a momento acumulados. Mas tem, incontestável, a sua história exacta, em que o próprio remexer representa um mero episódico, epidérmico embora, mas que fica inscrito.

O homem, esse, deixou lacunas imensas, no trânsito das gerações, nessas épocas longínquas em que quase apenas o conhecimento era de outiva, e só oralmente se transmitia o dia a dia e o pretérito.

E, aqui, neste solo de aluvião, congregado com matérias desagregadas que os caudais de água carrearam, e nos quais as próprias areias do mar terão sido obstáculo bastante para lhes determinar o depósito e a sedimentação, aqui, o homem não brotou, espontâneo, como as algas. Não há um «homem vacuense», como há um «homo taganus», por exemplo.

Veio de algures, descido da serra ou pelas rotas marítimas, sem passaporte, nem carta de chamada—nem registo de entrada que persistisse.

A terra era branda como uma alcatifa, ou areia fulva e ainda movediça. Carecia de pedras perduráveis onde insculpisse alguma memória, e as próprias pegas, que se afundavam no solo inconsistente, mais maleável e fluido que o barro de mais provecta sedimentação, a formação aluvionar, ininterrompida, as apagava. E as toscas moradias, de torrão e cobertas de colmo, frágeis e de perecíveis materiais, o tempo as desfez e lhes apagou o rasto.

Se bem procurarmos a identificação da gente alienígena ao meio lagunar, de progressivos açoreamentos, e em crescença sucessiva com a invasão de novos materiais desagregados, e de chão fofo e dócil, talvez encontremos uma razão plausível de ecologia humana para a fixação dos primeiros povoadores do ermo adoptado.

Os pés que entram nesse solo com um homem a pesar-lhes por cima, como que se afundam. No chão de lodo, como captadoras antenas ao invés, recebendo uma mensagem. De algum modo, serão raízes e sorverão o humus, virgem de humanos rastros. E a partir do que se embebem originarão seivas de adaptação e identificação.

Os pés apegam-se, e com eles os homens que neles se apoiam, e, com os homens, as almas dos homens.

E sempre um esforço se exige para do lodo os retirar. Ainda quando a água abunda, e lava e escarola, por um qualquer lapso de tempo se verificou uma adesão e uma osmose, uma penetração germinadora, um apegar,—um ficar da terra.

Aliás, os espíritos também de algum modo se assemelham ao barro e também se amoldam. E, com determinantes comuns, terão sido para eles congéneres os efeitos, na circunstância em foco.

Os homens que, como o Vouga, e, na sua senda insinuadora, aqui desaguaram, ou aportaram nesta

Mesopotâmia atlântica, rasa mas abrigada no mediterrâneo plácido, ou provindos de mares bravios da Flandres — tanto ou mais que «o bravo mar da Costa Nova» que por meados do século dezanove ficaria na retentiva de Eça de Queirós como termo de comparação —, dos lendários viquingues — que nos teriam deixado elementos de mestiçagem para esses espécimes superlativamente elegantes, ambíguos na arquitectura naval, chamados «moliceiros», e que começam a rarear neste capricho da Natureza que é a Ria — esses homens, fundadores mas alienígenas, enterraram os pés. Enterraram-nos e prenderam-se à terra. Colaram-se à terra, como esta se lhes apegou aos pés, descalços e permeáveis.

O que é menos coeso e duro, penetra-se sem violência. Como que afaga, e abraça, e vincula.

Na terra de ao rez da água, o peixe mais que desafia, oferece-se ao mero lançamento de qualquer tosca rede — a uma qualquer incipiente rede que imediatamente suceda à palma da mão que recolhe, enquanto a água se escoia por entre os dedos semi-cerrados.

E a luz vibrante, que o espelho da água empoadora, de gotículas lenticulares, superlativa, potencializadora, empolga como uma hoçsana, como um hino de alegria e exalção.

Ela, a terra razeira, é como a mão — que terra e mão simbioticamente se influenciam — espalmada, e como ela aberta. Mostra certas linhas cambiadas em veios de água, com também a sua quiromância, a prenunciarem o futuro. A terra, na horizontalidade desabafada de obstáculos, é, na luminosidade fulgurante que a exalta, o espiritualizador canto-chão da paisagem.

O homem da serra, que no agro ribeirinho, embebido de humidade e dócil, brande a enxada com economia de esforço e, agora, aprendiz das fainas da salinagem — provavelmente de didáctica árabe, na tecnologia que permaneceu com mínimo aperfeiçoamento até aos nossos dias celeremente evolutivos — encontrou-se sem limitações de horizontes. E, naturalmente, sem ecos para suas rogações nas emergências angustiosas, e para as imprecações bramadas.

O rumor do mar e o espaço sem entraves deixam descarregar iras, expandir alegrias, elevar preces, cantar e gritar, mas os sons esvaiem-se, alargam-se, diminuídos de intensidade, em ondulações de cada vez mais largo diâmetro e mais suave curvatura e não regressam. Não teimam, não perduram. Não encontram obstáculos a repercutir as vozes — nem a limitar as vistas.

Não sofreram, esses honienses recém-vindos, a perseguição insinuante dos ecos insistentes e infiltrantes, que instilam a perseverança e a inabalabilidade. O berro, a diatribe, a própria oração, sem nada que os devol-

vesse, amorteciam no espaço desabafado, e extinguíam-se.

O ambiente que aliás forçará à luta constante, é antagonónico com a obsessão contumaz.

Areja e abre. Volubiliza, porventura, porque a terra é mole, e a água fluída, e a luz como que uma imaterialização em contínua instabilidade.

E o homem fala, e brama, e roga, mas, porque a voz não reverte, não toma as palavras, e as ideias e sentimentos que elas traduzem, perpétuas como as Escrituras. Não encontra no eco uma confirmação, e propende, humildemente, para a convicção de que, na livre natureza sem peias, a expansão do espírito constitui uma constante e o estaticismo é um contrasenso.

Não cabem neste volitar, nem o meu cabedal os contém, aprofundamentos. Não topamos, no âmbito a que me confino, vestígios pre ou protohistóricos que nos habilitem a considerar um homem, digamos, autótone, e a caracterizá-lo.

Aliás, a formação de Aveiro e do seu redor, porque o recorte reconhecido da sua costa o evidencia, é por demais recente para remontarmos a tão transactas eras.

Tomando mesmo de barato que preceltas ou celtas, ou lusitanos celticizados tenham descido dos Hermínios, ou da região que os circunda, curiosos, prescrutados — e de que um outro elemento neolítico que nos haja surdido em prospecções efectuadas no nosso redor nos atestem a existência de vida humana nessas longínquas épocas — esses núcleos só muito dubitativamente se poderão tomar como o substrato da população aveirense.

A gente de Aveiro não tem significado etnológico próprio. Resulta de um afluxo, provindo de diversos quadrantes, e de uma mescla. A dolicocefalia dominante não passa de uma característica geral do país e das raças — se é legítimo empregar este termo tão indefinido quanto à espécie humana — que na região estanciam com maior ou menor permanência.

Das gentes que povoam o Baixo Vouga — e com maioria de razão Aveiro, seu centro principal e mais aberto à confluência de migrantes, por via terrestre e marítima — escreveu lucidamente Jaime de Magalhães Lima: «Etnicamente serão uma farmácia, copiosamente provida de simplices, nem um só dos quais poderá já encontrar-se claramente estremado e dominante, tão antiga é a série de composições e reacções em que anda diluído. Não há lugarejo onde não se achem amalgamadas as raças vindas dos quatro ventos da Europa, sem dúvida entremeadas de nutridas brisas de África». (1)

O citado pensador aveirense, numa sedutora incurção pelos domínios da etnologia, mais intuitiva que científica, mas recheada de válidas sugestões, pretende que

«dois e só dois caudais de diferente cor e diversa substância alimentam essas multidões (as que povoam o Baixo Vouga): tem um a veia mãe em Ílhavo, e o outro na Murtosa».

Aos primeiros, da Ílhavo marinheira, atribui como proveniência «os mareantes que vieram do sul e aprenderam cedo o caminho de tão vasto abrigo», como era, a constituir-se ainda, e sempre em evolução — que vimos procurando incessantemente orientar em nosso proveito — esta «larga baía aberta ao mar pelo poente e resguardada por montes altos de nascente».

Nos da Murtosa e sua ampla esfera de penetração considerou os mareantes que arribaram do Norte. E, doseando-lhes os cruzamentos ambivalentes, acrescentava-lhes «a visita de um ou outro raro vagabundo que desceu das montanhas e se quedou nas praias, seduzido pelos regalos e riquezas das cidades».

Aceite-se que, na base e certas predominâncias de características da gente a ter propriamente como de Aveiro, a estatura e o porte, a musicalidade da fala e certas propensões estejam em parcela influente esses dois meios de mais transcorrente caudal, e a sua junção e caldeamento. Aceite-se, com alguma reserva. Nem o Ílhavo tem pègadas mais remotas na terra onde se radicou, nem, em épocas recuadas, excedentes que se disseminem por toda a região que começava a ter algum, ainda que modesto, significado de geografia-física, mas também humana. Na velha muralha do Infante D. Pedro — o esclarecido e estimulador donatário quatrocentista de Aveiro — a preferencial designação de porta de Vagos a uma das entradas na já predominante vila comercial marítima, indica uma supremacia sobre Ílhavo. Aliás, ainda em meados do século passado, se discutia, ao pensar-se na extinção de um dos concelhos, qual das respectivas sedes dispunha de mais convincentes condições para a manutenção.

Outro tanto se poderá observar no que respeita à Murtosa, de formação geológica idêntica à aveirense, e, mesmo não sendo contemporânea desta, de pouco antes de certo na constituição de um aglomerado que se difunda e dê sementeira fertilizadora de outros chãos recém-surdidos, a terá precedido.

Aceitem-se, todavia, essas duas correntes factoriais, se não com predominância de evidência incisiva, como agentes — talvez, mais exactamente, com influência recíproca — determinadores, em considerável parcela.

Mas o aveirense — aquele que virá a ser susceptível como que de uma abstratização de paradigmático significado simbólico — constituir-se-ia através de mais complexa miscigenação.

Um porto de mar, e por via dele a atracção de possibilidades artesanais e mercantis — como, não obstante a sua tese, o insigne escritor aveirense, não deixou de considerar — foram sucessivamente criando pes-

cadores e mareantes — de que seriam uma prova a importante confraria, de feição corporativa, em que se agrupavam já pelo século XIV, sob a égide de Nossa Senhora da Alegria — e uma pequena burguesia de mercadores operosos. Estes, quando não providos deliberadamente para exercer um mister já experimentado, de outras paragens, emanariam, pela propiciação complexiva de novas condições, daquelas profissões e dos próprios marnotos.

Encontramos, pois, as profissões marítimas agrupadas na sua corporação — ou o que o mesmo é, na sua confraria — no século XIV, com sua sede na Capela de Nossa Senhora da Alegria, ainda subsistente, mas que nós nos esquecemos de proteger com o desvelo devido não só como uma relíquia histórica, mas como um documento vivo da nossa evolução social e económica.

Nos tempos em que ainda nem Fernão Vaz de Agonide teria a piedosa e benemérita magnanimidade de criar a Albergaria de S. Brás,⁽²⁾ nem mesmo existia hospital público — pois só muito mais tarde, em meados do século XVI, como é sabido, se fundaria a Misericórdia — os nautas aveirenses, pilotos das naus e caravelas que desvendaram mares desconhecidos e comerciaram com portos nacionais e estrangeiros — e os pescadores, que haviam sido dos primeiros a frequentar os pesqueiros de bacalhau da Terra Nova, graças à experiência aqui alcançada — mantinham já o seu hospital privado.

Colocaram-no sob o patrocínio de Nossa Senhora da Graça, na chamada capela — há tanto desaparecida como tantos dos nossos marcos mais representativos — de Nossa Senhora da Graça do Hospital, não está apurado se então erguida, se preexistente à obra de assistência, predecessora concludente da mutualidade dos nossos dias.

A gente separa-se. Separa-a a Ribeira e o seu prolongamento para o esteiro das Azenhas — que ainda não se enfeitavam com a obsessiva e desajustada maqueação de paradigmáticas e pretenciosas similitudes venezianas, e, assim, com a talvez mais eufónica, mas também mais prosapiosa e mais generalizadamente inexpressiva de canais.

Separam-na e unem-na. Dividem-na e constituem um traço de união.

De um lado, intramuralhas, dentro dos espessos muros que o Infante D. Pedro tomara a iniciativa de erguer para afrontar algum eventual invasor e os vindouros tempos — e os tempos, e os homens, não obstante a solidez que lhes conferiu demonstraram no seu desaparecimento quanto as obras materiais são efémeras —, de um lado, dizíamos, viviam as gentes principais. Habitavam nobres, a cleresia numerosa da matriz de S. Miguel, os que à sombra de uns e outros subsistiam, e, ao derredor, os primitivos oleiros, e, ainda,

num desvão, entre as portas da Vila e as de Vagos, insulados na segregação que na época se lhes impunha, os judeus, que as potencialidades mercantes sollicitavam.

Para além da outra margem da Ribeira—hoje chamada Canal Central—lentamente ia surgindo a Vila Nova, com a gente entregue às actividades do mar ou da laguna, à construção naval que aquelas exigiam, às fainas do fabrico e reparação de redes e outros apetrechos náuticos.

Da nítida diferenciação de estilos de vida e concomitantes gradações sociais, que não apenas dessa como que fronteira natural formada pelo veio de água, se terá estabelecido, numa dualidade que não implica restringimentos de unidade no comum e essencial, a distinção, dos apodos que uns a outros se jogariam, em propósitos mais gracejadores que pejorativos, de cagaréus e ceboleiros.

Aliás, a prevalência generalizada a todos os aveirenses da primeira das duas alcunhas constituía demonstração da unidade bipartida, que nem a constituição de quatro freguesias na segunda metade do século de quinhentos, pelo bispo D. João Soares—consagrando o desenvolvimento da então vila, florescente e de mais de uma dúzia de milhares de habitantes—alteraria.

Socorro-me de Rocha e Cunha, a quem se ficaram devendo os mais meticulosos e reveladores estudos sobre a história de Aveiro. O esclarecido e benemérito aveirense observa que a constituição do cordão litoral, formando a laguna, e com ela um magnífico porto «criara no litoral de Aveiro condições de prosperidade e, concomitantemente, determinara o início do declínio dos portos do norte» (3). Do norte do país, entenda-se.

Naquela época, como se verifica do documento que subdivide a primitiva e única freguesia de S. Miguel em mais três, a vila conta numerosos comerciantes estrangeiros—ingleses e flamengos na maioria. Plenamente o justificava o intenso e ininterrupto movimento do porto, e constituía um novo factor para imbrincar a genealogia do aveirense.

Entretanto surgia e aumentava, com as possibilidades que o porto proporcionava uma burguesia marítima e mercante, já, digamos, autóctone—que, nesta altura, com todos os caldeamentos verificados e numa fixação perdurável, o termo toma propriedade de acepção—já por novos afluxos de gente tentada pelas perspectivas económicas aliciadoras.

O mesmo ponderado e consciencioso autor qualifica essa burguesia em progressão numérica e de crescente importância, como «activa, inteligente, cheia de iniciativa, conhecedora de técnica comercial pela experiência de gerações, em contacto directo com o comércio estrangeiro e por via dele com civilizações mais adiantadas». (4)

Completa um concludente quadro das forças produtoras aveirenses desses tempos «com mareantes e pescadores arrojados, experimentados marnotos, construtores navais peritos na arte, profissionais de todos os ofícios subsidiários das construções e armamentos marítimos, artífices de ofícios indispensáveis à vida urbana, o pequeno comerciante intermediário, enfim, todos os elementos componentes de uma população intensamente laboriosa». (5)

E, se a vila concentrara o seu esforço nos trabalhos e tráfico do mar, a «actividade agrícola da região circunvizinha, alargando a capacidade de compra—e, certamente, fornecendo a sua quota parte para o aumento da população de Aveiro—prestava sólida colaboração à actividade mercantil». (6)

Dessa colaboração, cessada com as crises da barra—sobrevindas a partir de 1575—traduzir-se-ia em mais imbrincadas mesclas, a que um carácter dominante de integração conferiria, com o renovo de sangue e introdução de genes, os mais díspares, como que uma especificidade comunitária aveirense.

No cadinho de mil ingredientes, no rodar do tempo, o homem de Aveiro foi tomando feição para um certo modo de viver em sociedade, e a sua forma de solidariedade, as suas usanças próprias, os seus gostos peculiares—e até umas particulares características físicas que diferenciavam o homem de Aveiro—o homem e não menos a mulher, tricana ou salineira—entre os dois espécimes, porventura, mais extremados e identificáveis, do ilhavo ou do murtoseiro.

No aveirense, já de cepa local, os traços seriam menos evidenciados do que naqueles, como em todas as médias, onde todas as agudezas se esbatem, e, mais temperado por outros cruzamentos, a que estava notoriamente mais aberto, e mais pulido pelas circunstâncias de meio daí mesmo resultantes, quando não somaticamente, na maneira de estar no mundo e enfrentá-lo.

Nas vicissitudes calamitosas que a vila experimentou, e lhe reduziriam, em dois séculos, o número de habitantes a cerca de uma quarta parte, permaneceram, não os nobres, nem os burgueses abastados, mas aqueles que mais estavam, apesar das condições pouco propícias especialmente para eles, estreitamente ligados às fainas da laguna, então sáfara e insalubre. Ficou o povo estreme, o que fundamentalmente constituiria o que Homem Cristo considerava, dando ao termo extensão despida de rigor científico, mas indiscutivelmente expressiva, a «raça nativa de Aveiro».

Sigamo-lo, no seu incisivo e inconfundível estilo de panfletário desprezador de eufemismos: «...os infimos do povo—reportava-se aos meados do século passado—que restavam da inteligente e forte população do período áureo da vila, ficaram limitados à missão

— e vamos que era honrosa — de perpetuar a beleza tradicional da raça, especialmente a das mulheres, que em todos os tempos fora memorável». (7)

Confronta-os mesmo com os que haviam arribado a Aveiro nos começos do ressurgimento consequente à abertura da Barra Nova, em 1809, por Luís Gomes de Carvalho — os «arribistas» como os apoda, no seu pendor de etiquetar com alcunhas. E comenta, com aquele proverbial modo desembaraçado de quem diz as coisas pelos nomes mais expressivos, e sem papas na língua: «...esses adventícios, além de brutos, eram feios [...]/ verdadeiros **ursos**, e da mesma forma as mulheres, perfeitas **pandorcas** — ainda conheci algumas — que os acompanhavam».

Descontemos o exagero para relevar o facto concreto.

E, sem elementos antropométricos, sem mensurações ou índices deliberada e cuidadosamente obtidos para comprovar a asserção do penetrante observador, não podemos deixar de tomar como evidente um certo tipo genérico de aveirense. Ou talvez dois: um predominantemente semelhável ao homem mediterrânico, de tez tsnada, olhos mais escuros e cabelos negros; e outro, mais frequente no Alboi, onde houve uma Rua dos Ingleses, de feição aloirada, pele mais clara e rosada, olhos azuis ou verdes claros.

Abono-me ainda com o depoimento de um escritor de ascendência e coração aveirenses, Luís de Magalhães, numa página das mais belas e exactas, imprescindível em qualquer antologia sobre a paisagem, os costumes e a gente de Aveiro. Aí aponta os barqueiros, não apenas pela sua agilidade, mas pela sua «nobre esbelteza de linhas». Fixa-os na sua descrição, «erectos e firmes sobre a proa do barco, no movimento de lançar a vara, esses homens parecem de longe, nos seus trajes brancos, serenas estátuas de mármore, correndo sobre a borda, a percha contra o peito, o tórax saliente, os rins violentamente dobrados, toda a rija musculatura das pernas contraída em relevos poderosos». E acrescenta: «...oferecem por vezes aos nossos olhos essas linhas admiráveis em que o cinzel helénico fixou, como um cânone imortal, toda a estética do nobre esforço humano». (8)

As tricanas — que o polemista famoso de «O Povo de Aveiro», medularmente aveirense, mesmo quando nos seus arrebatamentos acerbamente criticava, por amor dela, a sua terra, classificou, reportando-se à sua infância, pela formosura decantada, de «lendárias» — o romancista de «O Brasileiro Soares», enaltece-as em expressivos termos, que lhes fixam a gracilidade e o quase patricio porte.

Viu-as e descreveu-as «graciosas, de uma elegância magra e nervosa, marchando num ritmo curto e ligeiro sobre as pontas das minúsculas e agudas chinelas, e

todas esguias em seus longos xailes caídos, e nas suas longas e compridas saias, que se lhes colam à linha fina das pernas, como as roupagens de estatuetas de Tanagras».

São hoje uma recordação de revivescência circunstancial preparada com finalidades de folclórico retrospecto, essas tricanas prestigiadoras, expoente aveirense de beleza feminina. Desapareceram os seus xailes, a seguir às postergadas mantilhas do século XIX. Foram abandonadas as chinelas, que, com requintes de elegante equilíbrio, em ritmos de leveza alada, moviam, apenas sustidas nas pontas dos dedos dos pés, levitantes e lesto.

As tricanas diluíram-se na massa uniforme das raparigas, todas iguais de indumentária e de predilecções e estilo de vida na caracterização do nosso tempo. O próprio sangue na tricana, especificadamente aveirense, e a distinção do porte que constituía um dos seus mais evidentes atributos, sofreram novas mesclas medianizadoras, destipificantes, peculiares aos nossos dias, em que o mundo todo tende a tornar-se a terra de toda a gente, tão rapidamente se difundem e interpenetram, e uniformizam os costumes e as causas que as determinam, com as facilidades de comunicações e dos múltiplos motivos de sugestão generalizados e das mudanças das infixas residências.

Volvamos, todavia, aos barqueiros, que seriam os ascendentes daqueles que, um quarto de século mais tarde surpreende na sugestiva plenitude da faina e descreve, dinamizados, em todo o vigor plástico, como um cinzelador, o poeta Eugénio de Castro: (9) «...Não se cansavam os meus olhos de admirar a elegância nervosa e máscula dos barqueiros, que, tendo por vestuário a camisa e as manaias apenas, curvados para a frente, retezando as pernas e fazendo prodígios de equilíbrio, fincavam valentemente na areia a extremidade inferior de uma longa vara e amparavam a superior com uma elegância carinhosa de abraço, nela aplicando ao mesmo tempo a pressão hercúlea dos seus peitos acabreados».

E também ele é suscitado pelas reminiscências de paradigmáticas obras de escultura: «O ímpeto dessa atitude fez passar no meu espírito a imagem da famosa estátua que se vê no Louvre e representa um **gladiador combatendo**, estátua em que o seu autor maravilhosamente fixou no mármore a atitude violenta e instantânea de um belo corpo de homem».

O filho de José Estêvão exprimiria as suas impressões em equivalentes termos de realce e estabeleceria um cotejo contrastante: «Se o homem propriamente da água, o pescador, o marnoto, o mercantel, tem, assim, a elegância flexuosa de um tritão, o barqueiro — lavrador, gafanhão ou mirão, talvez, oriundo da Beira e descido das suas montanhas em demanda de terras melhores,

ostenta, ao contrário, a maciça e tosca rudeza de um sátiro. É pesado, lento, desgracioso, de feições vulgares e incaracterísticas». (10)

Observe-se, num parêntesis, que, em três quartos de século, a evolução foi muito profunda, e a apontada diferenciação, rigorosa na época em que escreveu o autor do poema «D. Sebastião» — Luís Bandarra lhe chamaram, por esse motivo, Eça de Queirós e outros insignes amigos e homens de letras — deliu-se com o tempo e as consequências promocionais do extraordinário caso de colonização interna espontâneo que na Gafanha se verificou.

Nestes três últimos quartéis, por influência de uma mesologia geo-social em progressiva evolução, num local sáfaro (com o esforço do braço humano e o infiltrar do suor que por via dele brota, transformado e enriquecido através de enlances sucessivos), e novos afluxos para novas profissões, tendo como ponto de partida e mola de empreendimento as actividades marinheiras e piscatórias exercidas preliminarmente e, em chão firme, dia a dia mais consistente, a terra, e com ela a gente, tomaram novos aspectos. E na transposição de características, promocionária e limadora de rudezas, verificaram-se os efeitos dessingularizantes.

O gafanhão — ou, talvez, de preferência o gafanhense, porque o gafanhão, no sentido sócio-antropológico que se lhe atribuía de tipo humano regional menos evoluído, praticamente é hoje infundamentado — pode considerar-se indiferenciado, ou pouco menos, do aveirense ou do ílhavo, em cujo alfoz jurisdicional e económico se sateliza. Aliás, esses mesmos, propendem também, e cada vez mais aceleradamente, para uniformidade que os vem a confundir — no aspecto somático, no cantar da fala que afina pelos diapasões generalizados, nos trajes e costumes pré-universalizados, nos gostos que se imbuem, paralelamente, cada vez mais do estandardizado padrão unímido, prefabricado e contagiante.

A seu turno, às tricanas, raparigas do povo — no intermédio do estreme dele e das classes burguesa e, ora pela sua gentileza a estas ascendendo, ora, com a idade e consequente perda de gracilidade e mais predicados para a superação, revertendo ao genuíno povo de onde provinham —, a essas lhes cantaram, em unísono, a distinção, a quase patricia e deslumbrante gentileza, como um dom e um atributo, os nossos escritores e os estranhos.

Os citados e, por exemplo, Tomás de Carvalho, lente de medicina e homem de letras, ainda ao dobrar para a segunda metade do transacto século de oitocentos, quando chama a Aveiro «Paris Descalço» e nesse simile gradativo as situa como factor primacial. «Esse tipo imortal da beleza feminina», é o qualificador que atribui à tricana de Aveiro, e a cuja formosura

considera inexcédida no país. Descreve-a com superlativa admiração de «olhos vivos, alegres e travessos, dentes de uma alvura de jaspe, incomparáveis; feições regularísimas, o corpo estatuário. A tricana é positivamente um enxerto da Geórgia ou da Circassia».

E relevava-lhe os dons que a tornariam famosa: «Agora acrescentai, que, com quanto de uma vida dura e cortada de trabalho, o seu trato é por extremo polido e delicado, as maneiras palacianas, o conversar finíssimo e espirituoso — **A tricana é o enlevo dos olhos** —. Isto vem da raça». (11)

A todos excedendo na devoção de aveirismo exaltante, Alberto Souto tornou-a um cartaz das mais intrínsecas e significativas peculiaridades etnográficas, pela palavra escrita e falada, que aprimoradamente cultivava, e trazendo-a à ribalta em retrospectivos desfiles.

Esses barqueiros, que os escritores estetas compararam a esculturas gregas, eram os mordomos das Entregas dos Ramos e das procissões inultrapassáveis de apumo e pompa. Os que na borda dos mercantéis tomavam as plásticas atitudes das estátuas dos mais perfeitos cânones com que os confrontaram, e na indumentária das horas de gala, com calções, meias altas de seda e sapatos reluzentes de fivela de prata, com fato impoluto e de impecável linha, prestavam culto ao orago das festividades tradicionais com a compostura de palacianos.

E, todavia, reverentes sem contumélias nem subseriências, em digna e espontânea verticalidade — a dos mastros das embarcações que governavam e as varas dos pálios — e erectos sem empertigamento.

Descendiam, aliás, directamente, dos que não haviam acompanhado o êxodo determinado pelas críticas contingências da barra e pela penúria delas resultante.

Esses, a par dos mareantes, que simbolizamos em João Afonso de Aveiro, e simultaneamente com os que se consagraram às actividades do tráfego comercial haviam recebido influxos de civilizações diferentes e beneficiado de uma maior soma emancipante de liberdades. Como lucidamente observou Rocha e Cunha, a importância social adquirida pela burguesia marítima assegurava-lho, do mesmo passo que havia «multiplicado as actividades e criara (nos séculos pretéritos) desafogo e conforto» e, assim, tornara as veias marítimas centros de aspiração das populações rurais, que sofriam uma vida dura de trabalho, servidão e privações.

As tendências liberais do povo aveirense enraizam nessas épocas e firmaram-se, com as mesmas seivas então sorvidas. O espírito insubservente, cordato sem doblez, intrinsecamente insubmisso, mesmo que refreado nas exteriorizações, cioso da sua independência e dos seus direitos de cidadania proveio da burguesia emergida do povo, e ao povo se transmitirá.

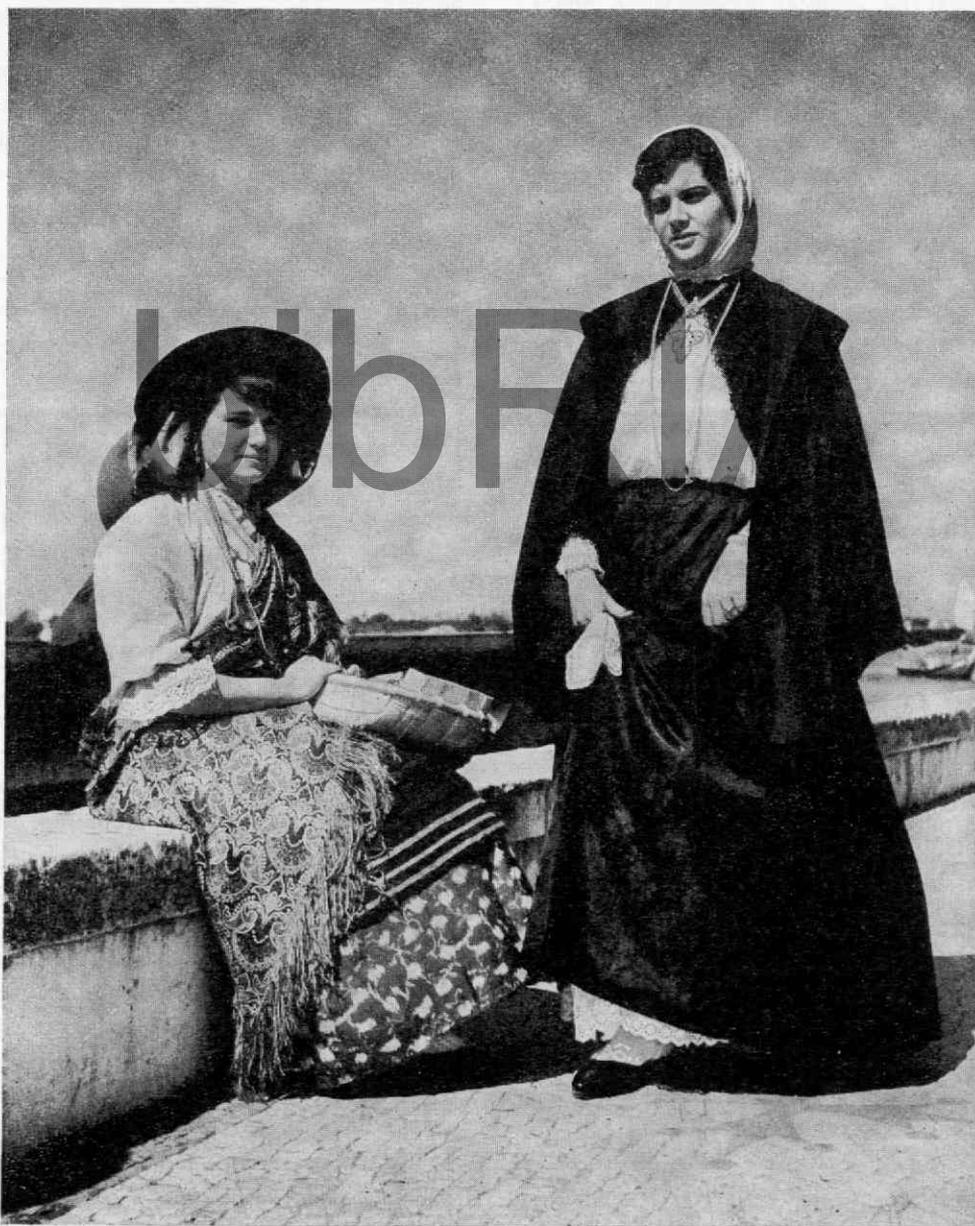
Quando um dia os intérpretes dos sentimentos da comunidade na missão de liderança ou os mentores surgem para a luta, encontram, predisposto, quem os acompanhe, no povo estreme, num povo que é, em toda a extensão, um somatório de homens, com consciência e vontade.

Que, perpassando, numa fugaz evocação algumas das figuras aveirenses de maior evidência, deparam-se-nos umas quantas das de maior projecção e representatividade que se não acomodavam aos ambientes coetâneos, aos costumes em voga, às ideias dominantes, às regras cívicas ou políticas consideradas convenientes para não abalar a quietude da apaziguante estagnação.

Por um outro traço, esta ou aquela atitude ao arripio das tendências e hábitos prevalecentes, pela inde-

pendência de pensar e proceder, tinham o ousio de dissentir. E, divergindo, a virtude de serem mais efectivamente prestadios ao comum. Não se poderão, nesse sentido apontar todos os de maior evidência como homens estritamente do povo, na rigorosa acepção do termo. Mas podem incluir-se alguns que não pertençam propriamente a essa escala social nos que, num breve relance se podem apontar como expoentes da colectividade aveirense genuína, produtos do meio ou nele integrados, e por ele tomados como inspiradores e paladinos.

Há, decerto, entre os aveirenses nossos maiores os que afinam pelo diapasão e compasso dos que regem a governação e o pensamento, e, solistas embora, participam no coro geral.



Salineira e tricana — duas feições do mesmo tipo de beleza feminina.

Assim, por exemplo, Aires Barbosa, o «Mestre Grego» por antonomásia, lente e lustre da Universidade de Salamanca, perceptor de príncipes. Apegara-se conservadoramente às ideias, digamos, oficiais do tempo, que sofriam as primeiras fendas. Esse mesmo, todavia, para defender o imobilismo do pensamento radicado, sai à liça e quebra lanças. Não se cala, reponta. Não deixa correr, aperta os freios e prospõe obstáculos, que suporá irremovíveis, às novas correntes desgarradas. É do seu tempo, integralmente, e não vislumbra o futuro de que apontam os arrebois, mas corre como que uma cortina para não ver, nem deixar que se veja uma nova aurora, com novas luzes mais cintilantes.

Já no Padre Fernão de Oliveira (ou Fernando de Oliveira, como alguns autores preferem chamar-lhe), o homem que primeiro codifica em letra de forma a linguagem portuguesa; não só o nosso primeiro gramático (1536), mas quem pela primeira vez, segundo tudo faz crer, estabelece em vernáculo as normas técnicas de construção naval — com o seu «Livro da Fábrica das Naus» — e as da «Arte da Guerra no Mar», na qual lhe cabe também o primado cronológico, e não apenas o rasgo de algumas ideias inovadoras mas a penetração de precursor de outras adoptadas em nossos tempos — ; esse vulto a que não tem sido dada a merecida posição, pelos apontados apanágios, supor-se-ia um homem de regra estricte. Imaginar-se-ia um homem de medida, de horário, de rigores de disciplina e era um irrequieto, multimodo e versátil nos seus gostos predilectos.

Nautógrafo meticuloso, pioneiro nessa como nas apontadas e díspares especialidades em que se mostra penetrante e douto, foi como, expressivamente o retratou o seu mais aprofundado biógrafo: ⁽¹²⁾ «Filólogo como João de Barros, aventureiro como Fernão Mendes Pinto, perseguido pela Inquisição como Damião de Góis, navegador como D. João de Castro, porventura o único dos escritores de arquitectura naval do seu tempo e do seu país, ele tem além disso para recomendá-lo à consideração da posteridade uma vida tão cortada de peripécias, que constitui um verdadeiro romance. Foi clérigo e foi soldado, foi marinheiro e foi diplomata, esteve prisioneiro em mãos de ingleses e em mãos de turcos, gemeu nos cárceres do Santo Ofício, teve relações com homens eminentes do seu século...»

Para além de todas essas facetas, teria alguma vez enveredado pela espionagem. Permeável a heterodoxias, não se peja, sacerdote que é, de trajar como os leigos e, para maior escândalo e transviação, como a inglesia dissidente.

Não alinhava, nem tinha relego na língua. Aos próprios inquisidores incompacentes, que o chamaram a prestar contas de imprudentes escorregadelas suspeitas de heresia, e o tiveram a aboborar as ideias nos cárceres onde punham de molho e amoleciam os

entendimentos tresvariados e empedernidos, respondia com cauta e calculada moderação, mas algumas vezes sem ladeantes subterfúgios e acutângulo.

Observa-lhe e realça-lhe esse traço de temperamento o autor atrás citado: ⁽¹³⁾ «O carácter irrequieto e pouco maleável de Fernando de Oliveira [...] afigura-se incompatível e duplicidades a que obriga a profissão de espia. Veremos com efeito em vários pontos da sua vida, e sobretudo no processo inquisitorial, provas de uma franqueza quase temerária nas circunstâncias realmente ameaçadoras que atravessava. Nas próprias obras de erudito clérigo, destaca-se a cada passo o propósito firme de dizer a verdade a respeito de tudo e contra quem quer que seja».

Outro aveirense — cavaleiro «talabrico — lusitanus» se diz ele, no abrir de um chorrilho de honrosíssimos títulos com que acompanha o nome na portada da sua «Mineralogy», a quem um dos seus biógrafos, revalorizador do seu nome injustamente deslenderado, chamou «um trabalho beneditino», frisando que o elaborou, sem pensar em auxílio ou remuneração ou mais exactamente, para se servir da própria prosa do biografado, «With hopes either of a pecuniary or even honorary nature» — podemos, para a circunstância, relevar.



A tricana é o «enlevo dos olhos».

E afirmava-se, daquele modo, aveirense, numa obra escrita e publicada em Inglaterra e para correr mundo, mais de meio século depois de ter deixado a terra natal, e de arejar, e enriquecer incessantemente a bagagem científica nos meios europeus mais evoluídos e de certo para um homem de curiosidade aberta e ávida, mais apegadores e proveitosos — o cientista João Jacinto de Magalhães.⁽¹⁴⁾, a que nos queremos referir.

Também era clérigo, entrado muito jovem para a congregação dos cônegos regrantes de Santo Agostinho. Mas, como a propósito de Frei Luís de Sousa, manifestava, ao prefaciá-lhe uma edição francesa da «Vida de Frei Bartolomeu dos Mártires, a sua fundamentada condenação pelo modo imadurecido com que se faziam os votos religiosos.

Ricardo Jorge,⁽¹⁵⁾ no estudo biográfico que lhe dedica, observa que «não se lhe ajusta o hábito, e tanto aporfia pelo despir que da Cúria romana alcança breve de secularização; mudava o hábito de Agostinho pela batina vulgar, um pouco mais elástica. Mas a inquietação do seu espírito não se apazigua com a anulação dos votos e a troca de vestimenta; não se satisfiz, enquanto não mudou de terra».

E retomando o mesmo mote, na evocação da profissão do mesmo Manuel de Sousa Coutinho, esse insigne mestre de medicina e prosador, acrescentava: «Treme neste trecho o cérebro rebelde que sentia sobre os lobos através do crâneo a úlcera insanável da coroa aberta. Erguia-se dentro dele o espectro de Frei João de Nossa Senhora do Desterro. A batina, mesmo do «abbé» o apertava nas costuras, até que um dia de sufocado a rasgou, atirando os farrapos às urtigas da heresia».⁽¹⁶⁾

Do século de Verney ou Ribeiro Sanches, com quem manteve relações de amizade, que não apenas no âmbito da ciência, e do acerado Cavaleiro de Oliveira, como eles estrangeirado, não divorciado das humanidades, mas especialmente voltado aos nossos métodos e descobertas científicas, surge-nos também dissonante da massa monocórdica, de ideias e certezas que lhe bastavam.

E aparece (esse de quem Ricardo Jorge diria: «A tanto trabalhar, lutar e sofrer, pôs termo a redenção biológica da morte: [...] o português desterrado, o neto de Magalhães, o frade de Aveiro, o académico cosmopolita, o físico experimentador, o naturalista consumado, o cientista ardente expirava sábia e santamente, longe e bem longe do cérebro e do coração da pátria»)⁽¹⁷⁾, nesse século XVIII em que Aveiro entra no pendor acelerado para a sua mais grave crise.

A vila — só lá para depois de passada a meia centúria setecentista erigida em cidade — atravessava, desde o século anterior, um período de desdita, de

retrocesso indetível, de decadência desalentadora, e se bem que guardando as latentes energias ressurgidoras, entregava-se às preces, às procissões e penitências, às construções de novos templos. Ao mesmo tempo, porque de esperança mais forte, fidelidade mais firme e raízes mais fundas, nessa época, em que se roga do céu o que a terra nega, os que permaneceram criam tradições como as das Entregas dos Ramos, e, a par dos torneios da fidalgaria que resta e se exhibe no Rossio de S. João em pomposos torneios de equitação, nalgum dia em que dominam os prolongados sentimentos de desdita, aprimoram as arruadas, mas agasalham-se nos gabões — como que um traje talar de remota inspiração monástica, de cultuação, nos costumes locais generalizados, ao primeiro berço.

Aveiro, é para João Jacinto de Magalhães um meio demasiado sáfaro para os latentes anelos e propensões de dilatar e divulgar os conhecimentos, logo mesmo que desabrochantes: da Química moderna, que tivera como grande obreiro Lavoisier, com quem mantinha contactos; das experiências de Volta ou de Priestley, ou dos mais famosos sábios do tempo, com quem se corresponde de igual para igual, de quem recebe e a quem fornece informações, dá conta de seus próprios trabalhos — e exerce, e recebe, e esclarecidamente a aceita, a crítica dos seus pares.

Não era homem propriamente do povo, mas, para lhe criar novas condições, na ciência e suas aplicações práticas trabalhou infatigavelmente, sem arrefecimento apesar das dificuldades de recursos com que se debateu, mormente nos finais da vida tão laboriosa e prestadia.

Se não era de origem popular, o sangue dos mareantes, dos desvendadores das decisivas rotas marítimas, de proveniência aveirense, e assim, de uma terra de onde saíram pilotos e outros nautas para darem a sua quota parte às tarefas dos descobrimentos, andava-lhe nas veias.

Este **gentilhome português**, «uma verdadeira celebridade, notabilizada e autenticada no mais alto meio científico do seu tempo» — sobrinho trineto do circum-navegador Fernão de Magalhães — não teria autêntico cerne aveirense, mas seria um expoente do espírito de Aveiro.

A terra natal, para as suas aspirações de saber e comunicar, com o sentido largo da universalidade da ciência, era mesquinho canto estiolador, mas o próprio país, quedo e satisfeito, na época, com a sua ignorância suficiente para a rotina, estreito de vistas e iniciativas, não correspondia às suas exigências intelectuais. Deixa o país, para o ilustrar. O país, aliás, a que nunca negou o seu contributo, mas que julga esterilizador e sem o mínimo de condições para desenvolver as suas actividades predilectas.

Poderia mencionar, se não fosse despiendo numa tribuna aveirense falar dos homens de 1828, Joaquim José de Queirós ou Gravito, Clemente de Moraes ou José Henriques Ferreira, rebeldes por generosidade de ideais, e a gente humilde que os secundou.

E, depois, José Estêvão, o expoente maior das tendências do meio natal, estímulo e símbolo, figura tutelar — patrono cívico de Aveiro, como é costume chamá-lo — campeão audaz e inquebrantável das regalias populares e do progresso da sua terra, orador insuperável e soldado intrépido, sempre na liça e na primeira fila. Com ele, na sua cola, gémeo nas ideias, nas lutas e nas contingências delas, Mendes Leite, o homem que fez vingar a abolição da pena de morte por crimes políticos, também precursor, também condenador do sedição e propugnador do pensamento novo.

E, mais para cá, poderia citar esse aveirense estranho, medular, quase patologicamente independente, Augusto Soromenho, que, de guarda-barreiras — como o designou Camilo quando se desavieram — chegou à cátedra universitária, erizado de espinhos, que não poupava os próprios amigos a quem mais devesse se acaso cometiam algum ligeiro desvio do que tinha pelo recto caminho.

Esse aveirense com um quase doentio conceito de dignidade, que sobrepunha uma farisaica noção do dever às normas e inclinações de afecto e gratidão, rebarbativo e implacável na animosidade, interveniente nas famosas Conferências do Casino, como autor de uma delas, mostra-se em todo o sentido, o homem que não vai na corrente, que a ladeia ou defronta, nas ideias, e nos gostos, e nos actos, à custa mesmo dum azedume constante que o infelicite.

E, naturalmente, logo depois, e ainda acima, resalta a alusão ao refilão-mor, o mais agreste dos fundibulários nacionais e, como, por exemplo, o qualificava Raul Brandão, «o maior jornalista português do seu tempo», o desmancha-prazeres sem contemplanções, que dizia às escâncaras, sem papas na língua nem eufemismos o que os outros teimosamente cochichavam a furto, o derrubador de mal alicerçadas reputações, a voz mais colérica, que seguiu na esteira, e superlativou, até a extremos para que ninguém tinha fôlego para o acompanhar, o que está na tradição psicológica da gente da sua terra, à qual tão benemérita e devotadamente serviu — o panfletário Homem Cristo.

Foi o mais independente dos jornalistas portugueses da sua época de renhidas pugnas de Imprensa, que não só o mais ardoroso, e ao mesmo tempo — homem de Aveiro medularmente, esse singular homem de «O Povo de Aveiro»; foi o doutrinador e polemista mais transparentemente acessível ao povo, do qual se

comprazia em dizer que provinha e a cuja promoção praticamente consagrou toda a sua vida de peleador sem quartel.

E para referir apenas as figuras neste aspecto de identificação com o comum dos conterrâneos, poderei, citar, para finalizar a própria padroeira, aveirense de adopção, na sua humildade, na sua renúncia aos esplendores da corte e prerrogativas de sangue, a Santa Joana Princesa que, a seu modo, foi inabalavelmente revel. A sua vinda para Aveiro, vila pobre e refece, segundo os qualificativos depreciativos da cronista da virtuosa vida da irmã do Príncipe Perfeito, significa uma vontade e uma atitude de liberdade de opção, de independência serena mas pertinaz, intransigente com a adversa vontade de dois reis — o pai e o irmão — e contra o declarado, quase perentório parecer da população do reino. Este considerava a Infanta da corte, de acordo com os soberanos, e os conselheiros e áulicos, e os próprios prelados de melhor aviso, como ao reino vinculada, como reserva que assegurasse a continuidade dinástica.

Lutava, para realizar os seus anseios pessoais, a que tudo e todos procuravam impedi-la, postergando os direitos individuais a favor das eventuais necessidades do país, contra os próprios habitantes da vila de Aveiro, de que era donatária. Acima do que representava a sua presença, e as repercussões dela, de que podiam blasonar e beneficiar, e dos seus próprios conceitos de liberdade individual, situavam as conveniências da Nação. Verifica-se, assim, um caso flagrante de resistência às imposições, no voluntário enclausramento cenobítico da filha do Rei Africano, da brandura que não quebra, e do triunfo da liberdade de cada um dispor do que é o seu direito pessoal.

Também a Princesa-Infanta, aveirense de adopção, que Aveiro estimava como a sua «Lisboa, a pequena», e de quem a gente de Aveiro, tomou o patrocínio religioso, nessa recusa de anuir a ditames contrários à sua consciência, exprime e fortalece essa faceta do carácter da gente da terra onde se acolheu, e morreu, e é objecto de veneração.

Mas de rebeldia, com fins anti-rotineiros, de arejamento e objectivos de renovação construtiva é exemplo flagrante esta mesma prestimosa colectividade, este tão estremadamente aveirense Clube dos Galitos — sob cuja égide foram redigidas estas linhas e que nos sumaria e conosco, aveirenses, se identifica no que nos é comum de afeição e afeiçoamento à sua e nossa terra.

Nasceu de uma dissidência congregadora, aveirense a fazer Aveiro mais Aveiro, mais caracterizada e inspiradora de devoção, com elos novos e mais fortes, e enleadores, assente nas tradições e nos costumes e numa colectiva psicologia de uma gente conscien-

temente livre, e que sem arrogâncias nem intolerâncias, nem excessos de temperamento, pode calar as tendências temporariamente, mas não abdica.

O Clube dos Galitos, que pode apontar-se como um exemplo de gregarismo prestante, nasceu da rebelião contra a inacção, a incapacidade empreendedora ou a repetição até à saciedade das mesmas realizações insignificativas. Fez da cisão um aliciamento e da divisão um elemento unificador. Persiste e toma renovados e mais promissores alentos de propulsão. E não se substitui a nenhuma entidade nem a qualquer usurpa a função e a representatividade. Exerce a sua e tempera-nos as fibras do aveirismo escoreito.

Esse é o papel que a cada um, e a todos os aveirenses compete desempenhar, nesta parcela do país e do mundo e a que mais fortes ou mais ténues laços os ligam.

O tempo das duas freguesias e das instituições rivais aos pares — clubes e bandas; corporações de bombeiros e irmandades; dois Senhores dos Passos a olharem-se, malquistados, de soslaio; de cá e de lá das pontes; de cagaréus e ceboleiros — perdeu o sentido, quando a cidade na proporção em que se expandiu, reduziu as distâncias e diluiu as distinções. A cidade é o denominador comum da sua população.

Não deverá, de certo, sem se *trair*, prescindir de quanto identifica o homem, no que tem de particular e o torna aveirense. Porque apenas uma razão existe, como reiteradamente venho frisando, para que as terras tenham um nome individualizador, e não sejam seca e inexpressivamente designadas por um número — para que possuam e preservem a sua fisionomia e as suas peculiaridades, o seu estilo e a sua personalidade.

Para Aveiro permanecer como tal, necessita que os aveirenses não se desnaturem nem a destipifiquem. Que tão pertinazmente a mantenham no essencial, como a refaçam, e actualizem, e encaminhem para um futuro de reacrescedora prosperidade. E tenham sempre presente o que a sua terra representa de luta, de perseverança contra as vicissitudes. Aveiro cresceu e caiu em ruínas. O seu homem — «se a ria adoece, o homem adoece com ela», como observou Raul Brandão, nas páginas que sobre ela escreveu, com as tintas dela arrancadas, e da luminosidade que sobre ela se derrama — perdidos os traços urbanos atestadores do passado, perseverou; restabelecida a terra, restabeleceu-se, realentado, e não a deixou extinguir — refê-la.

Perdeu quase os vestígios da época de esplendor — da era de quinhentos em que terá sido mais propósito o caldeamento do homem aveirense — e, assim, muralhas, templos, casas nobres, e, em larga parte, mosteiros.

Mas o homem de Aveiro, o mais humilde talvez mas o que garantiu a continuidade — refê-la, com efeito,

nova e, todavia com o que é permanente e essencial: a água, a luz, a proximidade do mar, que são dons gratuitos mas cumpre não desprezar; e as insinuações que daí resultam para o sentimento e a vontade; e uma maneira de ser e agir com uma transparecedora singularidade, mais de sentir que de definir; e nas relações das gentes. Na fisionomia que lhe imprimiu, por intuição ou deliberado propósito de cumprir as obrigações de fidelidade filial, ao longo do ressurgente século XIX, actualizou-a, e, na modéstia dos recursos de que dispunha, manteve-se com a sua feição própria, inconfundível.

Ao homem de Aveiro de hoje nada mais, pois, se exigirá do que, sendo do seu tempo — e neste dispondo dos meios muito mais poderosos — siga e cultive o exemplo que lhe foi legado, e não perdeu, intrinsecamente a validade, mudadas embora as circunstâncias.

Mesmo quando o próprio signo do sal tende a perder o significado vivo e marcado de progenitura e de singularização panorâmica, e de oficina estatutária de homens sadiamente verticais, somática e espiritualmente; e os barcos trocam as velas silenciosas pelos motores ronronantes, e os remos propulsores, a favor ou contra a maré, se abandonam — e com eles aquela expressiva legenda da genealogia do genuíno aveirense, que «ou rema ou remou» — e não há gabões nem há tricanas, e se esfumam costumes, Aveiro persiste, personalizada, e os aveirenses continuam aveirenses. E solidários, membros de uma comunidade, com o sentimento do que ela tem de igual a todas e de todas distinta, e apegados, quase devotos da sua terra.

NOTAS

- (1) Jaime de Magalhães Lima — «Os Povos do Baixo Vouga», 1968, pg. 25.
- (2) É do ano 1582 o breve do Papa Paulo III que acede à criação desta Albergaria, com seis camas, para pernoita de passageiros pobres, a que se forneciam medicamentos se deles tivessem necessidade.
- (3) Rocha e Cunha — «Relance da História Económica de Aveiro», 1930, pag. 11.
- (4) Idem, idem, pg. 16.
- (5) Idem, idem, pg. 16.
- (6) Idem, idem, pg. 17.
- (7) Homem Cristo — «Notas da Minha Vida e do Meu Tempo» I, pg. 64.
- (8) Luís de Magalhães — in «A Arte e a Natureza em Portugal», transcrito no «Guia de Portugal», 3.º vol. pag. 508.
- (9) Eugénio de Castro — «Cartas de Torna Viagem», Vol. I, pag. 242.
- (10) Luís de Magalhães — L.º cit.
- (11) In Campeão do Vouga, n.º 58, de 31-10-1852, artigo intitulado «Aveiro no Circo».
- (12) Henrique Lopes de Mendonça «O Padre Fernando de Oliveira e a Sua Obra Náutica», Lisboa, 1898, pg. 2.
- (13) Ob. cit., pg. 6.
- (14) N. em Aveiro a 4-11-1722 e foi baptizado na desaparecida matriz de S. Miguel a 22. M. em Islington, nos subúrbios de Londres, a 7-2-1970.
- (15) «Amigos do Ribeiro Sanches» (Y. H. de Magellan), Separata da «Medicina Portuguesa», 1910, pg. 6.
- (16) Ob. cit. pg. 10.
- (17) Ob. cit. pg. 25.
- (18) Raúl Brandão — «Memórias», Vol. I, 2.ª ed. pg. 247.

Importância dos prados temporários na renovação dos sistemas de produção agrícola na Região de Aveiro

Eduardo A. Ramalheira (Eng.º Agr.º)

Encara-se no texto a Agricultura do distrito estritamente sob o ponto de vista da sua actividade produtiva. Procura-se perspectivar a importância que os prados temporários, em rotação com culturas anuais, deverão assumir para o aproveitamento mais eficaz das potencialidades do meio regional para a produção forrageira e exploração de bovinos e manutenção ou aumento da capacidade produtiva do solo. (1)

O presente estudo não é um manual abreviado de divulgação de praticultura (por muito prestímosa que seja esta tarefa) e o seu escopo abrange a delimitação e caracterização de problemas levantados com a introdução na Região de Aveiro de sistemas de produção agrícola com base na cultura de prados temporários (o «ley-farming» dos povos anglo-saxónicos). Enumera, por outro lado, as complexas consequências, daí resultantes, sobre a actividade e funcionamento das explorações agrícolas.

Para a sua realização fez-se apelo constante ao trato e estudo directo dos problemas, e consequentemente aos conhecimentos adquiridos ao longo dos anos, passando em revista e analisando os sistemas de produção agrícola correntemente usados, havendo também necessidade de pôr em questão e examinar conceitos técnicos generalizados. Se bem que se procurasse banir do texto um tecnicismo descabido, houve sempre, e acima de tudo, a preocupação de rigor, mesmo que forçadamente tenhamos recorrido (talvez demasiado!) a análises de teor qualitativo; em alguns casos, porém, a fundamentação numérica está subjacente à matéria apresentada ou foi relegada para referência em notas.

A revolução forrageira, com base na praticultura, parece-nos constituir uma premente necessidade da Agricultura regional. Explanamos as razões por que assim pensamos, mais por um exame atento das linhas da força da evolução da Agricultura regional

do que por minuciosos estudos económicos, visto que os existentes são quase omissos neste particular. A utilização dos prados sob a forma de pastagem (em modalidades de aproveitamento da erva em que esta técnica seja preponderante) permitirá valorizar, quer extensos plainos na Região, quer terrenos ondulados cuja topografia dificulte as mobilizações frequentes do solo e as operações mecânicas.

As dificuldades a vencer para a reconversão da Agricultura são quase intransponíveis. Os dois factores que sobremodo interessa valorizar na Região, o Trabalho, através do agricultor e empresário agrícolas, e a Terra, como património sócio-económico herdado, são afectados por condicionalismos que os limitam na sua eficácia.

Após a II Guerra Mundial a migração acelerada de mão de obra agrícola para outros sectores e para o estrangeiro tem conduzido não só ao desmantelamento da Sociedade Rural tradicional, como ao envelhecimento da população activa agrícola. (2)

Ao contrário, a terra tem constituído, no mesmo período, um capital relativamente imóvel, «fixado ainda dentro dos quadros institucionais da Agricultura tradicional.

Para suporte das transformações produtivas que se antevêm para a Região é obviamente indispensável um grande reforço da experimentação regional, pois está fora de dúvida constituir a Agricultura uma actividade eminentemente experimental.

Do ponto de vista climático e de solos (com excepção dos solos não evoluídos do litoral) o território delimitado no distrito de Aveiro (que, podemos, por convenção designar, embora impròpriamente, por região de Aveiro) manifesta ao mesmo tempo influências atlânticas e mediterrânicas, atenuando-se as primeiras progressivamente do Norte para Sul e acentuando-se as segundas.

O distrito é, a seguir aos do Minho e Douro Litoral, aquele que evidencia no Continente influências atlânticas mais profundas, bem patentes no elevado nível das quedas pluviométricas anuais (e também, em parte, no regime das chuvas, não obstante a sua estacionalidade bem marcada), nos altos valores da humidade relativa do ar (no semestre húmido, sobretudo), no andamento das temperaturas próprio de um clima temperado-marítimo (com extremas pouco contrastantes) e noutros elementos de clima.

Pelo que respeita às chuvas (aliás com flutuações anuais apreciáveis) verifica-se, pelos postos meteorológicos do distrito, que a sua **queda anual média** vai de aproximadamente, 800 até cerca de 2 000 mm., aumentando do Sul para Norte e do litoral para o interior até à linha de alturas formada pela serra da Freita, maciço da Gralheira e serras do Caramulo e Bussaco, barreira geográfica à penetração dos ventos marítimos constituindo uma zona de condensação.

Pelas suas condições fisiográficas, o Noroeste, no qual se integra o distrito de Aveiro, é uma Região, de um modo geral, favorável à produção de prados e forragens de qualidade, com vocação leiteira, contrastando, neste aspecto com os distritos do Sul.

Apesar de tudo, a rega impõe-se pelo menos no período estival para compensar o déficit hídrico, nomeadamente, dos prados.

De um modo geral, a exploração de bovinos é uma actividade artesanal, não especializada, inserida nas unidades de produção tradicionais: assim, por exemplo, o número médio de vacas de leite por estábulo é inferior a dois. No aspecto global avulta a sua grande importância económica. Com efeito, o distrito detém o primado no Continente quer na dimensão do efectivo leiteiro com vacas de raça holando-portuguesa, quer na produção de leite e importância da respectiva indústria transformadora sendo ainda de muito relevo a produção de carne de bovino (com base na raça holando-portuguesa e raças autóctones, mirandesa, o seu tronco marinhão, e arouquesa) e a recria de novilhas leiteiras, o que atesta existirem potencialidades ecológicas regionais para a exploração destes herbívoros.

Segundo o **Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968 (I. N. E.) — Dados provisórios (Estimativa a 5%)** — o distrito apresentava, numa superfície de 279 970 ha., caracterizada por extremo polimorfismo geológico e geográfico, um conjunto de 69 320 **explorações com terra** com a superfície total de 116 889 ha. Deste total a superfície com **área florestal** era de 63 612 ha correspondente a 38 980 explorações agrícolas. A área com **utilização agrícola e subsidiária** repartia-se do seguinte modo:

	Áreas	N.º de explorações agrícolas correspondentes às áreas indicadas
Terras aráveis	47 341 ha	67 580
Terras ocupadas por culturas permanentes (*)	7 998 »	14 580
Terras ocupadas por pastagens permanentes	1 336 »	6 120
Terras com superfícies florestais subsidiárias da agrícola	29 541 »	30 300

Como se verifica, sob o ponto de vista **agrícola** avulta a enorme importância dos **sistemas aráveis intensivos de utilização da terra que**, praticamente dominam a actividade produtiva regional, com mais de 80 % da área de utilização agrícola ocupada com culturas arvenses anuais, que, quase em exclusivo, ocupam as **terras aráveis**. Por vezes a vinha é um apoio económico saliente; a sua área, porém, é ligeiramente inferior a 20 % do conjunto das terras aráveis.

Contrastando com o que se referiu, ressalta dos números a muito modesta contribuição da praticultura à actividade agrícola regional.⁽³⁾

Nos sistemas de produção tradicionais são discerníveis diversas modalidades mais representativas, encaradas sob o ponto de vista da utilização do solo e que, esquematicamente, se podem referir:⁽⁴⁾

Ao Norte do Águeda e do curso inferior do Vouga

Sistemas intensivos em que a cultura sachada chave é o milho-grão (ou, melhor, **os milhos**, visto que vários tipos de milho existem, em regra, em cada exploração) associada ao feijão (de que existem várias formas culturais) e, por vezes, à abóbora ocupando o solo no período primavera-estival.

No ciclo anual os **milhos** alternam nas diversas courelas, ora com os ferrejos (mistura de cereais para forragem — aveia, aveão, centeio a que se junta, por vezes, o azevém — com composição ditada pelas características do solo e as conveniências do agricultor), ora com o **azevém anual**, nas terras de várzea, de enxugo mais tardio, e, em regra, com rega de Verão mais fácil e abundante.

Parte das várzeas com azevém são submetidas à rega de «lima» no período frio do Inverno o que eleva muito a produção de erva.

No concelho da Murtosa e freguesia de Veiros do concelho de Estarreja têm importância local peque-

(*) apenas a **vinha** assume importância nesta epígrafe, sendo de muito reduzida importância o **olival** e o **pomar**.

nas courelas de prados (os «pousios», como são designados), para a alimentação de bovinos, sobretudo vacas de leite turinas.

As «ramadas» de vinha, à excepção do concelho da Murtoza, estão implantadas nas extremas das courelas, delimitando-as, assumindo economicamente importância significativa na área incluída na Região demarcada dos vinhos verdes.

A batata cultiva-se em pequenas parcelas, sobretudo, para autoconsumo. Em courelas bem drenadas o centeio e a aveia para grão, são também cultivados limitadamente, seguindo-se-lhes o milho-grão nos regos.

Ao Sul do Águeda e do curso superior do Vouga

O polimorfismo cultural é mais evidente nesta área. A Gafanha, no litoral dos concelhos de Ílhavo e Vagos, com solos de areia que são explorados recorrendo-se, em parte, à sub-irrigação, sobressai pelos **sistemas muito intensivos de exploração**: uma cultura sachada (a batata ou o milho associado ao feijão) ou duas culturas sachadas sucessivas e mesmo, mais raramente, três culturas (batata, sobretudo, seguida de couve lombarda, de milho ou de chicória para café) alternam com a **ferrã** (mistura de cereais forraginosos em que,



Pormenor de um **arrelvado natural** no qual se nota o vigoroso crescimento da Leguminosa de valor forrageiro, **Lotus uliginosus** (Vagos, 1973).

por vezes, figura a cevada). Limitadamente pratica-se também a cultura de cevada ou trigo para grão, seguidos de uma cultura sachada, seja milho, seja batata. Quer na Gafanha, quer na zona interior de solos de areia que lhe é contígua a tremocilha alterna com outra cultura, em regra, o milho; nesta última zona a serradela adquire importância como cultura intercalar outono-invernal antes do milho ou de outra sachada.

Nuclearmente assentes no concelho de Aveiro, e estendendo-se para áreas limítrofes de outros concelhos, duas culturas, a batata (alternando com a ferrã) e o trigo assumem importância económica, além da sucessão anual milho com feijão x ferrã (a ferrã nas sucessões indicadas é substituída, às vezes, por nabal). A vinha em «ramada» continua a delimitar muitos campos de cultura nesta área de transição para a Bairrada.

Nos concelhos de Anadia e Mealhada é claramente predominante a cultura da vinha em forma «baixa» da região bairradina e, acessoriamente, nos campos a sucessão anual já referida com base no milho.

No concelho de Águeda a vinha em forma «baixa» tem também relevo económico e os sistemas de produção estabelecem a transição da Bairrada para os concelhos do Norte do distrito.

Finalmente os de Oliveira do Bairro apresentam afinidades com os de Aveiro e os de Anadia e Mealhada e, quer a cultura da vinha em forma «baixa», quer a cultura arvense intensiva têm importância: além da sucessão anual com base no milho, pratica-se largamente a cultura da batata de sequeiro, como intercalar dentro das vinhas.

Na Região, nomeadamente na vastíssima área de terrenos «altos» e de várzea (com enxugo suficiente) em que a utilização da terra se faz de um modo intenso ou muito intenso, como assinalámos, a estrutura agrária **continua** a ser muito deficiente,⁽⁵⁾ caracterizada pelo domínio de pequenas unidades de produção artesanais, de acentuada divisão e dispersão parcelar. Estas unidades de produção, que assentavam na utilização de fortes doses de trabalho manual, persistem ainda em face e apesar da emigração avassaladora e da fuga irreversível da profissão agrícola em ritmo acelerado.

Deste modo verifica-se que a função económica de tais unidades produtivas se degrada progressivamente e que do seu funcionamento resulta uma rendabilidade cada vez mais precária.

Perante as condições demográficas existentes, de rarefacção de mão de obra na actividade agrícola, torna-se cada vez mais evidente, de uma forma tendencial, a **sobreutilização do solo** em sistemas aráveis muito intensivos.

A praticultura praticada nas suas diversas formas (nomeadamente prados temporários de rotação sujeitos a rega e eventualmente prados temporários de sequeiro) será, como mostraremos, um dos meios de revalorizar a Agricultura regional.

Paralelamente à área descrita, o património da Região detém uma outra de menor dimensão relativa, não obstante considerável, ultrapassando 10 000 ha de solos na Bacia do Curso Inferior do Vouga e que foi designada **Zona Integrada de Aproveitamento Agrícola**.

Esta área é formada predominantemente por solos de aluvião, férteis a muito férteis, de textura argilosa e franca (e mais raramente arenosa, em campos marginais «areados» pelas «quebradas» das cheias).

Localiza-se nos vales dos rios Vouga, Águeda, Cértoma e de inúmeras linhas de água secundárias, algumas desaguardando directamente na Ria de Aveiro.

De ordinário são solos de enxugo precário no Inverno, húmidos a muito húmidos ou mesmo encharcados, formando brejos e paúis. Por vezes são inundáveis pelas cheias e submersos ou não por períodos variáveis. Na proximidade da Ria a invasão de água salgada das marés vivas determinou a existência de manchas importantes de «salgadiços», parte com junco e caniço ou canízio, aonde abundam plantas tolerantes da salinidade e plantas halófitas.

Além da cultura do milho associada ao feijão, seguida ou não de azevém anual, existem nela outras formas de aproveitamento, como a cultura contínua de arroz, cuja superfície tem diminuído progressivamente e que era ao terminar a II Guerra Mundial de aproximadamente, 2 000 ha.

Uma parte apreciável desta área de vale está revestida de vegetação natural ou semi-natural, formando prados permanentes de baixa produtividade, explorados com pastoreio abusivo e contínuo (ou sobrepascigo) no período estival. A flora da cobertura vegetal, mais ou menos modificada pela incidência de factores fisiográficos, bióticos e humanos é, por vezes, muito rica em espécies de interesse (como alguns inventários florísticos parciais revelam), nem sempre, porém, com tipos de plantas de valor forrageiro assinalável e, por vezes, medíocres mesmo, segundo observações pessoais que temos conduzido de longa data. As actuais condições de exploração traduzem-se, em regra, numa **subutilização do solo** atendendo à sua capacidade produtiva e às suas grandes potencialidades para a produção forrageira. A adequada valorização destes solos através de prados (quer se trate de melhorar os existentes, quer se recorra à sementeira de misturas de espécies previamente estudadas) dependerá, consoante os casos, de factores múltiplos entre os quais, a natureza e características de cobertura vegetal, o enxugo, o domínio económico da água (na

drenagem e na rega), as condições de acesso ao terreno, etc., cujo exame e estudo permitirão tomar as soluções mais aconselháveis.

Duas preocupações fundamentais se inscrevem actualmente na Economia agrícola do distrito e, pode dizer-se, na do Noroeste do país.

Uma, de natureza macroeconómica, impele os economistas a estabelecer um balanço dos recursos agrícolas que fundamente uma esclarecida política de investimentos públicos. Visa-se, deste modo, criar infraestruturas que permitam incrementar e valorizar as produções de leite e carne de bovino para os quais esta Região oferece condições favoráveis no Continente, de forma a responder à procura cada vez maior destes produtos no mercado português e a colmatar os déficits crescentes da produção interna que têm sido anulados pelo recurso à importação nos últimos anos.

Outra, de natureza microeconómica, que os poderes públicos não podem ignorar, toca de perto e afecta a grande massa de agricultores que suportam a crescente desvalorização relativa dos seus rendimentos. Com efeito, à reduzida dimensão da maioria das explorações (que, por isso, só atingem produções brutas globais de valor limitado e conseqüentemente baixos rendimentos),⁽⁴⁾ juntam-se a deterioração dos termos de troca da Agricultura, relativamente a outros sectores da Economia, e dificuldades crescentes com a diminuição da mão de obra familiar e alta dos salários que tornam precário, ou economicamente inviável, o funcionamento de tais unidades de produção.

Para obviar a grande parte dos inconvenientes apontados às explorações agrícolas, é condição fundamental aumentar a sua superfície útil para níveis convenientemente estudados, (actualmente, em primeira aproximação, 20 a 30 e mais hectares para o tipo de exploração baseado na policultura-pecuária), tal que possa facultar **lucros** satisfatórios aceitáveis em termos de comparação intersectorial), assentes no aumento das **produtividades da terra e do trabalho**. Com este objectivo, pelo menos a curto e meio prazo, salientam-se, segundo nos parece, pela sua importância: a **organização do trabalho dentro da exploração redimensionada**, integrando-a com realismo na produção agrícola e na produção pecuária (sem esquecer as especiais dificuldades que a primeira comporta pelo seu carácter flutuante, aleatório e, por isso, exigente em espírito de adaptação e audácia tantas vezes subestimado por quem nunca lhe pesou verdadeiramente as dificuldades), o **investimento judicioso em factores de produção de grande e rápida reprodutividade com influência directa na produção** (sementes de qualidade, fertilizantes, concentrados para complementação alimentar do gado,

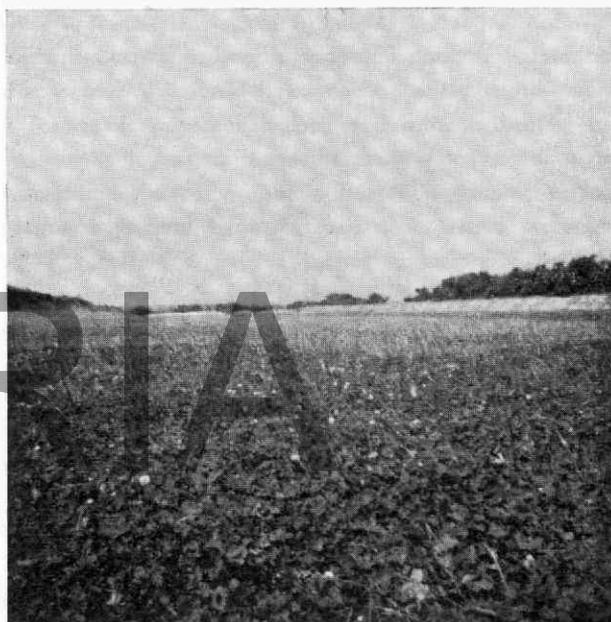
melhoramento genético dos efectivos, etc.), a **introdução persistente do progresso técnico** que abarque as actividades da exploração e vise principalmente o aumento de eficácia dos referidos factores, verdadeira alavanca da produtividade da exploração e, por último, o **planeamento metódico** prudente, parcimonioso **dos investimentos em equipamento, máquinas e instalações.** (7)

É evidente que o aumento da dimensão da superfície agrícola das explorações não pode ser conseguido satisfatoriamente pela simples aglutinação dos minifúndios existentes (tão numerosas, reduzidas em área e dispersas são, em regra, as parcelas que os constituem). Sem emparcelamento, (8) mesmo com gestão cuidada, a aglutinação de minifúndios na actual situação conduzirá, por certo, a um aumento da superfície agrícola útil das unidades de produção, mas o progresso técnico na actividade do campo ficará inevitavelmente bloqueado, em agravamento de transportes e na reduzida eficácia económica de utilização das máquinas, na falta de oportunidade dos trabalhos, no desgaste de mão de obra, bem como na impossibilidade ou dificuldade de introdução de determinadas técnicas de interesse assinalável, nomeadamente, a utilização dos prados através do pastoreio.

A noção simplista de que basta substituir, nas explorações agrícolas redimensionadas, o braço humano pela máquina, mantendo os antigos sistemas de produção, pertence ao domínio das falácias e não das realidades tangíveis que resultam, por vezes, de insuficiente e superficial revalorização da Agricultura tradicional. O observador atento muito pode descobrir nas condições e modo como ela se exerce, nomeadamente no domínio dos solos aráveis, desde a dificuldade dos acessos até ao ondulado do terreno, passando pelas suas, por vezes, peculiares características topográficas, com planuras de extensão variável, entrecortadas por múltiplos vales, frequentemente abertos, nos quais as courelas de cultura estão implantadas longitudinalmente em vários níveis desde a várzea do talvegue.

Com o desejável aumento da dimensão económica das explorações agrícolas (entrevista sob o ângulo do aumento da superfície agrícola útil pois só a esta modalidade pretendemos referir-nos), em geral, torna-se necessário nas **condições actuais e correntes** do distrito, por imperativos humanos, técnicos e económicos, diminuir a superfície relativa do milho, substituindo-o em parte por prados temporários de regadio que alternarão com aquela cultura forraginosa anual, ou eventualmente com outras, nos afolhamentos e rotações. Nas condições referidas a introdução de **prados temporários** de regadio é uma urgente necessidade cujas vantagens podem, com brevidade, ser enumeradas do seguinte modo:

- **constroem e mantêm a fertilidade dos solos**, constituindo, deste modo, o alicerce de uma Agricultura permanente (com forte probabilidade desde que a sua duração seja pelo menos de 3—4 anos, mas que só a experimentação local poderá determinar com segurança), quer pelo aumento do teor de matéria orgânica, quer pela melhoria de estrutura que podem proporcionar;
- e do mesmo passo **reduzem substancialmente a necessidade de estrumes** na exploração e, em média, a requerida por unidade de superfície e consequentemente os transportes que anualmente lhes estavam afectos; os estrumes continuarão a desempenhar, porventura, o seu importante papel como fertilizante, mas em escala menor, como é óbvio;



Excelente **prado temporário** com cerca de 3 ha., cuja instalação se fez à custa de uma composição botânica mista com base em *Trifolium repens* — trevo branco — (Mira, J. C. I., 1973).

- **fornecem alimento barato** para alimentação do gado vacum, nomeadamente ao gado de leite, rico em proteínas, sais minerais e vitaminas se a sua composição florística e manejo forem judiciosamente considerados;
- **diminuem o número de mobilizações e lavouras** conduzidas anualmente, pelo que um sistema conservativo da matéria orgânica do solo é melhor assegurado;
- **diminuem os riscos de produção** relativamente aos sistemas intensivos em uso e já evocados;
- **asseguram, em regra, melhores condições de defesa do solo contra a erosão**, embora se não possa deixar de admirar, sobretudo ao Norte do Vouga, o que, sob este aspecto, múltiplas

gerações de agricultores conseguiram admiravelmente realizar com êxito apesar de utilizarem sistemas intensivos de produção.

O mecanismo de manutenção e melhoria da fertilidade dos solos nos sistemas intensivos em uso baseia-se fundamentalmente nos gados e matos e ainda no moliço e junco nas áreas mais próximas da Ria de Aveiro. Pode dizer-se que durante muitas gerações os pinhais têm fornecido, através da **manta viva** e **manta morta** do seu sub-bosque, um recurso muito valioso para a fertilidade dos solos, retirando ao pinhal o seu carácter de floresta. Em relação ao moliço (e ao junco, também, em parte) pode afirmar-se constituir fundamento precioso dos sistemas muito intensivos dos solos pobríssimos de areia do Moderno e Dunas, confinantes ou em relação com a laguna.⁽⁹⁾

Caracterizam também os sistemas intensivos tradicionais a reduzida importância que as forragens assumem directamente sobre a fertilidade do solo (posto que valiosas como base da alimentação do gado) e a grande soma de trabalho requerido na colheita, transporte e manipulação dos matos e do moliço, não obstante ser o seu custo muito variável com os condicionamentos de cada exploração.

Em resumo, e de um modo geral, pode afirmar-se que os **sistemas tradicionais** de manutenção da fertilidade dos solos, além de caros, são largamente tributários do pinhal (e da laguna), fundamentam-se na existência de gados e forragens de ciclo anual, reservando-se, porém, às culturas forraginosas um lugar modesto na indução directa de fertilidade.

E os **sistemas modernos** assentes nos prados temporários de regadio? Nestes consagra-se o prado temporário como a cultura chave ou «pivot» do sistema reservando-lhe um papel relevante na construção directa da fertilidade do solo (além de constituírem o suporte na alimentação do gado). Os benefícios directos resultam do aumento de matéria orgânica e do teor de húmus do solo, em relação com a massa de raizame das Gramíneas pratenses e também das Leguminosas que lhes estão associadas e também do enriquecimento do solo em azoto «fixado» pelas bactérias dos nódulos das Leguminosas e melhoria conferida, em geral, à estrutura do solo.⁽¹⁰⁾

O gado mantém nos sistemas modernos a sua grande importância sobre a fertilidade do solo, induzindo-a por reposição parcial, directamente através do pastoreio, ou, indirectamente, através das camas e estrumes (ou ainda por outra forma de retorno ao solo baseada na fertirrigação).

Sob o ponto de vista da alimentação do gado bovino, a adopção de sistemas baseados na cultura dos prados temporários tem uma finalidade dupla: o

aumento da participação da forragem na alimentação de modo a torná-la mais económica e ou mais apropriada aos herbívoros, fazendo baixar a utilização de determinados tipos de concentrados, e também a diminuição do custo de produção da erva, pela substituição parcial de culturas forraginosas intercalares, por culturas de ciclo multianual. A substituição nos sistemas intensivos das forragens anuais por prados temporários pode ter o inconveniente de conduzir ao abaixamento da produção de erva por hectare (ou melhor, do número de unidades forrageiras por hectare).⁽¹¹⁾

Dado que as despesas de alimentação representam a verba mais importante do custo da produção animal compreende-se o grande interesse dos prados, principalmente quando explorados através do pastoreio ou também em verde através de corte da erva. Por isso se torna vantajoso regularizar a sua produção e alongar o seu período de utilização, antecipando-a na Primavera e prolongando-a no Outono. Este resultado pode conseguir-se pela exploração racional dos prados temporários com utilização de espécies e ou estirpes mais precoces, mais resistentes à secura estival e de rebentação mais vigorosa no Outono e por manejo adequado. Pode também recorrer-se em certos casos a culturas intercalares outono-invernais (cereais forraginosos, azevém anual e outras plantas).

A partir de plantas pratenses obtidas nos **Centros de Melhoramento** e devidamente ensaiadas na Região a revolução forrageira que se impõe tem por objectivo utilizar ao máximo o seu potencial genético de produção no sentido do abaixamento dos **custos unitários** da forragem para chegar aos melhores **Rendimentos Líquidos**.

A alimentação do gado bovino nos sistemas tradicionais caracteriza-se por uma profunda variação estacional da forragem ou forragens utilizadas sendo marcada por flutuações de produção e qualidade, ritmadas estacionalmente com períodos de notória carência.

Nos sistemas baseados na cultura de prados temporários observa-se uma melhor regularização de produção de forragem verde cuja qualidade (se bem que dependente do regime de exploração e manejo, época e oportunidade de corte ou utilização) varia menos estacionalmente. Mercê de condições ecológicas favoráveis no distrito é possível, com o recurso à rega, em extensas zonas, produzir-se forragem verde, com maior ou menor dificuldade, em grande parte do ano. Deste modo mesmo na quadra outono-invernal de aproximadamente 6 meses (de Outubro a Março), em cerca de metade deste período, pode-se ensaiar a produção directa de forragem verde pela experimentação de técnicas adequadas, certamente e em regra mais interessantes do que o recurso sistemático e inconsiderado ao artificialismo da conservação por períodos demasiado

longos e não economicamente justificáveis. O recurso à fenação e à ensilagem em explorações agrícolas correntes, seria, segundo nos parece, mais indicado para conservação de excedentes de produção em períodos de ponta para cobrir os «vazios» reais, nos quais não fosse possível obter forragem verde, mercê da ocorrência de factores adversos de clima ou outros.

Assim, e em resumo, a adopção de sistemas de produção baseados em prados temporários pode conduzir actualmente a níveis de obtenção de forragem verde da ordem de 6 000—7 000 e mais unidades forrageiras por hectare, correspondendo melhor à necessidade de alimentação dos herbívoros, com menor recurso a concentrados, tornando a alimentação mais barata (na produção de leite e em regimes semi-intensivos de recria), resolvendo mais economicamente o problema da fertilidade do solo, limitando, proventura, o espinhoso problema do sobreequipamento e diminuindo quer riscos de produção forrageira, quer atenuando os seus desajustamentos estacionais.⁽¹²⁾

A experimentação para o estudo, cultura e utilização de prados e forragens na Região, exige uma consistente actividade técnica apoiada em ensaios de campo, mantidos contínua e persistentemente ao longo dos anos com o seu fluxo inacabado de problemas que se forem propondo e resultados correspondentes a que se chegar.

A necessidade de experimentação, que vise dar resposta urgente a múltiplos aspectos da cultura e utilização dos prados dentro das explorações agrícolas, convém que coexista com a ampla indagação de carácter científico e prático, enraizada nas condições da Região.

Com o fundamento da actividade da Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas, através dos seus organismos especializados, Estação Agronómica Nacional e Estação de Melhoramento de Plantas e actuação, em vários períodos, da Brigada Técnica da IV Região e pela observação local de muitos anos nalguns casos e ensaios culturais recentes, parece-nos de grande interesse a introdução em cultura e ensaio para constituição dos prados de regadio, nomeadamente de tipos e estirpes de valor comprovado, das espécies forrageiras que se indicam seguidamente. Entre as Leguminosas aptas a constituir a base dos prados sobressaem, pela sua importância, *Trifolium repens* (trevo branco), *Trifolium pratense* (trevo violeta) e ainda *Medicago sativa* (luzerna). Esta última espécie, de grande capacidade produtiva, parece oferecer maior interesse em oásis de solos e condições ao Sul do Vouga. Podem também estar indicadas, além de outras, para condições especiais e ou difíceis, *Trifolium fragiferum* e *Lotus corniculatus*.

Nas Gramíneas para associar às Leguminosas, sobressaem, além de muitas outras, pelo seu interesse, *Lolium perenne* e o seu híbrido com *Lolium multiflorum* e também esta última espécie anual, *Festuca Arundinacea*, espécie dotada de ampla flexibilidade de adaptação e de utilização, e *Dactylis glomerata*. Todas as espécies indicadas possuem numerosos tipos e variedades de valor agronómico distinto.

O estudo botânico da vegetação dos arrelvados naturais ou seminaturais da Região foi abordado no interessante trabalho do Professor João de Carvalho e Vasconcellos — «Ervagens naturais — subsídios para o seu estudo», promovido e editado pela Direcção-Geral dos Serviços Agrícolas em 1936, infelizmente sem continuidade. Existem também alguns inventários florísticos parcelares que fornecem alguma informação e esclarecimentos.

A um técnico preparado, estudos desta natureza podem constituir uma base para a determinação de tipos locais de possível interesse e valor, sob o ponto de vista forrageiro, após a sua individualização na cobertura vegetal a que pertencem, através de observações metódicas e por adequada relação de dados ecológicos.⁽¹³⁾

Os referidos estudos podem também interessar à zonagem forrageira da Região cuja realização se baseia nas inter-relações de solo, topografia, exposição, chuva e humidade, comprimento da estação de crescimento e outros factores que afectem a adaptação, o crescimento, a produtividade e a utilização das Leguminosas, Gramíneas e outras plantas de valor forrageiro.

Em face da importância económica da produção pecuária a instalação de um Núcleo Experimental de Praticultura justifica-se plenamente como forma efectiva de valorizar a actuação técnica regional. Esse Núcleo poderia ganhar consistência através de um estreito trabalho cooperativo com Agências especializadas da Direcção Geral dos Serviços Agrícolas, como, por exemplo, a Estação de Melhoramento de Plantas e ou a Estação Agronómica Nacional. Após o arranque o Núcleo poderia estabelecer indispensáveis laços de colaboração com instituições regionais de exploração animal, como, por exemplo, a Estação de Fomento Pecuário.

Segundo nos parece, um Núcleo desta natureza deveria comportar, pelo menos um, ou preferivelmente os dois, meios fundamentais de actividade e estudo, a saber:

- a) uma exploração agrícola com as características e dimensão suficiente, representativa de uma determinada zona ecológica;
- b) um campo de observação e estudo anexo à exploração ou considerado isoladamente.

A exploração agrícola permitiria a inclusão de prados e forragens nos afolhamentos e rotações como forma de esclarecer aspectos técnicos e económicos fundamentais ligados à sua cultura e o apuramento das vantagens e limitações dos sistemas de produção baseados na praticultura e forma de os melhorar.

O campo de observação e estudo reuniria através da cultura, material genético de diversa origem, sobretudo Gramíneas e Leguminosas, de possível ou reconhecido interesse para a zona considerada (e, porventura, para a Região), nomeadamente:

- 1) uma colecção de **tipos locais** devidamente individualizados, dotados de superiores características, de espécies nativas e naturalizadas, podendo, em certos casos, chegar-se à definição de **ecotipos**;
- 2) uma colecção de estirpes nacionais e estrangeiras, de possível ou reconhecido interesse regional;
- 3) uma colecção com produtos do melhoramento forrageiro para ser submetida a ensaios locais, depois de estudo prévio.

Patamar de influências climáticas distintas e zona de complexas condições geográficas e geomorfológicas (que a constituição e características dos seus solos e da sua flora traduzem), a Região de Aveiro é dotada de uma grande variedade de aspectos culturais, oferecendo ao agrónomo e ao ecologista vasto campo de observação e estudo.

NOTAS

(1) Serviu de base, em parte, a uma palestra integrada no Colóquio da II Exposição — Feira da Agricultura de Aveiro — 1973, acompanhada da projecção de diapositivos.

(2) Pelo que respeita ao conjunto dos agricultores-empresários do distrito, verificou-se recentemente que, cerca de metade, tinha idade superior a 55 anos e apenas 14% possuía menos de 35 anos (Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente, 1968, I. N. E.).

(3) Como relíquia do passado subsistem ainda os «lameiros» nas zonas montanhosas, entre outras, dos concelhos de Arouca e Vale de Cambra, prados permanentes explorados com *Holcus lanatus* (erva molar) e *Plantago lanceolata* (carrajó ou língua de ovelha), submetidos, em regra, a rega de lima e a rega estival, outrora com muito maior representação ao Norte do Vouga e Agueda.

A área de prados temporários no distrito incluída na superfície de terras aráveis no referido Inq. Expl. Agr. Cont., 1968, atinga apenas 194,0 ha.

(4) Cf. os nosso artigos desta Revista a que nos reportámos nesta parte inicial: «Problemas da reconversão agrícola na orla marítima de areias de Aveiro à Figueira da Foz», 1970, n.º 10, e «Alguns traços essenciais da Agricultura como actividade económica dentro do distrito de Aveiro, no limiar da década de 1961-70», 1971, n.º 12.

(5) Cf. o «Inquérito às Explorações Agrícolas do Continente», 1968, I. N. E.

(6) Cf. nota (5) e também o excelente estudo promovido pelo C. E. E. A. da Fundação Gulbenkian: Alfredo Lousa Viana e José Manuel Barrocas, «Estudo Económico da Exploração Agrícola numa Região da Beira Litoral», 1970.

(7) Se não erramos, a economia em equipamento, máquinas e instalações, a curto e a meio prazo, em explorações redimensionadas deverá ser uma preocupação dominante. Factores fixos de reduzida ou nula acção directa na produção quase todos eles, fazem perder flexibilidade de adaptação a muitas empresas inexperientes, pela necessidade de amortização em um determinado número de anos, e pela sujeição a encargos de juros e a reparações por vezes onerosas. É manifesto que os gastos nestes factores fixos não estão em relação algumas vezes com a deficiente estrutura e dimensão do empreendimento económico e com a inexperiência e precariedade da preparação humana.

Não é verdade que a maioria do equipamento é importado e é comparativamente caro? Não é economicamente estimável que se valorize ao máximo a terra, factor de produção regional não importado, e o Homem, empresário-agricultor e familiares, de carne e osso (e não abstrações deles), com as suas virtualidades e também defeitos que, por ora, os caracterizam? Ou vamos continuar a embevecer-nos com realizações materiais de duvidosa eficácia económica?

(8) O emparcelamento deveria ser estudado e realizado para cada caso de efectiva iniciativa empresarial que se proponha e não como panaceia geral, automática, para resolver dificuldades.

Parece-nos que talvez só em casos especiais, por exemplo, manchas importantes de solos de qualidade (aluviões de vales dos rios, etc....), afectadas gravemente pelo regime de cheias ou outros factores, que imponham uma intervenção global e urgente dos poderes públicos para sua defesa e recuperação, se justificaria por si só o emparcelamento (além de outras modalidades).

(9) Seria interessante estudar a possibilidade de colheita e utilização destes produtos, em particular do molcho, com recurso à energia motriz e secagem por ventilação forçada ou outro sistema, tão rico manancial constitui de matéria orgânica, de macro e micronutrientes com interesse na nutrição das plantas e na nutrição animal, como recentes e minuciosos estudos laboratoriais químico-analíticos revelam (comunicação verbal do Eng.º Agr.º V. P. Malha).

(10) A. Burkart cita na sua preciosa monografia «Las Leguminosas Argentinas» (2.ª edição, 1952, ACME AGENCY, pág. 31) que Hopkins, trabalhando nos Estados Unidos com luzerna, encontrou que, pela sua actividade simbiótica, esta planta, em relação a um rendimento médio, «fixa» por hectare e ano, cerca de 200 kg de azoto atmosférico em solos comuns não fertilizados, o que corresponde, grosso modo, a cerca de 1 250 kg (200 kg x 6,25) de proteína bruta por hectare e ano.

Muitos outros exemplos poderiam ser dados (alguns portugueses) que poderiam confirmar o que se indica.

(11) Nem sempre a quantidade de unidades forrageiras produzida por hectare diminui quando a sucessão anual erva x milho-forragem é substituída por um prado com base em Trevo Violeta ou Trevo Branco e sobretudo em Luzerna. Depende das estirpes dos trevos e luzerna, depende das condições de melo, do manejo do prado que podem fazer variar muito a produção unitária em confronto com a sucessão indicada, com base num milho híbrido de boa capacidade produtiva.

Com estirpes muito produtivas de Luzerna obteve a Estação de Melhoramento de Plantas, em Elvas, em solos favoráveis para esta cultura, em regime de corte, produção superior em unidades forrageiras por hectare e muito mais rica em proteínas do que a proporcionada pela sucessão anual, erva x milho híbrido-forragem.

Na região de Aveiro obtivemos, há anos, sugestões, em ensaios de campo, de que assim acontece, em solos favoráveis para esta Leguminosa forrageira, e em determinadas condições climáticas. Só por via experimental, nas condições da Região, se poderá esclarecer devidamente este e outros problemas.

(12) Numa exploração agrícola, em solos pobres de areia Mira, J. C. I.) tem-se procurado resolver o difícil problema da manutenção de uma Agricultura permanente nestas condições desfavoráveis, muito propícias à oxidação rápida da matéria orgânica da camada arável.

Os resultados parcelares obtidos nos últimos anos são encorajadores, tendo-se conseguido melhorar muito, a qualidade, quantidade e regularidade de produção de forragem verde para alimentação de um efectivo de gado bovino da raça holandês-portuguesa, composto de vacas de leite e de bovinos em recria.

Assim num prado temporário de 3 ha, com base em *Trifolium repens* e *Festuca Arundinacea*, que se apresenta vigoroso, obtiveram-se, no primeiro ano, cerca de 9 000 kg de matéria seca por hectare e ano, a que correspondem, aproximadamente, 6 000 unidades forrageiras — produção boa, não constituindo caso único, pois têm sido obtidos resultados comparáveis noutros prados da exploração. Em relação ao prado referido, e para a produção indicada, verifica-se um encabeçamento médio de 5 vacas de leite por hectare durante o período de Abril a Setembro-Outubro.

Presentemente o encabeçamento médio anual na exploração é de cerca de 2 vacas de leite por hectare, atendendo à baixa produção de Inverno. Pretende-se nos próximos anos, com a introdução de técnicas adequadas, elevar o encabeçamento médio anual, aumentando a produção de erva no período mais favorável e ajustando melhor a produção no desfavorável.

(12) A título de exemplo podemos indicar, com o suporte da nossa observação e estudo directo, a riqueza de tipos espontâneos com boas características, existentes nalgumas zonas da Região, de *Dactylis glomerata*. Porventura o possível interesse, para determinadas condições, de *Lotus ulginosus*, espécie que, desde 1955, nos impressionou favoravelmente quando a encontramos na Região como componente valiosa de arrelvados em locais húmidos. Outrotanto podemos referir em relação a *Phalaris Arundinacea*, espécie, pelo que temos observado, não isenta de defeitos, mas dotada de boa capacidade produtiva e merecedora de estudo atento, pela profusão de tipos que se nos têm deparado de manifesto interesse agromómico.

Nota Bibliográfica restrita

Grass-Yearbook of Agriculture, U. S. D. A., 1948.

Ahlgren, G. e Fuellman, R. E. — Ladino Clover — Ad. in Agron., Vol. 2 — Academic Press, New York, 1950.

Alves, J. Almeida — A estrumação verde, a palha e a fertilização mineral na Agricultura da Beira-Alta, Rev. Agr., Vol. 53, Tomo 2, 1970.

Caldas, E. C. e Pereira, M. — Gestão da Empresa Agrícola, F. C. Gulbenkian, C. E. A., 1959.

Câmara, A. S. — Genética e Selecção, Rev. Agr., Vol. 27, (fasc. 4), 1939.

— Produção de trigo para semente, Rev. Agr., Vol. 28 (fasc. 1), 1940.

Caputa, J. — Les plantes fourragères, Lib. Payot, s/d.

Chombart de Lawe, J., Poitevin, J. — e Tirel, J. — Nouvelle Gestion des Exploitations Agricoles, 2.ème ed., Dunod, 1963.

Crespo, D. G. — Produção Forrageira e Regadio, D. G. S. A.

Davies, W. — The Grass Crop, E. & F. N. Spon, Ltd., London, 1954.

— Temperate and Tropical Grasslands, 8 th. Int. Grassland Congress.

Der Khatchadourian, L. — L'Exploitation Intensive des Prairies, Hachette, Paris, 1954.

Dumont, R. — Ordre de Priorité des Investissements, Ec. Rur., n.º 31, Paris, 1957.

Folque, N. B. — Subsídios para o Estudo do Género *Trifolium L.* em Portugal, Melh., Vol. 1.º — n.º 2 — 1949.

Hathaway, D. — Problems of Progress in the Agricultural Economy, Mich. St. Un., 1964

Hughes, H. D., Heath, M. E., Metcalfe, D. S. — Forages — The Science of Grassland Agriculture, The Iowa St. Un., Ames, Iowa, 1962.

Klages, K. H. W. — Ecological Crop Geography, Mac/Millan, New-York, 1954.

Latil, M. — L'Évolution du Revenu Agricole, A. Colin, Paris, 1956.

Mahou, A. — La Prairie Moderne — D. G. E. V. — M. A. — Paris — S/d.

Malassis, L. — Économie des Exploitations Agricoles, A. Colin, Paris, 1958.

Milhau, J. e Montagne, R. — Économie Rurale, P. U. F., Paris, 1964.

Percival, J. — Agricultural Botany — 8 th. ed. Duckworth, London — 1936.

Vasconcellos, J. C. — Ervagens Naturais: Subsídios para o seu estudo, D. G. S. A., 1936.

— Vantagens das Herborizações Regionais, D. G. S. A. — (Ser. C) 4, 1929.

— O Problema das Forragens em Portugal, D. G. S. A., 1938.

Viana, A. L. e Barrocas, J. M. — Estudo Económico da Exploração Agrícola numa Região da Beira Litoral, F. C. Gulbenkian, C. E. A., 1970.

bibRIA

Freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira

Capelas — Oratórios — Alminhas — Cruzeiros — Vias Sacras — Passos — Outros Padrões

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras—Secção de Ciências Histórico-Geográficas—pela Universidade de Coimbra

(Continuação)

Por escritura de 24 de Novembro de 1789, lavrada na quinta de Santo António do Carregal, da cidade do Porto e casa de morada de Custódio Ferreira Carneiro de Vasconcelos, pelo notário proprietário bacharel António Pinto Ribeiro de Carvalho Feixoto, o morgado Fernando José Camelo de Miranda Pinto Pereira da Silva e sua mulher D. Maria Eufrazia Soares de Albergaria Pereira, venderam ao **Dr. Sebastião Gomes da Costa Pacheco**, morador na Ferraria de Cima, da freguesia de Nossa Senhora da Vitória, da cidade do Porto — a «quinta chamada das Ribas do Castelo, da Vila da Feira, com as casas principais, capela, casas d'eira, casas da coxeira, com aguas de fonte, de rega, de merugem, entradas e saídas e todas as suas pertenças, domínios e posse, direitos e acções que lhes competem e vierem a competir por direito: a qual e de natureza de prazo de vidas, de que e directo senhor a Serenissima Casa do Infantado».

Conforme se vê do documento comprovativo do pagamento da sisa, confrontava do norte com Flório José Soares e Manuel Pedro da Costa e caminho de permeio que vai para a Lumieira e do sul com António Pinto e seu genro Custódio, do lugar dos Matos, do nascente com a estrada que vai para Vinhais e com José Ferreira Brandão, do poente com António Pinto dos Matos e Domingos José da Silva, constando da mesma sisa que na venda da capela se compreendiam «as suas competentes Imagens ornamento das mesmas e os que houverem e pertencerem ao Santo Sacrificio da Missa».

Na venda incluíram-se vários matos, foros e pensões.

O Dr. Sebastião foi investido na posse dos bens comprados e designadamente da quinta das Ribas do Castelo, em 28 de Novembro de 1789, posse que lhe foi conferida pelo tabelião João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real, senhor de uma das casas

de Fijô, na qual se manteve até ao seu falecimento em Dezembro de 1818.

De tudo quanto expus vê-se que a casa das Ribas esteve na mão da familia do João Ferreira da Cruz — desde 1707 a 1789 — 82 anos.

Penso que o Dr. Sebastião foi levado a esta compra por residir, nesta vila, um seu irmão, Manuel Gomes da Costa Pacheco, que aqui exerceu os cargos de escrivão e tabelião durante dezenas de anos (tendo vivido, por arrendamento, na casa de Fijô, a que pertencia a capela de S. Miguel) e por conhecer bem a vila, pois já em 1775 e 1776 se associou a José Luís da Silva Careta, na arrematação da obra de grande pavimentação da vila, que teve lugar naqueles anos (Livro de contas e diário do Dr. Sebastião da Costa Pacheco, que possuo no meu arquivo, referente a 8 de Novembro de 1775 e 12 de Junho de 1776).

O Dr. Sebastião manteve um grande pleito judicial contra o José Ferreira Brandão, já mencionado e sua mulher, processo que, por morte desta, foi continuado contra o viúvo, filha e genro, Maria Flora Cândida e seu marido, o advogado desta vila, bacharel Apolinário José da Costa e os filhos — padre Bernardo José Ferreira Brandão e D. Vitória Maria.

Assim, este foi mais um grande pleito em que se viram envolvidos os donos da casa das Ribas, que durou desde 1 de Junho de 1790, data em que foi apresentado, em audiência por parte do Dr. Sebastião, o respectivo libelo de raiz, até 17 de Março de 1798, data em que teve o seu termo.

Neste libelo de «causa de união dos bens de prazo», o autor reivindicava para si a quinta do Bitá, suas pertenças e frutos desde a sua ocupação, por parte dos

rés, alegando a nulidade do já aludido sub-emprazamento feito, ao réu Brandão, pelo Fernando José Camelo, por escritura de 3 de Outubro de 1776.

Depois de uma agitada actuação processual, o pleito foi decidido a favor dos réus e, deste modo, ficou legalizada a divisão do prazo que abrangia a quinta das Ribas e a do Bitá, pelo que, a partir de então, passou a ser prédio autónomo, totalmente distinto daquela quinta.

Assim se operou o desmembramento das duas propriedades (embora se mantivesse o elo enfitêutico) com prejuízo para a quinta das Ribas, que estava separada da do Bitá pela estrada que ainda hoje as divide, que vai para a freguesia de Fornos.

O Dr. Sebastião revelou-se um bom administrador, tendo aumentado a quinta das Ribas com a aquisição de diversas leiras, arredondando-a em limites muito dilatados.

Nasceu na referida rua da Ferraria de Cima, da cidade do Porto, em 17 de Janeiro de 1740.

Era filho de Luís Gomes da Costa e de sua mulher D. Clara Luísa Pacheco.

Depois de comprar a casa das Ribas aqui passou a viver com sua mulher D. Ana Joaquina Rita da Costa Pacheco ou D. Ana Joaquina Rita Gomes da Costa, onde faleceram sem descendência, ele em Dezembro de 1818 e ela em 1 de Abril de 1826, com 83 anos.

Ambos estão sepultados no pavimento da capela, um ao lado do outro, ela no centro, junto às escadas do altar mór e ele do lado poente.

Existe, nesta casa, um quadro a óleo, sem assinatura, que se reproduz em fotografia, que deve ser do Dr. Sebastião e da autoria de João Glama (Stroberle), pelo que passo a expor.

Convenço-me disto por, no verso da moldura, ter a data de 1759, em algarismos inteiramente semelhantes aos que ele usou no livro de contas, escrito pelo seu próprio punho, a que já me referi.

Dele consta que, em 17 de Agosto de 1777, o Dr. Sebastião comprou um retrato àquele pintor: penso que se trata do retrato a óleo em causa.

Acresce o facto de a pintura contemplar um estudante, vestido de capa e batina e ter, como cenário, os claustros da Universidade de Coimbra, circunstância que impressiona sabendo-se que ele nasceu em

1740 e que, naquele ano de 1759, frequentava esta Universidade.

Na verdade do arquivo da sua Biblioteca Geral consta que o Dr. Sebastião aí cursou a faculdade de Leis, com matrícula em Instituta (1-X-1757), 1.º ano (1-X-1758), 2.º ano (1-X-1759), 3.º ano (1-X-1760) e 4.º ano (1-X-1761).

A existência do quadro, nesta casa, bem se compreende, porque sua sobrinha direita, D. Josefa Xavier Ferreira Pacheco, era a posseira da casa, dado o seu direito de habitação, quando, por seu falecimento, meu bisavô paterno entrou na posse efectiva e real da quinta das Ribas, por força da compra que fizera ao genro dela — José Eleutério Barbosa de Lima: do mesmo modo ficaram, nesta casa, os diários do Dr. Sebastião e do irmão Manuel, pai da D. Josefa.

O Dr. Sebastião Pacheco deixou testamento cerrado datado de 26 de Março de 1816, aprovado na vila da Feira em 13 de Maio seguinte, pelo tabelião Luís António Correia de Sousa e Sá.

Neste testamento declarou que fizera escritura para casamento com aquela sua mulher, em 17 de Setembro de 1778, no cartório do tabelião Vitorino Manuel Cordeiro, da cidade de Lisboa, na qual foi estabelecido que, cada um, se levantaria com o seu dote e com metade dos adquiridos.

Nomeou a mulher sua testamenteira e instituiu-a herdeira de «todos nossos bens moveis, semoventes, pesas d'ouro e prata, diamantes e aljófes, dinheiro em ser e de devedores; tudo na maneira que estamos possuindo pagas as dividas; e usufrutária de todos os nossos bens de raiz, ainda que de prazos sejam, direitos e açoens...».

Dispôs, em seguida que, por falecimento de sua mulher, seria seu herdeiro e testamenteiro, de todos os bens de raiz, direitos e acções, com obrigação do pagamento dos legados, seu segundo sobrinho Luís, filho daquela sua sobrinha Josefa e de seu marido Torcato José Ferreira.

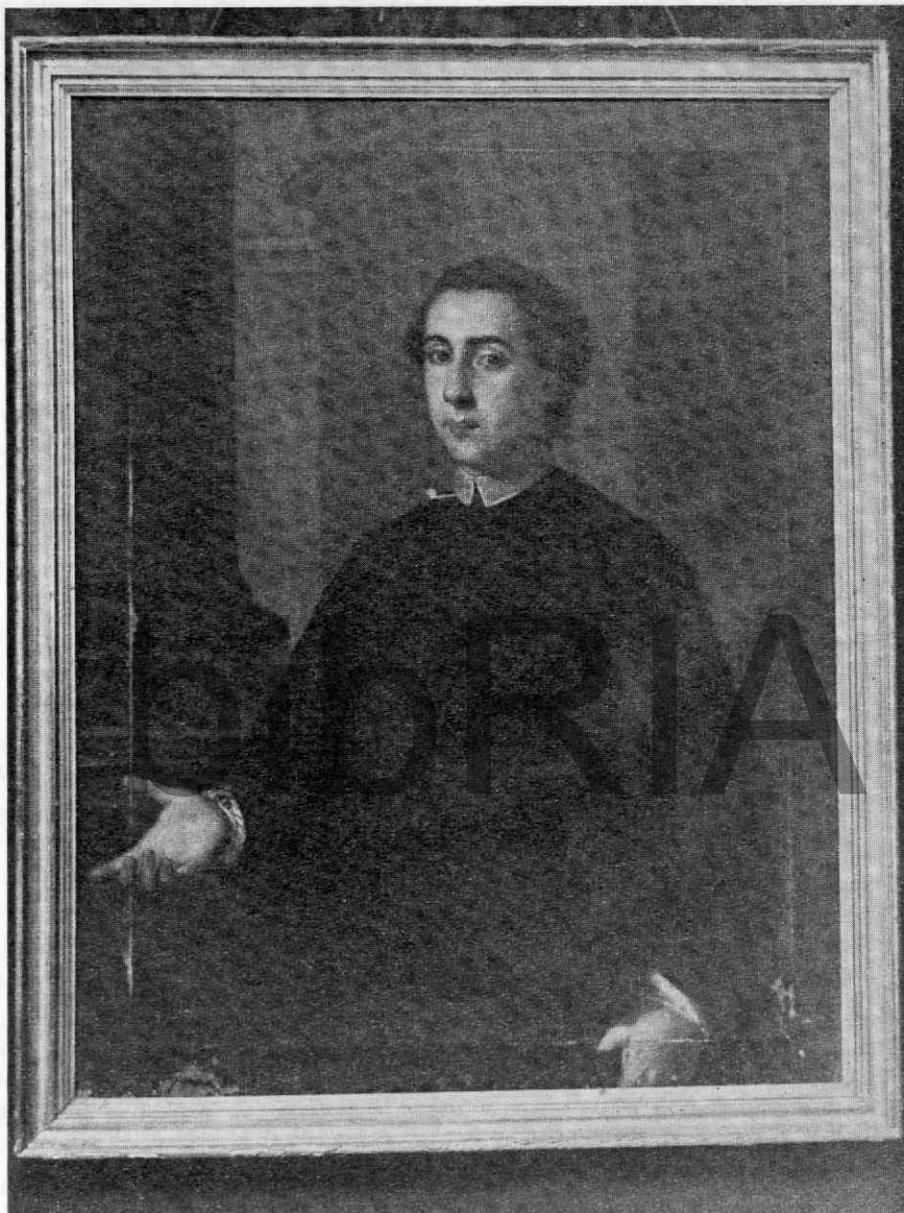
Mais disse que «caso aquele seu sobrinho não quizesse aceitar a herança passariam todos os bens de raiz e a herança para sua irmã, segunda sobrinha do testador, de nome Josefa, com os mesmos encargos e legados, acrescentando: «E da mesma maneira não aceitando esta com os encargos e legados passem todos os meus bens de raiz, direito e acções, ao parente mais proximo a quem tocam com os mesmos encargos e legados».

Pedia, finalmente, que o enterrassem «em uma das tres sepulturas que se fizeram na capela de Nossa Senhora de Monserrate desta Quinta falecendo nela, sem aparato, nem toque de sinos e só os sinais da Constituisam; e nem me fasam officios...».

Sua mulher, D. Ana, também deixou testamento

ria Teresa Pacheco Ferreira (filha de sua referida sobrinha direita Josefa Xavier Pacheco Ferreira) que casou com José Eleutério Barbosa de Lima.

Daí resultou outra grande demanda em que se viu envolvida a casa das Ribas, movida pela D. Josefa



Dr. Sebastião Gomes da Costa Pacheco.
Quadro a óleo que se presume ter sido pintado por João Glama.

em que, além de bens de alma, fez determinados legados.

Do registo do seu óbito consta que foi sepultada na «Capela da sua Quinta».

A transmissão da casa e quinta das Ribas e demais bens de raiz, extinto o usufruto exercido pela D. Ana, fez-se a favor de uma sua segunda sobrinha — D. Ma-

contra aqueles seus genro e filha, arrogando-se ao direito dos bens de raiz deixados pelo Dr. Sebastião, conseguindo obter a sua posse em 21 de Fevereiro de 1826.

O José Eleutério e mulher reagiram e foram investidos nessa posse por sentença de 21 de Setembro do mesmo ano.

O pleito terminou por uma escritura de transacção feita no Porto, em 27 de Agosto de 1828, lavrada no cartório do tabelião João de Sousa Melo Nunes.

Deste acordo resultou, substancialmente, a D. Josefa ficar com o direito à habitação nas «Casas da quinta das Ribas de Cima» para que nelas podesse viver com a condição, porém, da sua filha e genro poderem ir viver livremente, para a mesma casa, em qualquer parte e estação do ano que lhes conviesse, vivendo, assim, juntos na mesma casa.

A D. Maria Teresa e o marido ainda se obrigaram a dar à D. Josefa o usufruto de um pedaço de terra na mesma quinta chamado o «Campo da Pereira» que foi devidamente confrontado, ou seja «o bocado de terra da eira para baixo até ao fundo dividido por um caminho», como José Eleutério mandou dizer a meu bisavô paterno Joaquim Vaz de Oliveira Júnior, numa das cartas (6 de Dezembro de 1840) que precederam a venda, daquele a este, da casa e quinta das Ribas.

Na mencionada escritura de transacção ficou estipulado, finalmente, que a obrigação de alimentos que o José Eleutério e mulher também se obrigaram a prestar à D. Josefa, cessaria se ela suscitasse novas questões sobre a mesma herança, tendo em atenção as despesas que eles teriam de fazer com essas questões, tendo aquela prometido «não os incomodar mais e de futuro em questões a semelhante respeito, sob pena a que se sujeita de perder os referidos alimentos».

Ela veio a falecer, na casa das Ribas onde vivia, em 27 de Julho de 1841, sendo enterrada, no mesmo dia, no adro da Igreja desta vila.

Mais tarde foi trasladada para a capela da casa das Ribas: jaz na sepultura que se segue, para nascente (do lado da sacristia), da de sua tia, a D. Ana Joaquina Gomes da Costa.

José Eleutério e mulher, em conformidade com a mencionada escritura de transacção, tomaram posse dos bens da herança do Dr. Sebastião Pacheco, entre os quais se contava a quinta das Ribas, em 19 de Novembro de 1828.

A solicitação daqueles, D. Miguel, como senhor e administrador da «Casa e Estado do Infantado», em carta de empraçamento de 22 de Dezembro de 1831, deu-lhes de aforamento, em renovação de prazo, a quinta das Ribas e a do Bitá.

Assim foi reconhecido que lhes cabia o direito à renovação pedida, não obstante estas duas quintas já estarem separadas, uma da outra, como já referi.

O prazo manteve-se uno com D. Maria Teresa Pacheco Ferreira, como cabecel, por ser a herdeira do Dr. Sebastião Gomes da Costa Pacheco e a possuidora «de maior monte».

O novo empraçamento foi concedido em três vidas, em que os requerentes foram primeira e segunda, podendo o que sobrevivesse nomear a terceira, com a abrigação dos requerentes, como cabeceis, cobrarem toda a renda e entregá-la no Almojarifado, com as demais condições costumadas nos títulos de empraçamento.

Do respectivo auto de medição e de apegacção, de 20 de Maio de 1831, além de outros itens, consta o da quinta «chamada das Ribas, sita ao pé do castelo desta vila da Feira» na qual se «achão umas boas casas sobradadas e terreas e uma boa capela com seo pateo e a frente da entrada da parte do norte, uma portada de pedra de escoadria lavrada, com seu cruzeiro em cima com duas janelas, uma de cada lado...».

*
* *
* * *

Aquele irmão do Dr. Sebastião, de nome Manuel Gomes da Costa Pacheco que, antes de ser tabelião nesta vila, fora capitão da marinha mercante casou, em 15 de Janeiro de 1783, com D. Teresa Rosa, filha de Francisco Lage e de D. Úrsula Maria de Matos, havendo deste casamento, além de outros, as seguintes filhas:

1) D. Luísa Ludovina Pacheco Miséria, que casou, em 14 de Fevereiro de 1797, com Estêvão Garça d'Oliveira Miséria, proprietário de um dos ofícios de escrivão e de tabelião na Vila da Feira, em sucessão de seu sogro.

2) D. Josefa Xavier Ferreira Pacheco, que casou, em 21 de Junho de 1801, com Torcato José Ferreira que, no Porto, foi secretário do 1.º Marquês de Palmela (ver «José Eleutério» pelo Dr. Vaz Ferreira em «Ferro Velho» — Correo da Feira, número 2751 de 22 de Setembro de 1951 e «Um dos meus Costados — D. Antónia Albina de Paiva e Sousa e os seus ascendentes» — fls. 29, manuscrito de Francisco Moura Coutinho, que consulte por gentileza de seu filho Felipe de Moura Coutinho).

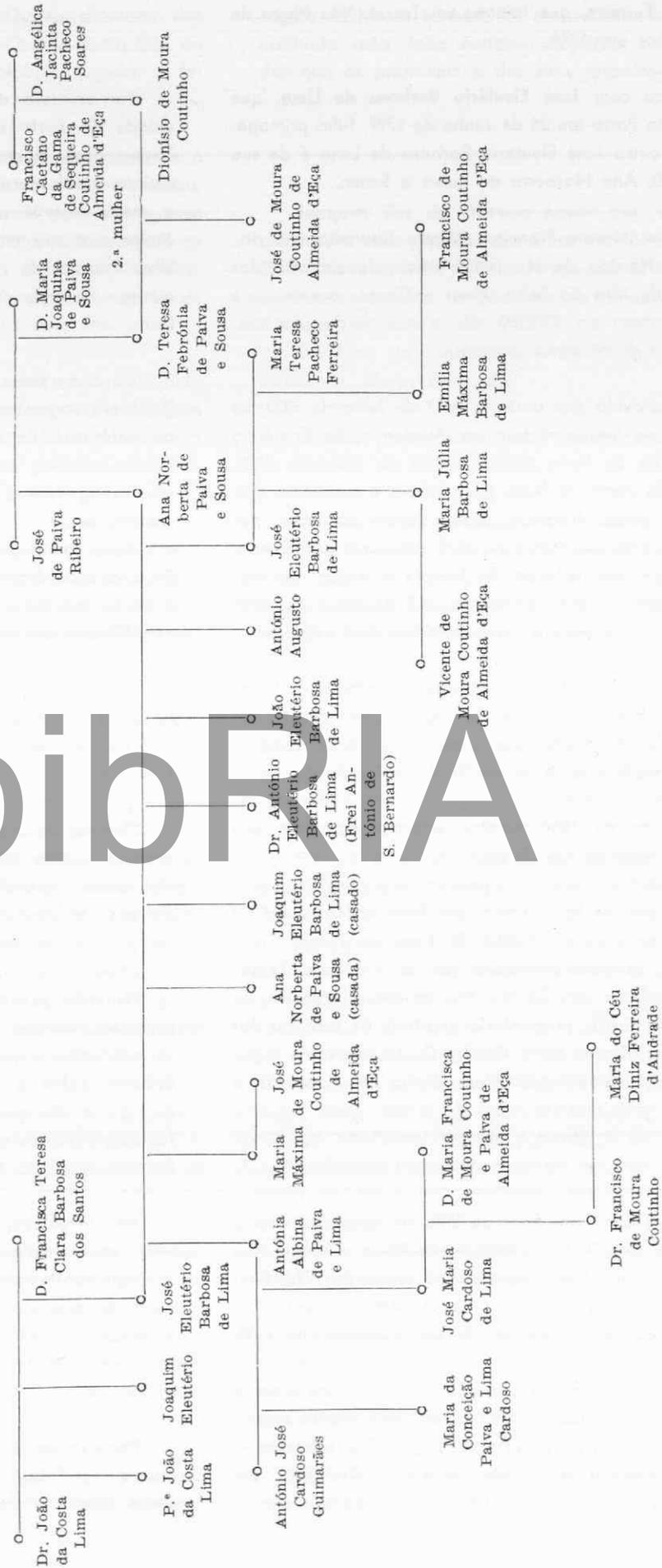
D. Josefa, como já disse, faleceu na casa das Ribas em 27 de Julho de 1841, estando sepultada na sua capela.

Do seu casamento com aquele Torcato José Ferreira deixou uma filha — a já referida D. Maria Teresa

CARTA GENEALÓGICA

DA

FAMÍLIA DE JOSÉ ELEUTÉRIO BARBOSA DE LIMA



Pacheco Ferreira, que faleceu em Tarrío, Vila Nova de Famalicão, em 1874.

Casou com **José Eleutério Barbosa de Lima**, que nasceu no Porto em 26 de Junho de 1797, filho primogénito de outro José Eleutério Barbosa de Lima e de sua mulher D. Ana Norberta de Paiva e Sousa.

Como informa Francisco Moura Coutinho (cit. ob., fls. 28) «Herdou de seu pai o ofício de escrivão dos Órfãos da Vila da Feira, Ovar e Coutos anexos, que estava lotado em 337\$200 réis, o que perdeu em consequência de reformas judiciais».

Foi provido, por portaria de 17 de Julho de 1832, na cadeira da língua inglesa na Academia do Comércio e Marinha do Porto tendo, em 14 de Maio de 1838, alcançado carta de lente proprietário e substituto gratuito da língua francesa, sendo depois nomeado, por carta de 4 de Dezembro de 1839, professor proprietário e vitalício das cadeiras de francês e inglês no liceu de Coimbra, sendo transferido, a 3 de Maio de 1854, tendo 57 anos, para o liceu de Viana do Castelo.

Exerceu importantes comissões e prestou valiosos serviços durante o cerco do Porto, como depois no magistério, na composição gratuita de vários compêndios que ofereceu à Imprensa da Universidade, entre eles o da «Crotamaltica Poliglota», que o decreto de 4 de Julho de 1854 mandou adoptar para uso das aulas e exames nos liceus.

Seu pai, de igual nome, era filho do Dr. João da Costa Lima e de sua mulher D. Francisca Teresa Clara de Lima, também conhecida por D. Francisca Teresa Clara Barbosa dos Santos. Era cavaleiro professo da Ordem de Cristo, proprietário quartado de escrivão dos Órfãos da Vila da Feira, Ovar e Coutos anexos e negociante matriculado pela Real Junta do Comércio e «um dos principais da Praça do Porto», como diz uma provisão de D. Maria I, passada em 25 de Agosto de 1807 (cit. obra de Francisco de Moura Coutinho, fls. 23).

Casou em 11 de Abril de 1796, na Igreja da Vitória do Porto, com D. Ana Norberta de Paiva e Sousa, nascida na mesma freguesia em 6 de Junho de 1774, filha de José de Paiva Ribeiro e de D. Maria Joaquina de Paiva e Sousa, falecida em 26 de Novembro de 1836.

Foi proprietário da Casa da Praça, hoje pertencente ao Dr. Belchior Cardoso da Costa (meu citado estudo «Quatro séculos de história...», pag. 133 e seguintes — Revista «Aveiro e o seu Distrito», divulgado em separata).

Por escritura de 16 de Abril de 1841, lavrada na cidade do Porto pelo tabelião João de Sousa Melo Torres, José Eleutério Barbosa de Lima (filho) e sua mulher, então moradores na cidade do Porto, venderam a meus bisavós paternos **Joaquim Vaz de Oliveira Júnior** e a sua mulher D. Luísa Adelaide Teixeira da Silva Canedo, da vila da Feira, além de outros bens, a quinta «chamada das Ribas, sita no Castelo da Vila da Feira, com suas casas principais, capela...».

Os compradores ficaram obrigados à reserva que a D. Josefa, sogra e mãe dos vendedores, tinha do direito de habitação na casa e do usufruto no campo da Pereira, direitos que se mantiveram por pouco tempo, pois extinguiram-se em 27 de Julho seguinte, com o falecimento dela.

Assim terminou a posse exercida pela família do Dr. Sebastião Gomes da Costa Pacheco sobre a «casa e quinta das Ribas», que decorreu de 24 de Novembro de 1799 até àquele dia 27 de Julho de 1841.

Meu bisavô já tinha sido investido na posse jurídica dos bens comprados, em 29 de Maio de 1841, dela constando a «quinta que se compoe de casas sobradadas e terras, capela...».

Durante aquele período de tempo em que a propriedade esteve na posse da família do Dr. Sebastião ela recebeu grandes benfeitorias, sobretudo a quinta por mão do José Eleutério; infelizmente também sofreu delapidações e destruições por parte da D. Josefa.

No referido contrato de compra e venda e até por expressa vontade do vendedor (como verifiquei pela correspondência que trocou com o comprador), nada se declarou sobre a sua natureza enfiteuticã, se alodial ou não e isto porque tendo-se considerado que foi reguenga, tornou-se livre ou «Dizima a Deus» pelo decreto de 13 de Agosto de 1832.

No inventário por óbito daquela minha bisavó — D. Luísa Adelaide, porém, ao descrever-se a casa e a quinta declararam-se «de natureza de prazo de vidas de que foi senhoria directa a extincta casa do Infantado, como consta da carta de empraçamento feita em vinte e dois de Dezembro de mil oitocentos e trinta e um».

Posteriormente, em todos os documentos, a casa e a quinta foram claramente descritas como alodiais, como hoje são de facto e de direito.

No referido inventário, a «Quinta chamada das Ribas de Cima, sita no lugar do Castelo desta Vila da Feira, que se compõe de Casas Nobres, Capela...», foi adjudicada ao viuvo.

Meu bisavô, embora frequentasse assiduamente a casa e a quinta, fazendo nelas grandes melhoramentos, nunca chegou a habitá-la, falecendo na vila, na casa hoje pertencente a D. Maria da Luz Albuquerque, na rua agora denominada do Dr. Guilherme Moreira. Ele e sua mulher repousam no jazigo da capela de Nossa Senhora de Monserrate.

Por morte do meu bisavô, a casa e a quinta ficaram a pertencer ao meu avô paterno — **Dr. Joaquim Vaz de Oliveira** e a sua mulher D. Libânia Amélia Vaz de Almeida Teixeira (escritura de partilhas de 7 de Setembro de 1866).

É curioso referir a razão dada, desta adjudicação, na mencionada escritura, bem expressiva da preocupação já então manifestada, da manutenção da casa e da quinta na posse da família e designadamente na linha varonil.

Declararam «todos os outorgantes que esta Caza, Quinta e pertenças das Ribas vão encabeçadas no primeiro outorgante (Dr. Joaquim Vaz) não só por sua natureza e qualidade destas, mas também por que a comodidade e justeza das partilhas a não admitiu no pagamento de outro quinhão e ainda muito especialmente porque a conservação da quinta como cumpre não tanto aos interesses do proprietário, mas muito respeitosamente à religiosa consideração que todos devem e têm à veneranda memória de seu pae e sogro que estimava muito esta propriedade, demanda grandes despesas para que nenhum dos outorgantes esta habilitado».

O prédio foi descrito, na Conservatória do Registo Predial da Comarca da Feira, sob o número 3649-L-B — fls. 180, conforme registo aí feito, por meu avô, em 20 de Janeiro de 1872.

Por morte do Dr. Joaquim Vaz, em 12 de Outubro de 1888, a casa e quinta das Ribas vieram a pertencer a meu pai — **Dr. Eduardo Vaz de Oliveira**, falecido em 7 de Agosto de 1920, de quem a herdei, com adjudicação por escritura de partilhas lavrada, nesta vila, em 1 de Agosto de 1927, pelo notário António de Figueiredo Ferreira.

Em trabalho ainda não impresso, faço a história desenvolvida da casa e quinta das Ribas, da sua

capela de Nossa Senhora de Monserrate, do morgadio instituído pelo João Ferreira da Cruz, bem como a dos que as possuíram e das suas respectivas famílias.

*
*
*

Joaquim Vaz de Oliveira Júnior que, como disse, comprou a casa e quinta das Ribas em 1841, nasceu em 29 de Novembro de 1803 na freguesia de S. Lourenço do Douro, concelho de Bemviver, da comarca de Sobre Tâmega.

Era filho de Joaquim Vaz de Oliveira e de sua mulher D. Maria Felizarda.

Estudou preparatórios no Porto e assentou praça no exército em Maio de 1823.

Em 1832 foi nomeado, interinamente, regente e ajudante do cartório de escrivão dos Órfãos no Porto, lugar que servia seu pai: tinha a seu cargo o expediente e contabilidade das «Decisões e Novos Impostos» da freguesia de Santo Ildefonso.

Em Maio de 1833 foi eleito alferes da 1.ª Companhia do «Batalhão de Empregados Públicos» e em Junho seguinte foi nomeado para o lugar de oficial partidador do Juízo de Fora do Cível, da mesma cidade do Porto.

Foi um entusiasta pela causa da Rainha, tendo-se batido pelos constitucionais no cerco do Porto, designadamente no Carvalhido.

Em 16 de Maio de 1828 foi preso nas cadeias da Relação do Porto, em resultado da sua actividade política.

Por decreto de 23 de Junho de 1834, D. Pedro, Duque de Bragança, como Regente do Reino de Portugal, despachou-o, em termos muito elogiosos, escrivão do juízo de direito da comarca da Feira: especificadamente foi referido que «se portou dignamente assim no serviço ordinário, como nas ocasiões de fogo, sendo efectivo em todo o tempo que o dito batalhão (dos empregados públicos) ocupou o posto da linha de defesa do Carvalhido.

Veio para a Vila da Feira em Julho de 1834, tendo, em Agosto seguinte, prestado juramento para o exercício interino daquele cargo, enquanto o não servisse, como veio a servir, como efectivo.

Em 28 de Maio de 1839 prestou fiança como escrivão e tabelião nesta Vila da Feira.

Em virtude da nomeação de um seu cunhado para escrivão e tabelião desta comarca da Feira, o que ocasionava incompatibilidade, em 1845 pediu a sua transferência, parece que para Estarreja, de onde voltou, de novo, para a da Feira, em face do decreto de 8 de Setembro do mesmo ano (esteve ausente desde 22 de Fevereiro a 5 de Outubro de 1845) por força da exoneração daquele seu cunhado.

Manteve-se, continuadamente, no exercício destes cargos até à sua morte, em 22 de Agosto de 1866: como já informei, jaz na capela da casa das Ribas.

Fez parte do Conselho Municipal da Feira em 1842, 1843-44, 1845-46, 1847, 1848, 1850-51, 1854-55, 1856-57, 1858-59.

Casou em 14 de Junho de 1837, nesta Vila da Feira, com D. Luísa Adelaide Teixeira da Silva Canedo, aqui nascida em 15 de Janeiro de 1810, filha de José da Silva Canedo e de sua mulher D. Joana Emília Rosa Teixeira. D. Luísa Adelaide faleceu em 5 de Fevereiro de 1850, estando também sepultada na capela da casa das Ribas.

Para o estudo da família desta minha bisavó, ver o trabalho do tenente-coronel Fernando de Castro da Silva Canedo «Famílias Canedo e Teixeira Guimarães da Vila da Feira», publicado no cit. Arq. do Dist. de Av. — vol. XVI — pág. 125.

Joaquim Vaz de Oliveira, pai daquele Joaquim Vaz de Oliveira Júnior, nasceu e viveu na freguesia da Boa Viagem de Massarelos.

Foi escrivão da 1.ª instância da cidade do Porto, no distrito de Santo Ovídio.

Na relação a que se refere o decreto de 24 de Dezembro de 1833, que pôs em prática, nas cidades de Lisboa e Porto, o decreto de 16 de Março de 1832 e determinou a reforma da justiça consta: «Escrivães já despachados para servirem d'ante os juizes de Direito da Primeira Instância da Cidade do Porto. Distrito de Santo Ovídio — Joaquim Vaz de Oliveira...» (fls. 91 da colecção de todas as Leis, Alvarás, Decretos, etc. — Impressos na Régia - Oficina Tipográfica de Lisboa — ano de 1833).

Já era titular do cartório de escrivão do Juízo de Fora dos Órfãos, do Porto, em 5 de Maio de 1823 (Jerónimo Rossi — Fidalgo ceramista» por Vasco Valente — pág. 27).

Faleceu na rua do Almada, da cidade do Porto, em 5 de Novembro de 1852.

Daquele casamento houve vários filhos.

Joaquim Vaz de Oliveira, pai do anterior do mesmo nome, morou na freguesia da Boa Viagem de Massarelos, onde nasceu em 26 de Fevereiro de 1741.

Foram seus pais, o capitão Francisco Vaz de Oliveira e sua mulher D. Ana Ferreira.

Casou com D. Ana Felizarda, natural da mesma freguesia.

Abandonou os estudos para a vida eclesiástica para se casar, tendo-se ordenado depois de enviivar.

Teve licença «de genere», para esse efeito, em 1786.

Foi administrador do vínculo da capela de S. Pedro e de S. Paulo, em Vila Nova de Gaia, instituído pelo vigário Manuel Vaz com o encargo de 104 missas, os paramentos e fábrica para aquela capela, vínculo que foi abolido por provisão régia de 29 de Agosto de 1776, a pedido do Joaquim Vaz, em conformidade com a lei novíssima de 3 de Agosto de 1770, por a renda não atingir 100\$000 réis anuais.

Rui Moreira de Sá e Guerra, no seu estudo «As capelas ou vínculos instituídos no convento de S. Francisco, na cidade do Porto (O Tripeiro — Série VI — Vol. VI — pág. 45) dá-nos conhecimento do que passo a expor.

João Domingues e sua mulher Maria Aires da Rua, legaram ao convento de S. Francisco dois almudes de azeite para a lâmpada do Santíssimo Sacramento hipotecando, à garantia do cumprimento da obrigação, uma morada de casas sobradas em dois pisos, na rua da Reboleira, que eram pertença da capela de S. Pedro e de S. Paulo da Igreja de Santa Marinha, de Vila Nova de Gaia, à qual se pagavam 25\$000 réis de foro.

Mais tarde, em 15 de Setembro de 1694, nas notas do tabelião de Vila Nova de Gaia, António Aires Pimenta, — Fernão Vaz de Sá deu-as de empraçamento, como senhorio directo, a João Gomes Moreira, ourives de ouro e a sua mulher Teresa Moreira de Brito, moradores na mesma rua da Reboleira, ficando estes obrigados a pagar o foro de vinte e cinco mil réis e a entregar os dois almudes de azeite ao convento de S. Francisco, enquanto o Fernão Vaz de Sá pagaria oito mil réis à capela de S. Pedro.

O comprador explicou que herdou essas casas do tio, o referido reverendo Manuel Vaz, vigário que foi

da Igreja de Santa Marinha, de Vila Nova de Gaia. Este emprazamento foi possível, por Manuel Reis Campelo e mulher (que as emprazaram em 6 de Agosto de 1692) terem desistido do direito ao domínio útil com autorização do senhorio, com o fundamento de viverem longe, em Viana do Castelo.

O autor deste estudo, finaliza: «Posteriormente, em 25-2-1786, Joaquim Vaz de Oliveira, viúvo, morador em Massarelos, vendeu por oitocentos mil reis a pensão anual de 25\$000 com o direito dominical de dez — um que recebe dessas casas a Isidoro de Carvalho dos Santos, cav. prof. na Ordem de Cristo, morador no Porto. Tal pensão era pertença do vínculo que instituiu o vigário Manuel Vaz, mas que foi abolido por os bens que o garantem serem de valor insignificante e não renderem a quantia estatuída pela lei Provisória de 3-8-1770».

Não sei quem era o padre Manuel Vaz: possivelmente era tio, de geração já afastada, do Joaquim Vaz de Oliveira.

Este, daquele seu casamento, teve vários filhos.

Francisco Vaz de Oliveira, capitão, pai deste Joaquim Vaz de Oliveira, nasceu na já mencionada freguesia da Boa Viagem de Massarelos, em 22 de Novembro de 1703.

Foram seus pais Manuel Vaz de Oliveira e sua mulher D. Feliciano dos Santos Oliveira.

Em 21 de Julho de 1732 casou com D. Ana Teresa, ali nascida em 25 de Janeiro de 1712, filha de Francisco Ferreira Afonseca e de sua mulher D. Teresa Gomes, neta paterna de Luís da Fonseca Pereira e D. Maria de Meireles e materna de Manuel Marques e de D. Domingas Gomes.

Do seu referido casamento teve dois filhos.

Manuel Vaz de Oliveira, pai do anterior, o capitão Francisco Vaz de Oliveira, nasceu na freguesia de Nossa Senhora da Natividade, de Macieira de Cambra, em 25 de Março de 1667, filho de António Vaz de Aguiar e de sua mulher D. Domingas Tavares, neto paterno de Gonçalo Fernandes e de D. Bernardes Antunes, todos naturais daquela freguesia, onde moravam e materno de João de Oliveira, natural de Oliveira de Azemeis e de D. Maria Tavares, natural da dita freguesia de Macieira de Cambra, onde ambos moravam.

Casou em 5 de Novembro de 1698, na freguesia da Boa Viagem de Massarelos, do Porto, com D. Feliciano dos Santos de Oliveira, filha de Amaro Duarte Caturro, então falecido, e de sua mulher D. Antónia dos Santos, naturais da mesma freguesia de Massarelos, onde ela morava, neta paterna de Francisco Fernandes e de sua mulher D. Mónica Duarte e materna de Domingos Alves Neto e de sua mulher D. Maria Antónia, aí moradores.

Manuel Vaz de Oliveira era homem de negócio, no Porto e recebeu carta de Familiar do Santo Ofício em 14 de Agosto de 1703 (m. 57 n.º 1203).

Entendo que está bem averiguada, nos termos expostos, a ascendência de Manuel Vaz de Oliveira e de sua mulher D. Feliciano dos Santos Oliveira, por constar do processo desta carta de Familiar.

Este comentário vem a propósito de ter, na minha mão, uma árvore genealógica da minha família Vaz de Oliveira, elaborada pelo ilustre linhagista D. Fernando Tavares e Távora, em que aquela Domingas Tavares, mai do Manuel Vaz de Oliveira é dada como filha de Diogo Álvares Ferreira e de sua mulher D. Joana Tavares, aquele filho de Álvaro Vaz Ferreira, cavaleiro fidalgo e fidalgo de Cota de Armas em 27-8-1587 e neto paterno de António Vaz de Brito Ferreira, descendente dos senhores do solar de Ferreira, que também teve como filho Jorge Vaz Ferreira, senhor da quinta de Rio Falcão, fidalgo de Cota de Armas em 18-3-1583.

Aquele Diogo Álvares Ferreira era irmão do licenciado Gonçalo Ferreira Tavares.

É possível que a D. Maria Tavares (que deve ser a mai de Domingas Tavares) seja irmã da D. Joana Tavares (que D. Fernando Távora julga ser a mai) ou que estejam ligados por outro parentesco de onde se prove que D. Domingas pertencia à casa dos Ferreiras.

Para melhor conhecimento da história da família Vaz de Oliveira, lembro que o cit. Arq. do Dist. de Aveiro, no Vol. XXXI, pág. 205, arrola, como Familiar do Santo Ofício, Geraldo Blenz, com a respectiva carta de 8 de Fevereiro de 1754 («O Distrito de Aveiro nas Habilitações do Snto Ofício» — por Dr. Jorge Hugo Pires de Lima).

No desenvolvimento da sua árvore genealógica apura-se que ele também era natural de Massarelos, freguesia de Nossa Senhora da Boa Viagem, filho de Geraldo Blenz e de sua mulher D. Úrsula Maria Teresa Blenz e que esta, por sua vez, era filha de Manuel Tavares de Oliveira, natural de Macieira de Cambra e de sua mulher D. Teresa Rosário, natural de Massare-

los e aí moradores e primo de Manuel Vaz de Oliveira, também Familiar do Santo Ofício, filho de uma irmã do avô materno, ou seja do aludido Manuel Tavares de Oliveira, de Macieira de Cambra.

Por todos os referidos elementos, creio bem que este Manuel Vaz de Oliveira é o meu sexto avô.

Este, do seu casamento com a D. Feliciano dos Santos de Oliveira, teve vários filhos.

*
* * *

Averiguada a ascendência do Joaquim Vaz de Oliveira Júnior, passo a referir-me à sua descendência.

Do seu casamento com D. Luísa Teixeira da Silva Canedo teve, além de outros filhos, o **Dr. Joaquim Vaz de Oliveira**.

Nasceu, na já aludida «Casa da Praça», na Praça do Dr. Gaspar Moreira, desta vila, hoje propriedade do Dr. Belchior Cardoso da Costa, em 4 de Janeiro de 1838.

Formou-se na faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra em 1859, tendo exercido, com invulgar brilho, durante toda a sua vida, a profissão de advogado na vila da Feira, deixando impressos muitos dos seus notáveis escritos jurídicos.

Como político, foi chefe, neste concelho da Feira, do partido constituinte, chefiado pelo conselheiro José Dias Ferreira.

Foi presidente da Câmara Municipal da Feira em 1868-1869, vice-presidente da mesma Câmara em 1876-1877 e administrador substituto do concelho da Feira, cargo para que foi nomeado em 1861.

A sua actividade no município foi notável.

Deu grande desenvolvimento à viação do concelho com a construção das suas principais estradas, de grande interesse público e promoveu a transferência do Tribunal Judicial e de outras repartições públicas para o edifício da antigo convento de S. João Evangelista, o que originou um grande conflito com o pároco desta freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira, o padre Manuel José Gonçalves Aroso que, então, ocupava algumas das suas dependências.

Notabilizou-se, na administração municipal, com as propostas que apresentou em 8 de Janeiro de 1876 e na defesa do concelho e da comarca da Feira, designadamente nas lutas sustentadas durante anos, das

quais resultou terem sido desanexadas deste concelho, para serem incorporadas no de Ovar, as freguesias de Arada, Maceda e Cortegaça.

Espinho muito lhe deve pois, como bem disse e com justiça, Álvaro Pereira, no seu livro «Espinho — Monografia», a pág. 52: «O Doutor Joaquim Vaz de Oliveira, ilustre Feirense e advogado de grande fama, Presidente e vice-Presidente da Câmara da Vila da Feira, pôs todo o seu saber e deu o maior esforço à causa de Espinho que nascia... Assim, Espinho deve-lhe o princípio da sua urbanização, em que pôs todo o seu cuidado, numa perfeita clarividência do futuro...».

Outros se referiram a ele, exaltando-o.

Entre muitos, podemos citar o artigo, a todos os títulos notável, do Dr. António Toscano Soares Barbosa Júnior no «Comércio da Feira» — Ano 1.º, número 41 de 9 de Outubro de 1902.

O Dr. Joaquim Vaz casou, em 17 de Maio de 1862, no oratório da casa de Joaquim José Teixeira Guimarães, a que adiante me referirei, com sua prima D. Libânia Amélia d'Almeida Teixeira, filha daquele Joaquim José Teixeira Guimarães, que foi secretário da Câmara Municipal da Feira e de sua mulher D. Francisca Rosa de Almeida (da casa da Portela — de Paços de Brandão).

D. Libânia Amélia nasceu na Vila da Feira em 7 de Janeiro de 1842 e faleceu, na casa das Ribas, a 9 de Fevereiro de 1907 (ver estudo sobre a casa da Portela — manuscrito da autoria do Dr. Eduardo Pinho de Almeida e citado trabalho do tenente-coronel Fernando Canedo).

O Dr. Joaquim Vaz, que foi o primeiro da família a viver na casa das Ribas, aqui morreu a 12 de Outubro de 1888, estando sepultado na capela da casa.

Do seu mencionado casamento, teve vários filhos.

Eduardo Vaz de Oliveira, filho do anterior e da sua mulher D. Libânia Amélia Vaz de Almeida Teixeira.

Foi o primeiro, da família, que nasceu na casa das Ribas, o que teve lugar a 17 de Julho de 1867.

Formou-se na faculdade de Direito, da Universidade de Coimbra, em 1890.

Durante toda a sua vida exerceu, com muita distinção, a advocacia na vila da Feira, tendo deixado impressos muitos dos seus valiosos trabalhos jurídicos.

Fez parte do partido regenerador, acompanhando o conselheiro João Franco quando este fundou o partido regenerador-liberal, do qual foi chefe no concelho da Feira.

Abandonou a actividade política em 1908, aquando do regicídio e da queda do governo daquele estadista.

Foi vice-presidente da Câmara Municipal da Feira, no exercício de 1893-97, tendo sido licenciado, a seu pedido, em Outubro de 1896 e em 2 de Janeiro de 1908 tomou posse de presidente da Comissão Administrativa da mesma Câmara, cargo que deixou de exercer em Fevereiro seguinte.

Foi destacado jornalista, deixando muitos escritos, alguns de polémica, dispersos por diversos jornais e dirigiu o semanário local «Comércio da Feira», órgão do partido regenerador-liberal no concelho da Feira, que iniciou a sua publicação em 2 de Janeiro de 1902 e teve o seu termo em 13 de Fevereiro de 1908.

Em 1902 fez parte do Conselho Distrital d'Agricultura e, em sessão de 13 de Janeiro de 1910, do Conselho dos Monumentos Nacionais, foi nomeado seu vogal correspondente em «atenção aos seus merecimentos e zelo pelas obras d'arte e antiguidades patrias».

Foi dedicado defensor dos direitos e interesses do concelho e da comarca da Feira, cuja integridade defendeu, salientando-se a sua acção, de um modo especial, a favor da sua terra natal, em 1899, quando da emancipação municipal de Espinho.

Faleceu, na casa das Ribas, em 7 de Agosto de 1920.

A seu propósito muitos se pronunciaram em termos muito elogiosos.

Casou, em 12 de Junho de 1897, com D. Madalena de Castro de Sousa Ferreira (que em casada usou o nome de Madalena de Sousa Vaz Borges de Castro) falecida, na mesma casa das Ribas, em 21 de Fevereiro de 1900.

Era filha do Dr. Roberto Alves de Sousa Ferreira, bacharel formado em Direito, pela Universidade de Coimbra, que foi advogado, professor-catedrático da faculdade Técnica da Universidade do Porto e de sua mulher D. Emília Henriqueta Bandeira de Castro e Sousa Ferreira.

Daquele casamento do Dr. Eduardo Vaz nasceu, na casa das Ribas, em 12 de Abril de 1899, o autor deste estudo — **Roberto Vaz de Oliveira**.

Casou, em 12 de Março de 1923, com D. Augusta (Maria Augusta pelo sacramento do crisma) Gaspar Formosinho, nascida na Redinha, concelho de Pombal, em 13 de Abril de 1897, filha de Sebastião Barbosa Formosinho e de sua mulher D. Maria Estrela Gaspar Formosinho.

Daquele casamento há descendência.

Pelo exposto, a casa e quinta das Ribas pertence à família Vaz de Oliveira, desde 16 de Abril de 1841.

*
* * *

No livro das «Visitações à igreja de S. Nicolau da freguesia da Feira, apenas encontrei a seguinte referência à capela de Nossa Senhora de Monserrate:

—Visita de 24 de Junho de 1762 «na capela de Monserrate admoesto que se doure por dentro o calix e por cima a patena e tambem se ponhão alguns sanguíneos». Estas tão breves observações mostram como ela estava bem cuidada.

*
* * *



Nossa Senhora de Monserrate.
De frente.



Nossa Senhora de Monserrate.
Lado posterior.

Hoje, a casa e quinta das Ribas, que me foram adjudicadas na partilha dos bens deixados por meu pai, como já disse, estão registadas na já mencionada conservatória do registo predial, em meu nome, sob número 55154 a fls. 5 do L-B-142, com inscrição no artigo 166 da matriz urbana e 1235 da rústica.

*
* *

Em 8 de Setembro de 1967, dia da Natividade de Nossa Senhora, foi descerrada, na frente da casa das Ribas, uma placa de pedra, comemorativa do centenário do nascimento de meu pai — Dr. Eduardo Vaz — que aqui teve lugar em 17 de Julho de 1867, numa cerimónia muito particular, com a assistência da família, do pároco da freguesia e vigário da Vara, padre Manuel Soares dos Reis, que a benzeu, do padre Albano de Paiva Alferes, pároco da freguesia de Souto e dos empregados da casa e da quinta.

A lápide, que ficou colocada entre a segunda e a terceira janela a contar do nascente e estava coberta com a bandeira da «Vila da Feira», foi descerrada, simultaneamente, por um representante de cada uma das três gerações presentes.

De tudo se lavrou a competente acta, que hoje faz parte do arquivo da casa.

3

Diversos

a

Património

O altar mor e suas imagens laterais são da mesma época.

Pertencem ao estilo barroco-petrino, com suas colunas salomonicas enlaçadas, em espiral, por folhagens, parras, pássaros e anjinhos.

A imagem central de Nossa Senhora de Monserrate, é de época anterior.

O altar lateral é do século passado: não tem interesse arquitetónico.

Conserva-se na capela por ter estado no oratório da casa de meus trisavós e bisavós João e Joaquim



Nossa Senhora de Monserrate.
De lado.

Teixeira Guimarães e nele ter casado minha avó paterna—D. Libânia Amélia.

A capela está devidamente provida com os necessários paramentos e alfaias precisas para o exercício do culto que nela se faz.

O pé do cálice é de bronze e a copa é de prata.

É de prever que o altar-mor tivesse sido mandado fazer no Porto ou em Aveiro: era costume, em tempos, os contratos para o seu fornecimento serem feitos por escritura pública.

Na sacristia há uma imagem de Nossa Senhora, com o Menino ao colo, ainda por restaurar, muito antiga.

É curioso notar a grande parecença, que existe, entre o rosto da imagem de Nossa Senhora de Monserrate e o da do Menino que ela segura no braço.



Detalhe do altar-mor.
Parte central.



Detalhe do altar-mor.
Imagem de S. João Baptista.

b

O pavimento e as suas sepulturas

Até 1951, o pavimento da capela estava forrado com mosaicos, a branco e preto, que denotavam ter muitos anos, embora não fossem antigos.

Naquele ano mandei levantá-los, ficando a descoberto o velho lajeado, formado por pedras aparelhadas, de forma rectangular, aparecendo as três sepulturas, com suas pedras de cobertura, dos antigos donos desta casa, pela seguinte ordem, a partir do poente para nascente:

Dr. Sebastião Gomes da Costa Pacheco † Dezembro 1818.

D. Ana Joaquina Rita da Costa Pacheco, sua mulher, † Abril 1826.

D. Josefa Xavier Ferreira Pacheco, sua sobrinha, † Julho 1841.



Detalhe do altar-mor.
Imagem de S. Francisco de Assis.

c

Jazigo

Como já disse, o jazigo está praticado na parede poente da capela, do lado direito do altar principal (para quem o enfrenta).

Está vedado por uma grande pedra de mármore branco, onde está inscrito o seguinte epitáfio, em letras pretas: «À saudosa memoria de Luíza Adelaide Teixeira da Silva Canedo que nasceu a 15 de Janeiro de 1810 e faleceu a 5 de Fevereiro de 1850 consagra o amor conjugal em signal de eterna lembrança».

Esta pedra era a que cobria a sepultura, no adro, em frente da igreja de S. Nicolau, desta vila, onde fôra originariamente sepultada, perto do cruzeiro aí existente.

Nele estão depositadas, além das ossadas desta minha bisavó, as do meu bisavô e de outras pessoas de família.

d

Procissões

Como já disse, na capela de Nossa Senhora da Encarnação, junto ao Castelo, durante muitos anos e de tempos imemoriais, celebrava-se, em 25 de Março de cada ano, no terreiro que lhe fica fronteiro, a festividade dedicada àquela Nossa Senhora, também conhecida por Nossa Senhora de Março, com missa solene a grande instrumental, sermão e luzida procissão, na qual se incorporava a imagem daquela Nossa Senhora.

Em alguns anos esta ia até à capela de Nossa Senhora de Monserrate, onde entrava pela porta principal. Dando volta dentro dela, saía pela porta do nascente alcançando, de novo, o pátio da casa, pelo arruamento conhecido pelo **das camélias** que fica, também a nascente e ainda hoje existe, regressando, depois, à capela do Castelo.

Referindo-se à que se realizou em 25 de Março de 1911, a «Gazeta Feirense», número 123 de 27 seguinte, informou que apesar do mau tempo, chuva e vento, foi possível fazer a procissão, aproveitando-se uma estiagem. «Aquela trégua ao mau tempo permitiu ainda assim, que saísse a procissão, a qual deu volta à capela particular da quinta das Ribas de Cima do Castelo, propriedade do sr. dr. Eduardo Vaz de Oliveira e recolheu, sem chuva de maior monta, à velha capela erigida pela condessa da Feira».

Outra realizou-se em 25 de Março de 1942.

* O jornal feirense «Tradição», no seu número 506 de 21 deste mês e ano, anunciou o seu programa dizendo que a festividade era organizada por uma comissão de devotos, composta pelos moradores dos lugares do Castelo, Matos e Portela e que compreendia uma procissão da capela do Castelo à capela da «casa das Ribas» com incorporação de autoridades civis e religiosas e das irmandades do SS. Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário e regresso, tudo entre cânticos religiosos, implorando a Deus, por intermédio da Virgem Nossa Senhora da Encarnação, a paz e o sossego para Portugal.

Nesta época decorria a segunda guerra mundial.

O mesmo jornal disse, ainda, que a procissão já se não fazia havia cerca de quarto de século.

Não havia memória de, em reciprocidade, a imagem de Nossa Senhora de Monserrate, ir em procissão até à capela do Castelo.

Veio, porém, a efectuar-se em 13 de Novembro de 1960.

A imagem de madeira de Nossa Senhora de Monserrate que, devido ao seu grande peso, tinha sido apeada do seu trono com dificuldade, foi levada processionalmente até à capela de Nossa Senhora da Encarnação, acompanhada de todas as pessoas da casa das Ribas.

Depois de ter entrado na capela do Castelo, regressou à capela de Nossa Senhora de Monserrate, com o mesmo cerimonial.

LUGAR DE FIJÔ

E

CAPELA DE S. MIGUEL

1

Descrição

A capela de S. Miguel, também chamada do «Arcaño de S. Miguel» ou de «S. Miguel Arcaño», está situada no lugar de Fijô, desta vila, marginal à rua dos Condes de Fijô (lado direito para quem sobe).

Em Maio de 1949, quando esta rua foi alargada, a capela foi recuada para o local onde hoje se encontra, cerca de vinte e cinco metros para norte.

O Dr. Vaz Ferreira, no seu «Ferro Velho» — «Fijô» — (Correio da Feira, número 2936 de 7 de Maio de 1955), descreveu-a, bem como à casa a que estava ligada, nos

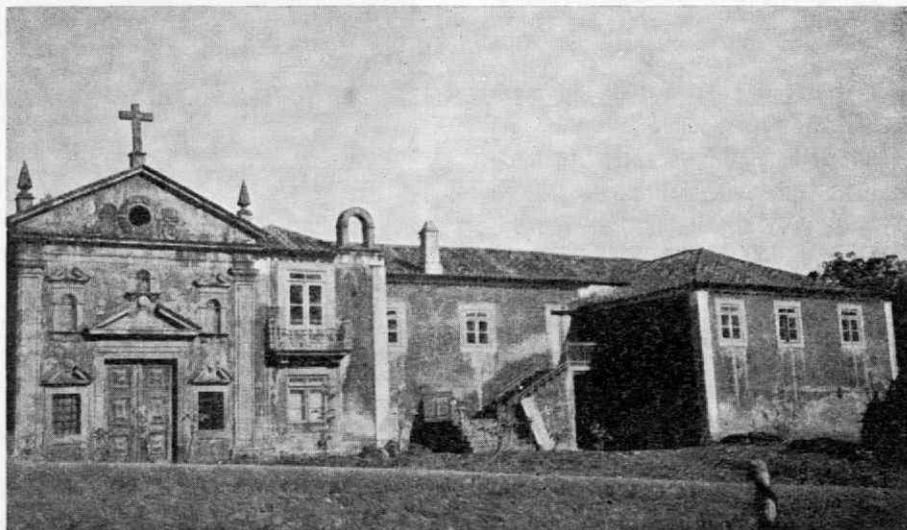
seguintes termos: «Do outro lado do desembocar da rua no largo, em frente do solar, (o dos condes de Fijô) estava a outra capela ornada de cantarias, mas afastando-se, como na continuação da rua, em frente da qual o terreno se elevava. Junto à capela rica de cantaria, mas recuados havia uns corpos reentrantes e salientes de uma habitação. A seguir à capela e só recuado na largura do cunhal um corpo com uma varanda. Reentrava, tendo outra varanda na parede exposta ao norte. O corpo recuado tinha duas janelas de peitoril e uma porta. Em frente desta e de uma das janelas um patim gradeado, de onde descia uma escada de seis degraus abrindo em leque com suas guardas de ferro.

Por baixo da porta e sob o patim um portão dava entrada para o quintal, vendo-se lá dentro, na outra face da construção, os restos de um arco de boa cantaria.

A seguir a esse corpo reentrante salientava-se outro tendo no rez do chão uma porta e uma janela ao canto. Na fachada voltada ao nascente deste corpo avançado havia três janelas à altura do andar. Tudo dava a impressão de ter sido edificado em várias ocasiões, como se tivesse sido composto e recomposto, mas mostrando que fora moradia solarenga».

Esta descrição completa-se com a fotografia que se publica da capela e da casa contígua, na sua antiga implantação e com a das mesmas edificações, depois de removida a capela para o lugar onde hoje se encontra e da substituição do velho solar por um novo prédio.

Como se vê pelas referidas fotografias, a fachada da capela é bonita, trabahada e bem proporcionada. No vértice cimeiro do motivo triangular, com que



A casa de Fijô e a capela de S. Miguel, na sua antiga traça.

na época era de costume ornar as capelas, há uma cruz de pedra ladeada por pilares lavrados, também de pedra, abrindo-se, dentro do mesmo triângulo, um óculo que proporciona a entrada da luz.

A porta frontal está ladeada por duas janelas, cada uma delas sobreposta por ornato, também triangular, motivo que também foi escolhido para encimar o mesmo portal.

Ladeando este último triângulo vêem-se dois nichos de cantaria lavrada, sem qualquer imagem.

O campanário de pedra, sem sino, estava e está implantado no cimo do topo do corpo da casa, junto à capela.



Capela de S. Miguel e a casa, como se encontram hoje.
Frente (nascente).

Na fachada sul tem duas janelas e nenhuma para poente, o que se compreenda por a parede interior, desse lado, ser reservada ao altar.

No verão de 1972, a Câmara Municipal da Feira, mandou retirar, do seu interior, os degraus, que ainda existiam, do altar, o púlpito e a pia de água benta, para adaptação da capela a salas da Escola Comercial e Industrial que aí e na casa, passou a funcionar em Outubro deste ano.

2

História

Esta capela é antiga.

Segundo no diz Manuel Soares de Albergaria Pais de Melo, no seu livro «Soares de Albergaria (Subsídios para a sua história)», a págs. 455, em 1666, Dionísio Soares de Albergaria instituiu o morgadio de S. Miguel da vila da Feira, com cabeça na quinta de Fijô, da mesma vila, acrescentando que aquele «vinculou seus bens à mesma quinta de cuja capela fez cabeça e chamou-se, desde então, ao mesmo vínculo—o morgadio de S. Miguel da Vila da Feira».

Sendo assim, a fundação da capela data de época anterior a 1666 e, possivelmente, quando a quinta estava na posse do P.^o António Soares de Albergaria, irmão do instituidor do vínculo.

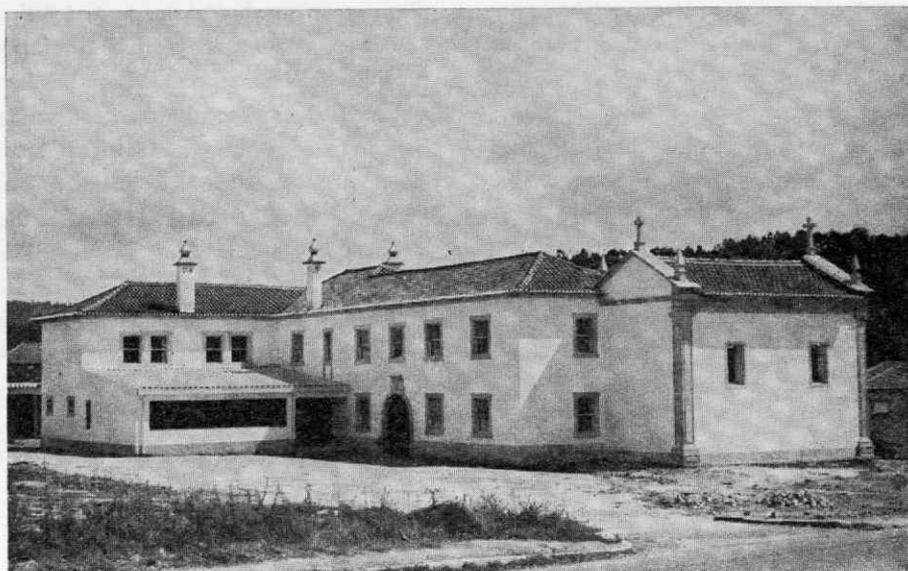
Já era falada entre as ermidas que existiam em

1697, segundo referência feita pelo padre Francisco de Santa Maria no «Ceo Aberto na Terra».

Mas, o que é certo é que não foi numerada, no «Episcopologio» de Manuel Pereira de Novais (concluído em 1690), entre as ermidas da Vila da Feira.

Pode suceder que houvesse uma omissão por parte deste autor, mas também se pode admitir que o vínculo fosse encabeçado na quinta e que a capela aí fosse construída posteriormente, o que não é verosímil.

Para um melhor juízo sobre a matéria é necessário ver, cuidadosamente, o título constitutivo da instituição do morgadio, que Francisco Soares de Albergaria Pereira, no seu livro de lembranças disse que se achava na «Provedoria de Aveiro» (cit. liv. de Paes de Melo, págs. 333).



A mesma casa e capela.
Lado posterior (poente).

De 1697 para cá foi sempre mencionada nos arrolamentos feitos pelos historiadores, já citados, das capelas e ermidas erectas nesta vila, correspondentes a 1707 e 1758.

Foi propriedade da família **Soares de Albergaria** — ramo que Felgueiras Gaio, no seu citado trabalho (tomo XXVII, págs. 110), designa por de «Oliveira do Conde».

Para melhor elucidação, junta-se uma carta genealógica deste ramo de tão nobre família e, assim, damos melhor clareza e síntese à narração.

Convém, contudo, fazer algumas anotações.

A história desta família está intimamente ligada à de outras casas antigas desta vila, como:

a) algumas das da Praça Velha, já por mim estudadas no meu trabalho «Quatro Séculos de História — A Praça Velha», designadamente na árvore genealógica n.º 4 e respectivo índice antroponímico (publicado na revista «Aveiro e o seu Distrito», n.º 3 a 7 e em separata);

b) a das Ribas, além do castelo da Feira, por intermédio de D. Maria Eufrásia Soares de Albergaria (irmã de Francisco Soares de Albergaria Pereira) que participou, pelo casamento com Fernão Camelo de Miranda Pinto Pereira da Silva, no morgadio instituído por João Ferreira da Cruz no testamento de 26 de Fevereiro de 1736, com obrigação imposta na já falada capela desta casa, da invocação de Nossa Senhora de Monserrate e ainda por intermédio de José Soares de Albergaria e seus filhos (ramo da «Qt.ª do Paço em

S. João de Ver — Felg. Gaio, cit. ob. tomo XXVII — pág. 114 — descendentes do Lopo Soares de Albergaria, filho de Pedro de Santar Soares) que foram proprietários da mesma casa nos fins do século XVII e princípios do XVIII;

c) a «Quinta de Pombos da Terra da Feira», de que foi proprietário o licenciado Lopo Soares de Albergaria, pai daquele José Soares de Albergaria;

d) as de Justas e da Velha, como adiante será referido;

e) a de Fijô, hoje dos condes do mesmo nome, como também adiante se verá.

Desta ilustre estirpe dos «Soares de Albergaria», destacarei alguns dos seus membros, pelos laços que os ligam à terra da Feira e nomeadamente à casa de Fijô que ora estudo.

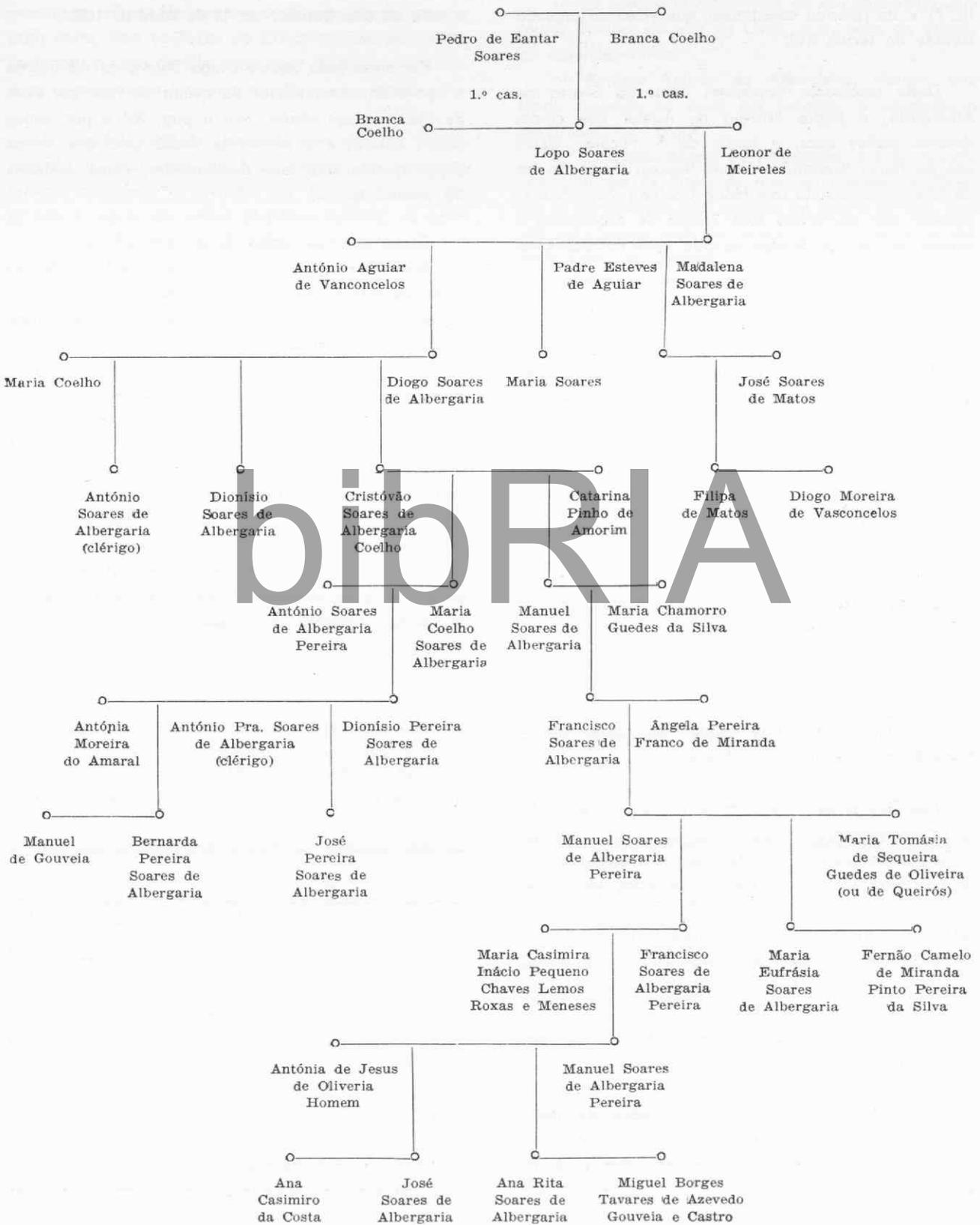
Lopo Soares de Albergaria, casado com Leonor de Meireles, era parente dos Condes da Feira, com quem viveu no Castelo: foi senhor, como já o fora seu pai, Pedro de Santar Soares, da quinta de Tarei, em Travanca (cit. trabalho «Praça Velha» e «Ainda a Praça Velha — Vila da Feira», que publiquei na mencionada revista «Aveiro e o seu Distrito», tomo XII).

Numa colectânea de manuscritos, reunidos em volume, respeitante à genealogia da família «Soares Barbosa», na posse do conselheiro Dr. Alberto Toscano, em cópia dum trabalho feito por Frei Leão «geral da Religião de S. Bento, cronista da Ordem», diz-se, a folhas 70, que este Lopo «tirou o brasão com armas de Soares de Albergaria em 19 de Julho de 1549 por carta passada em nome de El Rei D. João o 3.º que

CARTA GENEALÓGICA

DA

FAMÍLIA SOARES DE ALBERGARIA



se acha registada na Torre do Tombo no L.º 3.º dos Previlégios do mesmo Rei a fls. 221».

Sua filha, Madalena Soares de Albergaria (a quem também chamam Margarida), casou com **António Aguiar de Vasconcelhos**, o primeiro senhor desta casa de Fijô que conheço «pessoa nobilíssima» (como o chamam a fls. 71 v. da referida colectânea), que viveu na segunda metade do século XVI.

Deste casamento nasceram: Cristóvão Soares de Albergaria; o padre Estêvão de Aguiar que curou, durante muitos anos, a igreja de S. Nicolau, desta vila da Feira; licenciado Manuel Soares; Diogo Soares de Albergaria (casado com Maria Coelho); Maria Soares (casada com seu primo José Soares de Albergaria) e Leonor de Aguiar Soares (casada com Pascoal Gramacho Pinto).

Paes e Melo e Felg. Gaio, nas suas já citadas obras, não enumeram, como filhos do António de Aguiar, aqueles padre Estêvão e licenciado Manuel Soares, que são referidos como filhos herdeiros no inventário por óbito de seus pais: neste inventário já não intervem o Cristóvão, o que me convence que, então, já tivesse morrido.

Nota que Felg. Gaio dá como filha de António Aguiar outra Leonor, como casada com Fernão Soares de Albergaria, mas quando se refere a este diz que outros o dão como casado com D. Isabel Nunes (cit. ob. T. XXVII — pág. 108 e 110).

Esta deve ser a versão verdadeira, seguida por Paes e Melo (que lhe chama Isabel Nunes da Fonseca), na sua cit. ob. pag. 95.

Felg. Gaio enganou-se quando dá aquela Leonor como filha do António de Aguiar.

José Soares está mencionado por Lourenço Huette (Livro apontador de todas as cartas de compras das propriedades que esta caza tem de todos os prazos que dela se tem feito, donde constão as notas em que se achão — ano de 1774, a fls 423) quando diz: «Veio este prazo a esta caza, pelo casamento da quarta avó de minha m.ª D. Vitória de Lacerda. D. Filipa de Matos, casada com Diogo Moreira de Vasc.ªs pelo dote que lhes fez seus Pais, José Soares e sua mulher D. Maria Soares **moradores na sua q.ª de Fijô** na vila da Feira pegado à Ribeira de minha casa da dita vila, como consta do dito dote feito por Letra, e mão do mesmo duador José Soares, **em 15 de Setembro de 1608**».

Esta ribeira era a que, pertencendo à casa do Huette Bacelar, confinava directamente com a quinta de Fijô.

E acrescenta a fls. 431:

«Esta propriedade veio a esta caza pelo casamento da quarta Avó de minha m.ª D. Vitoria de Lacerda, a qual se chamava D. Filipa de Matos, q quando cazou com Diogo Moreira e Vas.ªs lho dutarão seus Pais dela, José Soares e sua m.ª D. Maria Soares da **Quinta de Fijô** como dele consta q é um escrito feito pela mão e letra do dito Dutador em **15 de Abril de 1608**».

Por outro lado aquele Diogo Soares de Albergaria é apontado como senhor da quinta de Fijô, por Paes de Melo no seu citado livro a pag. 267 e por tantos outros autores e o mesmo se deduz pelo que vamos expor quanto aos seus descendentes, como senhores da mesma quinta.

Como conciliar estas duas versões?

A que faz seguir a casa pelo ramo de Maria Soares e de seu marido José Soares de Matos (ou de Albergaria), ou a que a faz derivar pela linha do Diogo Soares de Albergaria?

É difícil dar uma resposta segura, por carência de documentos suficientes, mas pode-se formar um juízo.

Encontrei, no vol. X do tomo do convento de S. João Evangelista, que foi desta vila (fls. 66 a 74), a carta de partilhas passada a favor daquele padre Estêvão de Aguiar em 6 de Outubro de 1603 pelo licenciado João Álvares Moutinho, que serviu de «Juiz louvado antre os filhos e erdeiros que ficaram de António de Aguiar e de Madalena Soares sua mulher (que são os acima indicados com excepção do Cristóvão) já defuntos moradores que foram em Fijô de junto da vila da Feira para fazer antre eles partilhas e determinar as duvidas que antre eles havia por o juiz dos orfãos e ordinarios serem suspeitos».

Neste inventário ele exerceu o cargo correspondente ao que hoje é designado por cabeça de casal por «ficar na casa dos ditos defuntos por falecimento do dito António de Aguiar que faleceo derradeiro».

Como o documento se destinava a titular os direitos do padre nos bens herdados, nele apenas foram descritos os que lhe foram adjudicados, entre os quais se contava o património que tinha no Casal de Amorim.

Do estudo desta carta de partilhas conclui-se que o José Soares foi beneficiado, pelos pais, com dote avultado o que o levou, ao contrário do que fizeram os demais herdeiros, a declarar que não queria ser herdeiro.

Para nos apercebermos do valor que, para a época, devia representar aquele terço, basta dizer que os bens

deixados pelo António de Aguiar e mulher, incluindo os dos dotes por eles concedidos, foram estimados, no aludido inventário, para efeito de partilhas, em «um conto e duzentos e cinquenta mil e quinhentos e setenta e cinco rs».

Como o José Soares foi senhor da casa (com seu quintal) da «Praça Velha», que confinava, imediatamente para norte, com os Paços do Concelho que, por certo, pertenceu à casa de Fijô, com cujos terrenos confinava, é de admitir que a houvesse por força do aludido dote.

E também pode ter sucedido que nele se tivesse incluído a casa mãe de Fijô, embora os doadores tenham reservado o usufruto que lhes permitiu viver lá até à morte do último (António Aguiar), na companhia do filho — padre Estêvão.

É ainda de admitir que esta casa nobre tivesse sido adjudicada ao licenciado Manuel Soares e que deste passasse para a mão do cunhado José.

Seja como for, comparando a data daquela carta de partilhas — 1603 — com as mencionadas declarações feitas pelo Huete Bacelar, no tombo da sua casa, dando o José Soares e sua mulher como da «Quinta de Fijô» em 15 de Abril de 1608 e como «moradores na sua (o sublinhado é meu) q.^{ta} de Fijô» em 15 de Setembro de 1608, sou levado a concluir que ela lhe pertenceria neste ano.

Se o José Soares foi de facto, por qualquer título legítimo proprietário do solar de Fijô, ele ou seus filhos transmitiram-no ao Diogo ou a seus filhos, versão que julgo aceitável para conciliar as duas teses.

A alienação não é de estranhar pois aquele viveu com dificuldades, como resulta das execuções movidas a seus filhos, para pagamento das dívidas por ele deixadas (meu citado estudo sobre a «Praça Velha...»).

Pela data atribuída aquela carta de partilhas alcança-se ainda o conhecimento de que António Aguiar de Vasconcelos e sua mulher foram senhores da Casa de Fijô, pelo menos, em parte do último quartel do século XVI.

Isto está confirmado pelo já mencionado livro do padre Jorge de S. Paulo — «Livro e memorial da fazenda...» § 5.º, a fls 56, (Arq. Dist. Av.), Vol. XVII, pág. 51, quando diz que entre 1581-1583, o «António de Aguiar e sua mulher Madalena Soares» — «moradores em Fijô» fizeram venda de determinado prédio ao reitor do convento da Feira — Bartolomeu da Conceição.

Do mesmo tombo do Convento (Livro 1.º, fls. 21),

também consta que, em 1583, o António de Aguiar vendeu aos padres deste convento «uma casa ou assento nesta v.ª da Feira que comessa do campo que foi de Ant.º Raiz q partia pela estrada que vai para o Castelo q esta a fonte do dito Castelo».

Diogo Soares de Albergaria, do seu casamento com Maria Coelho, da vila de Ovar, teve, além de outros, os seguintes filhos:

a) **António Soares de Albergaria**, clérigo, que tendo sucedido na casa, por herança, a transmitiu a seu irmão, que segue;

b) **Cristóvão Soares de Albergaria**, que foi casado com Catarina de Pinho de Amorim, também de Ovar. Em 22 de Maio de 1707 morava na quinta de Fijô, com «30 anos pouco mais ou menos», como consta do seu depoimento no processo para autorização de venda, por parte de sua prima Angelina, filha de Luís da Silva Aguiar, da quota que lhe pertencia na quinta das Ribas, ao padre Simão Ferreira de Aguiar Franco, que teve lugar por escritura de 24 de Março de 1707.

c) Dionísio Soares Albergaria, chanceler da Relação do Porto que instituiu, em 1666, o morgadio de S. Miguel, vinculando os seus bens à mesma quinta, de cuja capela fez a cabeça e chamou, desde então, ao vínculo — «O Morgado de S. Miguel da Vila da Feira», como já referi. (cit. livro de Paes de Melo — pág. 268).

O mesmo autor dá como sucessor do Cristóvão, na propriedade da casa, seu filho Manuel Soares de Albergaria, casado com D. Maria Chamorro Guedes da Silva, de Aveiro, que se distinguiu nas batalhas da guerra da Aclamação e nas da Liga contra Filipe V, «com valor e bom procedimento» (como se diz a fls. 71 da referida colectânea de manuscritos reunidos sob o título — Genealogia — Soares Barbosa), cavaleiro da Ordem de Cristo, tenente-general da cavalaria, «Governador de Paraíba e Buarcos M.º de Campo do Terço de Infant.ª de Penamacor e ultimamente G.ªl de Batalha que não chegou a exercitar») como diz F. Gaio, na cit. obra, T. XXVII, pág. 111:

Paes de Melo, a pág. 269 do seu cit. livro diz que ele «Foi senhor da Quinta de Fijô, no termo da Vila da Feira, cabeça do Morgado de S. Miguel, dando-lhe como sucessor, na «casa de seu pai e foi senhor da Quinta de Fijô e seu morgado», seu filho Francisco Soares de Albergaria.

Penso que ha equívoco pelas razões que passo a expor.

O mencionado Cristóvão Soares de Albergaria Coelho, além do dito filho Manuel Soares de Alber-

garia e de outros, teve, de sua mulher D. Catarina de Pinho Amorim, uma filha D. Maria Coelho Soares de Albergaria «que casou com seu Pr.^o António Soares de Albergaria Pereira morador na sua quinta de Fijô da vila da Fr.^a de quem nasceo Dionísio Pereira Soares de Albergaria como seus irmãos, como fica já dito e declarado fls. 52 e 53» (cit. colectânea de manuscritos — «Genealogia Soares Barbosa» — fls. 71, n.^o 80, § 15).

Paes e Melo diz que a D. Maria Coelho, do seu casamento com o primo António Pereira Soares (filho de Bernardo Soares Pereira) tivera Bernardo e Cristóvão Pereira Soares, mas não menciona o Dionísio.

Felgueiras Gaio, embora siga as mesmas pisadas no cit. T. XXVII — pag 111, já no T. XXI, pag. 56 registara «D. Antónia Moreira do Amaral m.^{er} de seu p.^o Dionísio p.^{ra} Soares de Albergaria f.^o de António Soares de Albergaria e sua m.^{er} M.^a Coelho c. g. Snrs. da Casa de Fijô».

O Dionísio Pereira Soares de Albergaria, que foi senhor da quinta de Fijô e da sua capela, foi personagem de grande prestígio pela sua nobreza e posição social na vila da Feira.

A primeira referência que dele tenho colhi-a no tombo do convento dos Loios, desta vila, pela informação nele dada de que «Dionísio Pereira Soares de Albergaria», em 1704 manteve demanda com o mesmo convento sobre «rendas decursas» (L. 6.^o, fls. 99 e 257).

Consultando o tombo da «Casa e Estado do Infante» encontrei este Dionísio Pereira Soares como possuidor, em 23 de Abril de 1708, de terras de Senhorinha Annes «que são as de que fala o foral folhas tres na yerba 9 dos estados da Senhorinha Annes de Fijô de que são possuidores Dionísio Pereira Soares e sua m.^{er} D. Antónia do Amaral e Fernão Leitão de Andrade e sua mulher Natalia Ferraz e Francisco Guedes de Queiroz e sua mulher Maria Lobato, todos desta vila e Luiz Teixeira de Magalhães de Vila Real...» fls. 146 a 156.

Esclareço que a quinta de Fijô estava implantada em parte daquelas terras de «Senhorinha Annes».

Também em reconhecimento de prazo, do mesmo tombo, aparece-nos o mesmo Dionísio Pereira Soares de Albergaria como confrontante de terras vizinhas daquela quinta — em 9 e 11 de Julho de 1707.

No auto da posse conferida em 18 de Maio de 1708 ao infante D. Francisco, do condado da Feira, por força da doação de 10 de Fevereiro de 1708, que

lhe foi feita por seu irmão D. João V, figuram como presentes «Fernão Leitão de Andrade, Francisco Guedes de Queiros, Dionísio Pereira Soares e o Doutor António de Almeida Brandão, pessoas nobres e dos principaes da governança d'esta vila da Feira».

No já mencionado «Livro memorial...» de Jorge de São Paulo, consta = «(por letra do reitor Crispiniano 1724-1726) — Este campo possui hoje Bernardo Moreira de Vasconcelos o qual campo fica por detrás das suas casas e parte com o rio e com o campo de Dionísio Pereira, de que paga os direitos 10 alqueires de trigo» (cit. Arq. Dist. Av. — Vol. XVI — pág. 211). Este campo fazia parte da quinta de Fijô.

Huete Bacelar refere-o no mencionado tombo da sua casa, a fls. 91: «Escritura de transação e amigavel composição, entre Bernardo Moreira Cardoso de Vas.^{os} e seu cunhado, Dionísio Pereira Soares de Albergaria, da Quinta de Fijô, todos da vila da Feira, de q foi t.^{am} António Gomes Leite, q a fez aos 4 de Novembro de 1716 an», que foi precedida pela «escritura de transação entre Diogo Moreira de Vasconcelos e seu genro, o dito Dionísio Pereira, feita em 26 de Abril de 1712, pelo t.^{am} Manuel dos Santos Barreto».

Em 1712 já tinha falecido a mulher do Dionísio porque naquela escritura houve licença do juiz dos órfãos por serem menores os filhos daquela — (cit. tombo de Huete Bacelar — fls. 92).

Ver árvore genealógica n.^o 1 do meu trabalho sobre «A Praça Velha...».

Voltei a encontrar referência a este Dionísio Pereira Soares de Albergaria no instrumento de justificação de nobreza de 1733 — requerido por João Lopes Lamas Silva Varela Sotto Maior «...morador na sua quinta do Paço do par da Feira — termo desta vila da Feira», do qual consta «Item — que é neto legítimo de João Lopes Soares e de sua mulher Dona Isabel Pinto Henriques Penanoias senhores que forão da sobre dita Quinta de Paço do par da Feira desta dita vila aparentadas na Casa de Soares de Albergaria da Quinta de Fijô de Dionísio Pereira Soares de Albergaria».

Na petição da justificação da sua ascendência nobre, iniciada no Porto, com inquirição de testemunhas, em 20 de Julho de 1807, a requerimento de Romão José da Silva Falcão, de Paço de S. João de Ver, de onde proveio aquele instrumento de justificação e onde consta a «Carta de Brazão de Armas de Nobreza e Fidalguia concedida àquele Romão, em 30 de Agosto de 1793», foi alegado ser aparentado nas «Cazas de Soares, Albergaria da quinta de Fuijo por sanguinidade cuja caza era de Dionísio Pereira Soares de Albergaria». (Livro do registo da Câmara Municipal da Feira. Registo, de Junho de 1832, da sentença civil

de justificação de testemunhas do justificante Romão José da Silva Falcão, de Paço, de S. João de Ver, fls. 122 a 128).

Novas referências encontro a Dionísio Pereira, interessantes e concludentes.

a) V (que presumo ser o padre Augusto de Oliveira Pinto), em artigo publicado no jornal «Povo Feirense» número 32 de 3 de Dezembro de 1938, sobre a capela de Santa Maria de Campos, em referência às ermidas mencionadas na «Corografia Portuguesa» de Carvalho da Costa (1707) diz que, num exemplar dela, estava escrito à margem do texto uma anotação, datada de 6 de Junho de 1742, que dizia «E... outro de S. Sebastião, capela de Dionísio Pereira, homem principal...» Apenas há a notar o equívoco na invocação da capela que era de S. Miguel e não de S. Sebastião;

b) no já mencionado livro de Visitações à Igreja de S. Nicolau da Feira, na de 15 de Outubro de 1741, diz-se: «E que na Capp.^a de Dionísio Pereira em q.^{ta} não estiver revocada toda a parede em que se firma o altar até sima se não se celebre missa sob pena de excomunhão»;

c) no livro já referido do padre Jorge de S. Paulo «Livro e memorial...» a fls. 280, afirma-se: «Sendo Mordomo o R.^{do} p.^e Ant.^o Per.^o f.^o de Dionísio Pereira Albergaria e tendo este procuração de seu f.^o não fez festa ao glorioso Martir S. Sebastião neste ano de 1749 entendo que tudo foi por feimas.»

d) ainda no mencionado livro das Visitações, na de 24 de Junho de 1762, exarou-se «E fique suspensa a Capela das Casas que forão de Dionísio Pr.^a enquanto se não repararem as janelas que estão abertas o que fica ao arbitrio do Rev.^{do} Pároco».

Da dita colectânea de manuscritos — Genealogia — Soares Barbosa, fls. 52 v. e 53, consta, ainda, em referência aos trancos de Soares de Albergaria:

«em a vila da Fr.^a na qt.^a de Fijô a casa de Dionísio Pr.^a Soares de Albergaria de q. nasceu **José Pr.^a Soares de Albergaria Sr.** e morgado da casa de seu Pai não teve susesão q. estando comprometido p.^a cazar em o Douro na Casa de Seblanos morreo de uma Malina. Ficou um Irmão Clérigo António Pr.^a Soares de Albergaria e uma Irmã D. Bernarda Pr.^a Soares de Albergaria q. casou em sima do Douro na q.^{ta} de perseguida com M.^{el} de Gouveia de que não ouverão filhos. Ficou esta Sr.^a viuva e Sr.^a do Morgado de seu Pai da Casa de Fijô na vila da Fr.^a e por contrato que fes com seu Parente Franc.^o Soares de Albergaria de Midões asisstente na sua qt.^a da Rede de Sima do Douro lhe passou o dito Morgado de Fijô e desta casa adiante se dirá».

Em seguida, fls. 53 e 53 v., diz «A casa dos Albergarias em Oliveira do Conde na Beira que pessue Francisco Soares de Albergaria Pr.^a Fidalgo da Casa Rial Mestre de Campo de Auxiliares na comarca da Goarda Filho de Manuel Soares de Albergaria Fidalgo da Casa Real tambem mestre de Campo na mesma comarca e de sua m.^{er} D. Maria Tomasia de Siqueira e Queiroz, **da quinta da Rede** (o sublinhado é meu) em Vilamarim... neto o dito Francisco Soares de Albergaria Pr.^a de Francisco Soares de Albergaria, natural da cidade de Abr.^o Fidalgo da Casa Real e Mestre de Campo de Auxiliares e de sua m.^{er} D. Ângela Pr.^a de Miranda natural de Midões».

No já aludido tombo da «Casa e Estado do Infantado», fala-se de um título que diz respeito ao que «possue no chão do canastro José Pereira Soares de Albergaria, morador na **sua** (o grifado é meu) quinta de Fijô», cujo registo, no mesmo tombo, tem a data de 8 de Abril de 1754.

Neste tombo, regista-se, também em 1754, um censo de M.^{el} de Gouveia e sua mulher D. Bernarda Angelina Pereira Soares de Albergaria, cunhado e irmã que ficaram de José Pereira Soares de Albergaria.

Assim este deve ter falecido neste ano de 1754.

Muito claro se apresenta o vigário P.^o José de São Pedro Quintela nas suas respostas ao questionário para o «Dicionário Geografico», de 1758, quando diz quanto às capelas da vila: «— A segunda é do Arcanjo S. Miguel sita no lugar de Fijô e é vínculo com obrigação de algumas missas que **hoje pertence a Manuel de Gouveia** (o grifado é meu), desta freguesia.

Em face do exposto, ha que verificar a que Francisco se refere o texto que transcrevi da «Colectanea dos manuscritos», se ao Francisco Soares de Albergaria, casado com Ângela Pereira Franco Miranda, se ao seu neto Francisco Soares de Albergaria Pereira.

À primeira vista parece que se trata do primeiro, pois diz-se que o contrato de transmissão foi feito a favor de Francisco Soares de Albergaria e não do Francisco Soares de Albergaria Pereira.

O primeiro, de facto, casou com uma senhora de Midões (do concelho de Taboa), ao passo que o segundo nasceu em Oliveira do Conde e faleceu em Mesão Frio, o que não exclui que também tivesse vivido em Midões, em propriedade herdada de seu referido avô.

Mas ,por outro lado, temos que considerar que se se tratasse do primeiro ele devia ter para cima de 83 anos quando a D. Bernarda Pereira Soares de Albergaria fez o contrato de transmissão do Morgadio de Fijô, pois o Francisco Soares de Albergaria deve ter nascido por 1675 e a D. Bernarda ainda estava casada e senhora da quinta de Fijô em 1758.

Acresce que apenas o Francisco Soares Albergaria Pereira podia ser assistente «na sua qt.ª da Rede de Sima do Douro», pois ela veio à família pelo casamento de seu pai Manuel Soares de Albergaria Pereira com sua mãe D. Maria Tomásia de Sequeira Guedes de Queirós: quinta de Santiago da Rede, freguesia de Vila Marim.

Daqui convenço-me que a transmissão feita pela D. Bernardina foi a favor do Francisco Soares de Albergaria Pereira e não de seu avô.

Paes de Melo, no seu citado livro «Soares de Albergaria» diz a pág. 455 que a mais antiga notícia que conseguiu obter da quinta de Fijô remonta a António de Aguiar Vasconcelos casado com D. Madalena Soares de Albergaria que, por sua vez, a legaram ao filho, o clérigo António Soares de Albergaria, que a transmitiu ao irmão Cristóvão.

Acrescenta que deste passou para seu filho, o tenente-general Manuel Soares de Albergaria, a quem atribui a autoria do documento que transcreve na 3.ª parte (penso que há engano porque o documento é do livro de lembranças de Francisco Soares de Albergaria Pereira, como diz Paes de Melo no seu citado livro a pag. 272 e 333).

Naquele livro de lembranças o Albergaria Pereira disse (pag. 333 do mencionado livro de Paes de Melo) que tinha, em seu poder, a instituição do Morgadio feito pelo Dionísio Soares de Albergaria em 1666, a qual se achava na Provedoria de Aveiro e acrescenta: «Como o Instituidor não teve a devertensia de descrever os Bens q vinculava e só dis q vincula todos os seus Bens, q dos seus titulos constarão, os susesores venderão m..tos, e embargarão os titulos, aos Compradores, q creio será couza impussível, opuderemse revendar. E os que existem, e de q Eu entrei de pose por morte de meu Tio o Sr.º Ant.º Pr.º Soares de Albergaria...».

Penso que daqui se pode tirar mais um argumento para a minha tese.

Se o Francisco Soares de Albergaria Pereira só entrou na posse dos bens do vínculo por morte do tio António Pr.º Soares de Albergaria é porque não os

herdou do pai, antes os recebeu de alguém, com o compasso de espera na mão daquele tio, o que convence que este ficou usufrutuário desses bens quando a D. Bernarda os transmitiu àquele Francisco.

Isto é, a D. Bernarda deve ter transmitido o **domínio** ao Francisco e a **posse** (o usufruto) ao padre António: pela morte deste extinguiu-se o usufruto e o Francisco entrou na propriedade plena reunindo, na sua mão, o domínio que já tinha com a posse que alcançou pelo falecimento daquele clérigo.

E isto não admira porque aquele António Pereira Soares de Albergaria, clérigo (que era primo e não tio do Francisco) era irmão de D. Bernarda e assim ela quis que o vínculo se mantivesse no seu ramo, por mão do padre António, enquanto vivo, passando, depois do seu falecimento, para o outro ramo da família — o do Francisco Albergaria Pereira.

Pelo exposto, entendo que não foram senhores da quinta de Fijô e, deste modo, não encabeçaram o vínculo, os seguintes descendentes do Cristóvão Soares de Albergaria Coelho, ao contrário do que nos diz Paes e Melo na sua citada obra:

1) O já referido **Manuel Soares de Albergaria**, casado com D. Maria Chamorro;

2) **Francisco Soares de Albergaria**, que deve ter nascido em 1675, pois o irmão que lhe sucedeu em idade nasceu em 10 de Fevereiro de 1676. Casou em Midões com D. Ângela Pereira de Miranda e foi Mestre de Campo de Auxiliares da Comarca da Guarda, fidalgo cavaleiro da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo;

3) Seu filho Manuel Soares de Albergaria Pereira, que nasceu em Midões a 3 de Abril de 1699, foi, também, Mestre de Campo de Auxiliares da Comarca da Guarda, fidalgo cavaleiro da Casa Real e cavaleiro professo da Ordem de Cristo. Casou, na quinta de Santiago da Rede, freguesia de Vila Marim, com D. Maria Tomásia de Sequeira Guedes de Queirós.

O **Francisco Soares de Albergaria Pereira**, filho deste Manuel Soares de Albergaria Pereira e de D. Maria Tomásia de Sequeira Guedes de Queirós (nascida em 1711) nasceu, segundo informa Paes de Melo, em Oliveira do Conde, em 11 de Junho de 1745, tendo casado, pela segunda vez, em 27-7-1761 com D. Maria Casimira Inácia Pequeno Chaves Lemos Roxas e Menezes.

Foi este Francisco que recebeu a casa de Fijô e o morgadio de S. Miguel, da mão de D. Bernarda de Albergaria.

Comparando todas estas referências, convenço-me de que este Soares de Albergaria nasceu antes de 1745. Foi fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo, Familiar do Santo Ofício, Mestre de Campo de Auxiliares da Comarca da Guarda por carta de 18 de Outubro de 1865 e, segundo Paes de Melo «Senhor do Morgado de S. Miguel na Vila da Feira, de que era cabeça a Quinta de Fijô, no mesmo termo e a que muito se refere o Livro de Lembranças deste Francisco Soares de Albergaria».

Assim, segundo a exposição feita, concluo quanto à quinta de Fijô — que:

a) pertenceu a António Aguiar de Vasconcelos e a sua mulher, sucedendo-lhe seu filho — o clérigo António Soares de Albergaria que, naturalmente, já com seu morgadio, instituído por seu irmão Dionísio Soares de Albergaria, a transmitiu a seu outro irmão;

b) Cristóvão Soares de Albergaria Coelho, de quem passou para sua filha D. Maria Coelho, casada com António Pereira Soares ou António Soares de Albergaria, ou directamente para o filho destes Dionísio Pereira Soares de Albergaria, que tudo transmitiu a seu filho José Pereira Soares de Albergaria;

c) deste passou para sua irmã D. Bernarda Pereira Soares de Albergaria e seu marido António Gouveia, tendo ela, no estado de viuvez, transferido a quinta, capela e vínculo para o seu parente Francisco Soares de Albergaria Pereira que foi casado com D. Maria Casimira Inácia Pequena Chaves de Miranda e, com toda a probabilidade com usufruto a favor de seu irmão P.^o António Pereira Soares de Albergaria;

d) Manuel Soares de Albergaria, seu filho Francisco Soares de Albergaria e o filho deste, outro Manuel Soares de Albergaria Pereira, nunca chegaram a ser senhores daquela quinta, sua capela e morgadio;

e) Dionísio Pereira Soares de Albergaria, viveu de um período anterior a 1704 até outro correspondente ao intervalo entre os anos de 1749 e 1754, ano este em que seu filho José Pereira Soares de Albergaria já lhe havia sucedido na casa;

f) Manuel de Gouveia, marido da D. Bernarda Pereira, era dono da quinta de Fijô e sua capela e senhor do vínculo em 1758 e, naturalmente, já em 1754, data em que provavelmente faleceu o José Pereira Soares de Albergaria.

A confirmar a minha tese ainda encontro no «Foral» concedido à «Vila da Feira e Terra de Santa Maria», em 1514, a referência feita às faladas terras de «Senhorinha Annes, classificadas de herdades foreiras e assim, foreiras e não reguengas (fls. 2, 2 v. e 3).

Faziam parte do «chão do carvalho de fyjo» que englobava quatro Leiras — «E sam mais quatro Leiras a cortinha da porta, a saber, uma de Jam de Fyjo outra de senhorinha e outra de lopo Afonso e outra de Jam da Ramada. E um chão de Jam dentes que traz Joan do Outeiro» (fls. 1 v. e 2).

Várias quintas de Fijô estão implantadas naquelas que foram de «Senhorinha Anes»: entre elas conta-se a que ora estudo, onde está implantada a capela de S. Miguel e a que se segue, neste trabalho, também denominada de Fijô, onde se levantou a capela de S. Bento e S. José.

Por isso, várias referências encontramos a elas, no tombo da «Casa e Estado do Infantado» que, no tocante àquela de Fijô, com sua capela de S. Miguel, identifica claramente os seus proprietários através do reconhecimento que prestaram das respectivas obrigações enfitêuticas, o que tem especial interesse para este trabalho.

Assim acontece com o censo que fez o Manuel de Gouveia e sua mulher D. Bernarda Angelina Pereira Soares de Albergaria «cunhado e irmã que ficaram de José Pereira Soares de Albergaria e na posse de parte dos bens que dele ficaram, por se acharem de posse de parte das terras que foram de Senhorinha Annes que possuía o dito José Pereira Soares» — Em 20 ... de 1754 (fls. 150).

E ainda se alcança o mesmo conhecimento sobre a identidade dos proprietários da mesma quinta de Fijô, através das confrontações de outras obrigações enfitêuticas constantes do mesmo tombo.

a) Quinta de Rolães, no sítio da Quinta de que trata o foral a fls. 2 v. «Item — a dita Quinta, umas portas fronthas em frente de umas portas por traz da quinta de José de Freitas ... = parte do nascente com a ribeira de Diogo Moreira de Vasconcelos e pumar de **Dionísio Pereira Soares** ...» (título de reconhecimento de foro de 9 de Julho de 1707 — fls. 178 a 182).

Este Diogo era o marido de D. Josefa Violante de Vasconcelos;

b) Quinta de Rolães (outra parte) de que fala o foral a fls. 3 v. ... no lugar de Rolães, sítio da Quinta ... da qual era confrontante aquele **Dionísio Pereira Soares**, pela parte do sul (este título de aforamento tem a data de 11 de Julho de 1707 — fls. 184 a 187);

c) Chão de Canastro, que possui José Pereira Soares de Albergaria «morador na sua quinta de Fijô» — 8 de Abril de 1754 (fls. 394 a 397).

d) Campo da Ribeira de D. Josefa Violante de Vasconcelos: «um campo que fica dentro da quinta da reconhecente Dona Josefa Violante de Vasconcelos (campo por cima do rio) para a parte do poente junto da quinta de **José Pereira Soares de Albergaria** (título de reconhecimento de foro feito a 30 de Outubro de 1754 — fls. 162 a 165).

Este campo, que do norte confinava com a quinta do Fontoura pertencia, assim, à casa da Praça, propriedade que foi da D. Josefa casada com o já aludido Diogo Moreira de Vasconcelos e mais tarde de sua filha D. Vitória de Lacerda (meu estudo «Praça Velha...» pág. 11 e seguintes).

*
* *
*

Aquele Francisco Soares de Albergaria Pereira, que faleceu em 1804, deixou a quinta de Fijô, sua capela e morgadio ao seguinte filho, que houve de sua mulher — a referida D. Maria Casimira.

Manuel Soares de Albergaria Pereira, fidalgo da Casa Real, que nasceu a 29 de Agosto de 1769 e casou, em segundas núpcias, com D. Antónia de Jesus de Oliveira e Homem.

Faleceu em 6 de Agosto de 1848 deixando, entre outros filhos: **José Soares de Albergaria**, que foi casado com D. Ana Casimira da Costa e Brito Mesquita e **D. Ana Rita Soares de Albergaria Pereira** que, pelo seu casamento com Miguel Borges Tavares de Azevedo e Castro, foi a 1.ª Viscondessa de Oliveira do Conde.

Houve demanda entre estes dois irmãos sobre os bens de seus pais do que resultou: «sendo levados pelos advogados a uma conciliação de partilha eles não partilharam senão a administração do morgadio (de N.ª Sr.ª dos Remédios).

Mas tanto bastou para que esta se transformasse em posse de bens e por isso vemos, logo pouco depois, a Viscondessa de Oliveira do Conde vender a estranhos a tradicional Quinta de Fijô...» (cit. livro de Paes de Melo — pag. 337).

Tudo consta da escritura de transacção de 5 de Maio de 1848, lavrada pelo notário do Carregal do Sal, José de Melo Coelho Cabral, entre aquele José Soares de Albergaria e sua mulher D. Ana Casimira da Costa, por um lado e D. Ana Soares de Albergaria Pereira e seu marido Miguel Borges Tavares de Azevedo e Castro, por outro lado, da qual também consta o relato da pendência que os opôs.

Por força desta escritura «Dona Ana Soares ficava desde já na posse e administração do vínculo de Oli-

veira do Conde que instituiu Pedro Soares de Albergaria... ficando assim o Rio Mondego a servir de divisão por quanto estas que são sitas na margem esquerda e pertencem a tal vínculo ficarão na posse e administração do outorgante o Ilustríssimo José Soares e mais ficará a mesma Excelentíssima Dona Ana Soares na Administração do outro vínculo existente na Vila da Feira ou vizinhanças para poder desde já entrar na posse de seus bens ou havê-los de qualquer terceiro que acaso os possam estar possuindo por qualquer título...» (cit. ob. de Paes de Melo — fls. 414).

António Lambert Pereira da Silva — em «Nobres Casas de Portugal» vol. 2.º pág. 258 diz também que aquela D. Ana Rita, por acordo de partilhas, ficou com a Quinta de Fijô na Vila da Feira mas, por equívoco, diz que a vendeu aos ascendentes dos actuais Condes de Fijô.

Da matriz provisória desta vila de 1854, actualizada até 1859, que existe na Biblioteca Municipal, consta sob n.º 334 — como pertença de D. Rosa Pinto da Mota e marido:

- 1) Uma morada de casas com lojas, 1.º andar e capela sitas em Fijô;
- 2) Uma quinta de lavradio com árvores de vinho junto à dita casa.

Dada a proximidade desta data com a de 1848, em que foi feita a escritura de transacção de que resultou a quinta de Fijô ficar a pertencer a D. Ana Soares de Albergaria Pereira e marido, penso que foi àqueles que estes venderam a propriedade.

A quinta de Fijô, mais tarde, em data que me não foi possível determinar, foi adjudicada a D. Rosa Angélica da Mota por lhe ter sido encabeçada em pagamento da sua meação no inventário a que se procedeu por falecimento de seu primeiro marido — João Ferreira da Silva.

Em Julho de 1883, pertencia a esta D. Rosa Angélica e a seu segundo marido António da Costa Moreira pois estava descrito em nome dele na Conservatória do Registo Predial desta comarca da Feira, sob número 13817 a fls. 75 v, do livro B-41, com a designação de Quinta de Fijô, composta por casas sobradadas, com suas lojas, capela, quintais, eira, campos lavradios, tudo unido, sito no lugar de Fijô, a confinar do nascente com a levada dos moinhos do bacharel António de Castro Pereira Corte Real (mais tarde visconde e conde de Fijô) e com a quinta do Dr. Francisco de Castro Matoso da Silva Corte Real, do sul com a estrada por onde

era murada e do norte com o campo do Montinho do dito Corte Real e com Domitila Augusta de Freitas.

Aqueles, por escritura de 2 de Junho de 1883, venderam o prédio ao Dr. Francisco Xavier Correia de Sá Noronha e Moura que foi, nesta Vila, presidente da Câmara, administrador do concelho e provedor da Santa Casa da Misericórdia, tendo falecido, na sua casa de Souto Redondo, de S. João de Ver, a 15 de Fevereiro de 1909: foi casado com D. Maria José de Carvalho Assis e Moura.

Era filho de Francisco Xavier Correia de Sá e Moura, cavaleiro fidalgo da Casa Real e bacharel formado na Faculdade de Cânones pela Universidade de Coimbra e de sua mulher D. Maria Amália Máxima Pereira de Andrade, natural da Vila da Feira.

Aquela D. Maria José, por escritura de 28 de Setembro de 1936, lavrada por José Soares de Amorim, ajudante do notário—Dr. Domingos Simões Trincão e no impedimento deste, doou aquele prédio a sua filha D. Elvira de Assis Correia de Sá Pereira de Carvalho e Moura da Mota, viúva (que fora casada com o conservador do registo civil desta vila—Dr. Rufino Ferreira da Mota) e a D. Angélica de Assis Moura da Rocha (ou D. Angélica Assis Correia de Sá Pereira de Carvalho e Moura) e marido Joaquim Gil Mendes da Rocha, então farmacêutico em Espinho, por conta das suas legítimas, com reserva do usufruto para a doadora.

Todo o prédio foi então descrito (verba 14) como formado por casas térreas e de sobrado com uma capela, terreno a raso, lavradio junto, com água, árvores e mais pertenças tudo unido e formando um só prédio, chamado Quinta de Fijô, sito no lugar de Fijô, da Vila da Feira, a confinar do nascente com o rio e herdeiros de António Bernardo Coimbra, do poente e sul com a estrada e do norte com o Dr. Domingos Caetano de Sousa, descrito na conservatória sob o já referido número 13817 e inscrito na matriz urbana sob o art. 653 e na matriz rústica sob o artigo 1168.

A parte doada a D. Angélica compreendeu a metade pelo lado poente e a da D. Elvira a outra metade pelo lado nascente, na qual ficou a casa com sua capela.

Aqueles Joaquim Gil Mendes da Rocha e mulher venderam a sua metade no prédio ao Dr. José de Castro Falcão Soares de Albergaria (então Visconde de Fijô), por escritura lavrada, em 20 de Janeiro de 1944, pelo notário da Secretaria Notarial da Feira, Dr. Domingos Simões Trincão e a D. Elvira vendeu, a

sua metade, ao mesmo, por escritura de 5 de Junho de 1944, lavrada na mesma Secretaria, por mim, como notário.

Assim o Dr. José de Castro reuniu, na sua mão, toda esta propriedade de Fijô que, depois do desmembramento, recebeu na referida Conservatória, os números 63 651 a fls. 129 do L-B-163 e o número 63 837 a fls. 23 v. do L. B-164.

A casa e a capela foram demolidas em 1949 para alargamento da estrada que da praça do Doutor Oliveira Salazar seguia para o Montinho e daí para Espinho, pela rua dos Condes de Fijô e avenida do Dr. Henrique da Veiga Macedo.

A casa foi feita de novo, em feição sensivelmente igual à que apresenta hoje: as obras de reconstrução concluíram-se em 1955.

Depois de fazerem recuar a capela, reconstruindo-a tal qual se encontrava anteriormente e de fazerem, junto dela, a nova casa, tudo venderam à sociedade «Borges, Limitada», de Ovar.

Por escritura de 28 de Abril de 1969, esta doou, à Câmara Municipal, uma pequena parte da propriedade para alargamento do mercado municipal.

Finalmente, por escritura de 30 de Dezembro de 1971, vendeu todo o restante prédio, incluindo a casa e capela, aos «Serviços Municipalizados de Água e Electricidade da Câmara Municipal da Feira» que, por sua vez, o alugaram a esta para aí se instalar, como está instalada, a Escola Comercial e Industrial.

Nesta transmissão descreveu-se o prédio como formado de «casa de habitação de rés do chão e andar, com capela anexa, terreno lavradio e de logradouro juntos, com a área de nove mil metros quadrados aproximadamente, denominado «Quinta do Moura» e mais actualmente por «Prédio dos Borges da Rabor», sito no lugar de Fijô, da freguesia e vila da Feira, o qual confronta actualmente pelo norte com o doutor Domingos Caetano de Sousa, pelo sul com a rua dos condes de Fijô, pelo nascente com Nuno Brandão Andrade e Silva e terrenos do Mercado Municipal e do poente com a rua recentemente construída, descrita na Conservatória do Registo Predial sob o n.º 63 837 a fls 23 v. do livro B-164 e na matriz rústica no artigo 1375 não estando ainda inscrita na urbana, por não estar concluída a sua construção».

A Câmara Municipal, antes de instalar no prédio aquela Escola, mandou proceder a obras no interior

da capela e da casa, que se estenderam, embora em pequena monta, à sua fachada nascente.

Por tudo que narrei, pode-se concluir que esta quinta de Fijô, pertenceu à família Soares de Albergaria desde ano indeterminado da segunda metade do século XVII até meados do século XIX.

3

Diversos

a

Jubileu do ano santo

Em conformidade com a pastoral do Bispado do Porto de 4 de Junho de 1751 (segundo o breve do Papa Bento XIV) o vigário desta freguesia de S. Nicolau, P. José do Nascimento, nomeou «para a visitação das Igrejas que serão de visitar para alcançar o jubileu (do ano santo) nesta freguesia em pr.^o lugar esta freguesia Matriz e a seg.^a a Igr. da Misericórdia — A 3.^a — A Capela de S. Miguel Archanjo sita em Fijô — e 4.^a a Capela de Nossa Senhora de Campos (liv. dit. das Visitações à Igreja de S. Nicolau da Feira, fls. 28).

b

Extinção do vínculo

Não sei quando se extinguiu o vínculo instituído na capela de S. Miguel por Dionísio Soares de Albergaria.

Não devia ter sido por força da já referida lei de 3 de Agosto de 1770 que aboliu os morgados insignificantes (de rendimento anual até cem mil reis, nesta região). Assim deduzo pelos termos usados na falada escritura de transacção de 5 de Maio de 1848 em que claramente se fala do «vínculo existente na Vila da Feira», a não ser que tal designação tivesse, apenas, um significado honorífico e tradicional.

Pode ter sido atingido pela Lei de 30 de Julho de 1860 que aboliu os morgados ou capelas que «não tivessem de rendimento anual líquido 400\$000 reis e d'aí para cima».

Se resistiu aos efeitos desta lei, foi extinto por lei de 19 de Maio de 1863 que aboliu todos os morgados e capelas, com excepção do apanágio do Príncipe Real, sucessor à Coroa (bens da Casa de Bragança).

c

Recordações da casa, capela e quinta de Fijô, no fim do século XVIII

Na casa de Fijô viveu, por aluguer, pelo menos desde Maio de 1798 a Janeiro de 1802 — Manuel Gomes da Costa Pacheco, que foi tabelião nesa vila, irmão do Dr. Sebastião Gomes da Costa Pacheco, dono que foi da casa das Ribas.

Deixou escrito um livro de contas e diário que corresponde àquele período.

Dele consegui averiguar, quanto à descrição da casa, que além da sala de jantar, cozinha e quartos havia, entre estas, uma chamada da capela que além da sua serventia normal tinha uma outra por um alçapão, depois de se passar pela «loja do carvão e quarto do sabão» (23 Dezembro 1800) e que na propriedade existia uma eira.

Regista também, com referência a 1798, um facto curioso de onde se pode concluir que D. João VI passou, ou esteve para passar, então por esta vila.

14 Julho de 1798

«Aqui se fez hum destroso nesta Quinta com a abertura do caminho para passar S A R o Príncipe Nosso Senhor e o mesmo de resto ouvi por outras m.tas partes.

19 Julho 1798

«Hoje se completou o destroso da Quinta e conheci claramente o dollo e malicia... mas sem remedio de sorte que os inimigos de Franc. Soares (o dono da quinta de Fijô) satisfizerão o seu gosto e a sua colera contra o d.^o Snr...».

Refere-se a várias visitas feitas à casa, onde comia e chegou a pernoitar, pelo seu proprietário Marechal de Campo Francisco Soares de Albergaria em 25 de Agosto de 1798, 29 de Agosto e 21 de Novembro de 1800, 8 de Julho de 1801 (desta vez «com sua f.^a a snr.^a D. Rita e seus 2 filhos, escudeiro e o médico de Grijó e lacaios, o que prova que bem vivia «à lei da nobreza»).

Do mesmo livro se mostra a continuidade que havia em se rezar missa na capela, 1798 a 1800 e nele se faz referência à imagem de S. Miguel.

Quanto ao pagamento da renda — referia-se ora a «casa e campo», ora a «casas e quinta»: em cada mês de 1798 e 1799 correspondeu a 3 655 reis subindo, no ano seguinte, para 4 860. Em 1801 variou de 4 860 a 4 960 réis.

Conhecido este pequeno rendimento (aliás reportado ao fim do século XIX e princípios do XX) e levando em consideração a delapidação do património do morgadio referido por Paes e Melo, como atrás anotei, não é de excluir a probabilidade de o vínculo se ter extinguido pela lei de 1770, incluindo-se nos que foram capitulados de insignificantes (quanto à nossa região — rendimento anual inferior a duzentos mil reis).

Neste caso, as referências ao morgadio posteriores a esta data, foram meramente honoríficas.

Assim, quando a casa e quinta saíram da mão da família Soares de Albergaria, no meado do século passado, já o morgadio devia estar extinto.

LUGAR DE FIJÓ

F

CAPELA DE S. BENTO E S. JOSE

1

Descrição

Esteve construída no lugar de Fijó, pegada à casa dos Condes do mesmo nome, para norte, sobre um terreiro pertencente à mesma casa.

Apenas se conhece a estrutura que recebeu na reconstrução de 1848, com algumas alterações introduzidas, posteriormente, na casa: pela fotografia que se publica vê-se que a sua arquitectura era modesta.

Não tinha ornatos apreciáveis e estava encimada

por um triângulo de pedra, tendo no seu vértice superior uma cruz; nos laterais tinha, no da direita, uma pirâmide e, no da esquerda, o campanário, tudo de cantaria.

No centro do triângulo havia uma abertura em pedra, para iluminar o interior: na linha das janelas da casa tinha outra janela com cercadura de granito, sem interesse especial, em sistema conhecido por «gui-lhotina», que se sobrepunha à porta de entrada, com portal de pedra.

Do outro lado, para norte, havia uma pequena sacristia muito mais baixa do que a capela, que destoava do conjunto. Desenvolvia-se sobre a rua dos Condes de Fijó.

A capela e a sacristia foram demolidas em 1949 para alargamento desta rua.

2

História

A primeira notícia que tenho desta capela consta das mencionadas resposta dadas pelo vigário Quintela, para o «Dicionário Geográfico de Portugal» de 1758, quando indica as que existiam nesta freguesia de S. Nicolau: «A terceira é de S. Bento, sita no mesmo lugar que dizem ser vínculo de Manuel Pereira Falcão».

Como já disse V publicou, no jornal «Povo Feirense», diversos artigos sob a epígrafe de «Santa Maria de Campos».



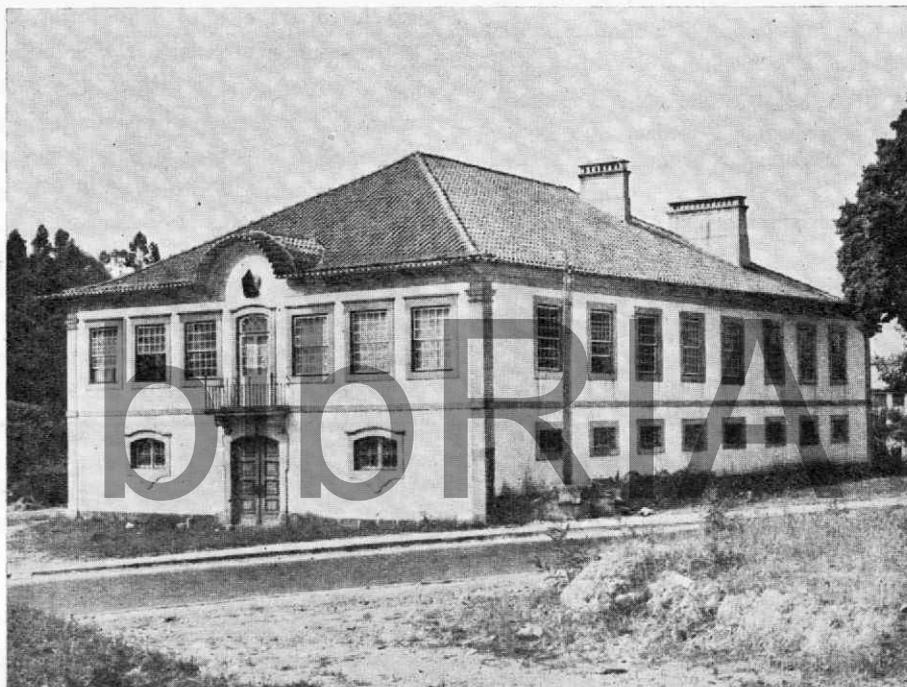
A casa e capela dos Condes de Fijó, antes das obras de transformação.

No de 3 de Dezembro de 1938, enumera as ermidas da paróquia da Feira, segundo o descritivo de Carvalho da Costa na «Corografia Portuguesa», editada em 1707 e informa que viu, num exemplar desta obra, uma anotação datada de Junho de 1742 com o acréscimo de outras ermidas.

Nem naquele trabalho de 1707, nem nesta anotação de 1742, há qualquer referência à ermida ou capela de S. Bento.

Assim, é legítimo concluir que ela foi construída entre 1742 e 1758 pelo referido Manuel de Castro Falcão que ainda vivia em 1762 (livro das Visitações).

cedessemos para poder celebrar o Santo Sacrifício da Missa, e atendendo nos que a mesma se acha como Património julgado por sentença segundo consta dos respectivos autos, que contem o termo competente de sujeição à nossa Jurisdição Ordinaria e de Reserva à Autoridade e Direitos Parochiais, e que foi visitada e benzida por comunicação Nossa lhe concedemos licença para na mesma se poder celebrar o Santo Sacrifício da Missa; observando-se sempre os ritos da Igreja Catholica Apostolica Romana, sendo esta licença previamente apresentada ao Reverendo Paroco da respectiva freguezia para a rezistar no livro da Igreja e a todo o tempo constar—23 de Setembro de 1848 ... Nada mais se continha em a dita Portaria



A casa dos Condes de Fijô, na actualidade.

Deste livro das «Visitações à Igreja de S. Nicolau da Feira» consta, quanto à sua reedificação: «Dom Jerónimo José da Costa Rebelo por mercê de Deus e da Santa Sé apostólica, Bispo, Par do Reino e do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima a Rainha, que Deos Guarde, etc. Fazemos saber que António de Castro Correia Corte Real, da freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira deste bispado. Nos representou que pertendendo reedificar uma propriedade casas da sua Quinta de Fijô da dita freguesia reedificando também a Capela Pública que se achava unida à antiga propriedade da invocação de S. Bento e S. José, erecta e patrimoniada por Manuel Pereira Castro Falcão e como a mesma se acha reedificada: nos supplicava lhe con-

que aqui fielmente copiei da própria que tornei a entregar ao próprio domno António de Castro Correia Corte Real da Quinta de Fijô desta vila da Feira aos doze dias do mez de Outubro de mil oitocentos e quarenta e oito anos para a todo o tempo constar (fls. 30 e 30 v.)».

Consultando o respectivo processo, no arquivo da Câmara Eclesiástica do Porto, verifiquei que aquele António de Castro Correia Corte Real, que se dizia da freguesia de S. Nicolau da Feira, em data que deve corresponder ao princípio de 1847, disse, em requerimento dirigido ao bispo do Porto, que «pretendendo reedificar uma propriedade de casas na sua Quinta de



Outro aspecto da casa dos Condes de Fijó, com seu brasão.

Fijó, na dita freguesia, e desejando também reedificar a Capela Pública que se achava unida à antiga propriedade da invocação de S. Bento e S. José — **erecta e patrimoniada** por Manuel Pereira de Castro Falcão», pedia que se concedesse a necessária licença para a dita reedificação — «em razão da nova propriedade ter recuado na frente e o supt.e desejar que a nova capela faceie com a propriedade e fique como tencionada com maior grandeza e esplendor».

O Bispo do Porto mandou ao Vigário da Vara para informar, em 8 de Fevereiro de 1847.

O parecer deste (Joaquim António Pereira de Sousa), datado de = Residência de S. Martinho de Arada 15 de Fevereiro de 1847, foi favorável: «É verdade a existência da capela de que se trata, a qual o Supp.^o seus passados tem conservado, fazendo nela celebrar o Santo Sacrifício da Missa em todos os dias de preceito para elle e sua familia ouvir e também para muito povo que ahí concorre».

Confirma que a casa recuou e que assim se devia reedificar a capela para a faciar e para a comunicação desta com aquela.

Contudo nota: «Não posso informar V. Ex.^a se esta capela é ou não patrimoniada».

O Bispo atendeu em 8 de Abril de 1847.

Foi autorizada a bênção por portaria de 23 (deve ser 13) de Setembro de 1848 por o vigário da Vara

entender que ela estava «decente» e ter «Paramentos e utensilios necessários para a celebração do St.^o Sacrifício da Missa».

Em cumprimento daquela portaria, foi visitada, pelo Vigário da Vara do terceiro distrito da comarca eclesiástica da Feira, Joaquim António Pereira de Sousa Cavaleiro, da Ordem de Christo — em 22 de Setembro de 1848, a «nova Capella publica que faz parte da fronteira de Cazas de António de Castro Corveira Corte Real da Vila da Feira, e da invocação de São Bento e S. José e como a achava muito decente e provida de todos os Paramentos e mais utensilios necessários para a Celebração do Santo Sacrifício da Missa a benzia pela autorização que por Sua Ex.^a R.^{ma} o Sr. Bispo desta Diocese lhe foi dada em Portaria de 13 do corrente...»

Do referido livro das Visitações consta as que tiveram lugar, respectivamente, em 24 de Junho de 1762 e em Outubro de 1799. «Na capela de Manuel de Castro Falcão se reformará o frontal e se cairá por dentro a mesma Capella» (1762).

«A Capella de S. Bento que e de Francisco Joaquim do lugar de Fijó, necessita de ser forrada; portanto ordeno que no termo de seis meses seja forrada» (1799).

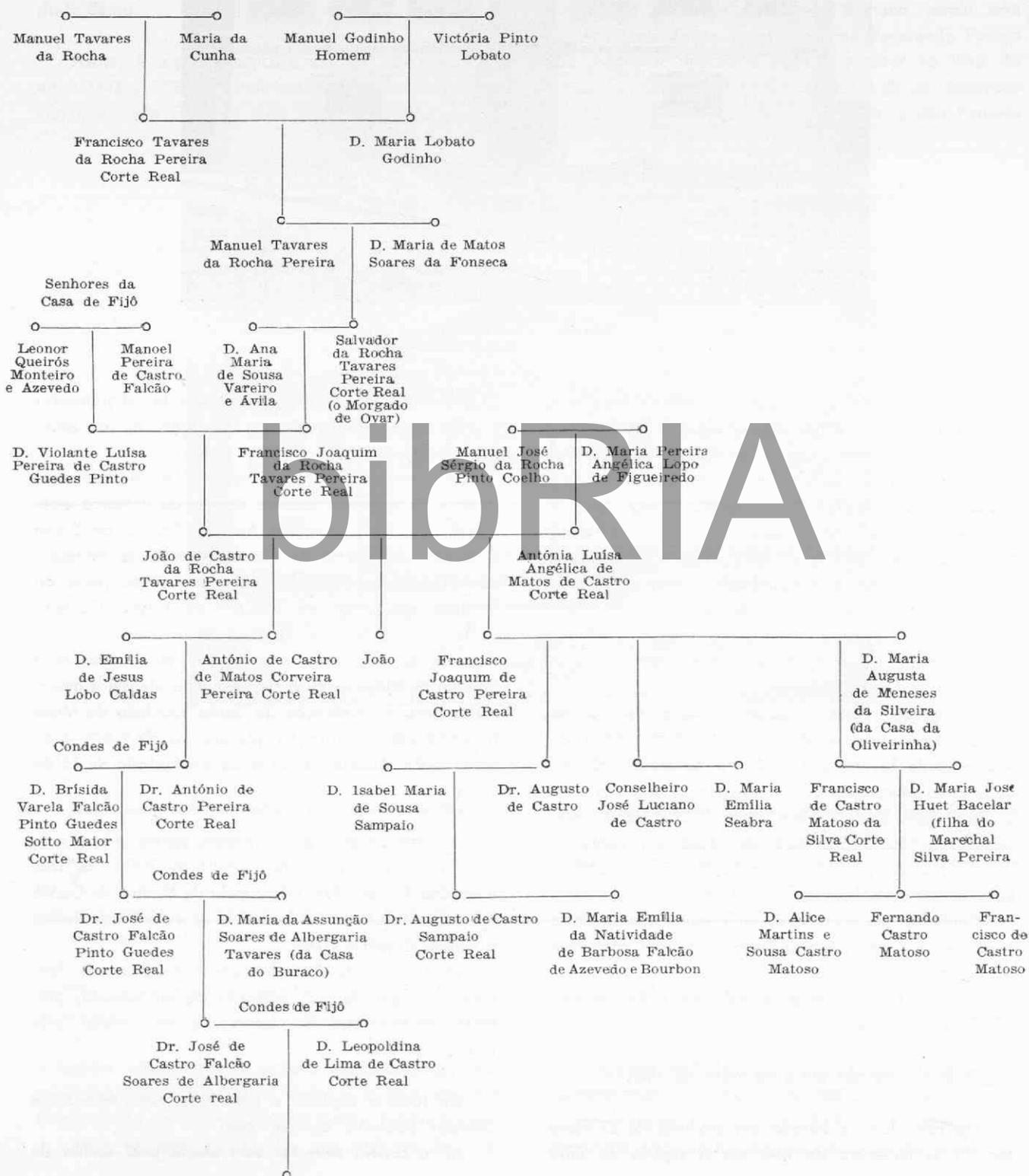
De todo o exposto e com base nas informações colhidas podemos concluir que:

a) a capela deve ter sido erecta pelo senhor da

CARTA GENEALÓGICA

DOS

CONDES DE FIJÔ



Com descendência

quinta de Fijô, Manuel Pereira de Castro Falcão, entre 1742 e 1758;

b) tomou a natureza de «Capella Publica» e nela foi instituído, por aquele, um vínculo «erecta e patrimoniada por Manuel Pereira Castro Falcão» o que confirma a suposição lançada pelo Vigário Quintela «que dizem ser vínculo de Manuel Pereira Falcão»;

c) em 1799 pertencia a seu genro o Sargento-Mor Francisco Joaquim da Rocha Tavares Pereira Corte Real, casado com sua filha Violante Luísa Pereira de Castro Guedes Pinto e em 1847 ao neto deste Francisco Joaquim, o capitão-mor António de Castro Corveira Corte Real;

d) foi reedificada no ano de 1848, junto à casa da residência, também então reedificada, no local da antiga, embora mais recuada.

Quanto ao Manuel Pereira de Castro, em ligação com a quinta de Fijô, algo posso informar.

No citado tombo da «Casa e Estado do Infantado» encontram-se, entre outras, as seguintes referências aos proprietários desta quinta de Fijô.

a) títulos e auto de reconhecimento, respectivamente de 18 de Setembro e 19 de Outubro de 1753, do que possuíam no Chão do Carvalho, **Manuel Pereira de Castro e sua mulher**, de Fijô (fls. 406 a 409 e 409 a 410);

b) título de reconhecimento de 4 de Abril de 1754 que fizeram **Manuel Pereira de Castro e sua mulher D. Leonor de Queirós**, moradores na sua quinta de Fijô, desta vila (fls. 380 a 383);

c) reconhecimento de 26 de Abril de 1754 que fizeram «**Manuel Pereira de Castro e sua mulher D. Leonor de Queirós**, do lugar de Fijô—no casal das Eiras chamado Clérigo, no assento que algum dia foram casas sobradadas junto ao caminho deste mesmo lugar de Fijô e um chão pela parte do sul que tudo foi de João Soares Pereira e Sousa Gomes» (fls. 221 e 222). Há que averiguar se este João Soares Pereira e Sousa Gomes era parente do Manuel Pereira de Castro;

d) reconhecimento em 26 de Abril de 1754 por parte de **Manuel Pereira de Castro e mulher** de Fijô em terras que pertenceram ao Casal do Clérigo (fls. 223 a 231).

Neste título diz-se «esta medicação se acha conforme a antiga por se achar toda a dita terra mista com a quinta dos possuidores dele Manuel Pereira de Castro e sua mulher. É a que foi de... Sousa e depois

de João Soares Pereira e José Gomes como consta da medição antiga...»;

e) reconhecimento de 25 de Outubro de 1754 da obrigação imposta no «chão chamado das Guimbras» — a confinar do norte com terras de Fernando de Matos Mascarenhas e **Manuel Pereira de Castro** (fls. 192 a 195);

f) reconhecimento que, em 3 de Dezembro de 1754, fizeram **Manuel Pereira de Castro e sua mulher D. Leonor Pereira**, moradores em Fijô, desta vila, pelo que possuem das «terras de senhorinha Annes» (fls. 151);

g) título de reconhecimento de 30 de Janeiro de 1755, do campo chamado de Gavinhos, pertencente ao casal de Gavinhos de António José Saraiva Castelo Branco, a confrontar do sul com **Manuel Pereira de Castro**, de Fijô (fls. 376 a 379).

No fim do século XVIII e princípios do XIX, a capela estava aberta ao culto como se verifica, pelo baptizado aí feito, em 23 de Setembro de 1798, de João, filho do capitão-mor João de Castro, daquela visitação de 1899 e da referência que encontrei no livro de contas e diário de Manuel da Costa Pacheco, onde são referidas missas que lá se rezaram ainda nos primeiros anos daquele século XIX.

Reedificada em 1848, continuou aberta ao culto.

Em data que não posso determinar foi profanada e destinada a diversas utilidades até que, em 1949, foi demolida, para alargamento da rua dos Condes de Fijô.

Segundo me informaram, ao cavar o leito para esse alargamento, encontraram-se ossadas em área que devia corresponder ao local da antiga capela, demolida em 1848, o que leva a crer que, no seu pavimento, se fizeram enterramentos.

Como tenho feito, quanto às capelas particulares, passo a referir-me à família que a possuiu a partir do já mencionado Manuel Pereira de Castro Falcão, conforme árvore genealógica que publico.

Este **Manuel Pereira de Castro Falcão**, senhor da casa de Fijô e morgado de Sernadelo, de Penaguião, foi casado com D. Leonor Queirós Monteiro e Azevedo, de onde proveio como filha única, D. Violante Luísa Pereira de Castro Guedes Pinto, ou como diz Felg. Gaio, D. Violante Luísa Pereira de Castro de Queirós e Azevedo, que sucedeu a seu pai e casou com **Francisco Joaquim da Rocha Tavares Pereira Corte Real**,

cavaleiro professo da Ordem de Cristo, sargento-mor de Ovar, juiz dos direitos reais, que foi de propriedade, no condado da Feira e almoxarife de S. Alteza.

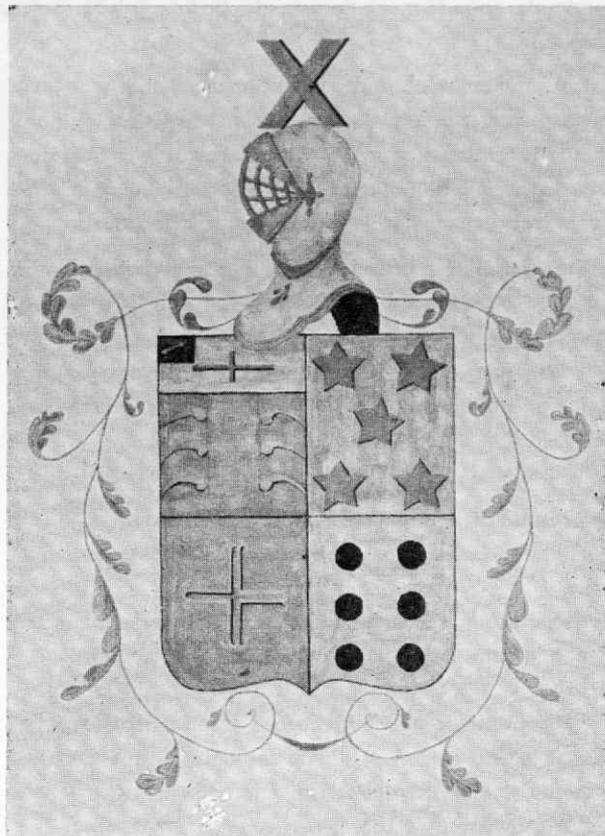
Sucedeu-lhe seu filho **João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real**, que nasceu a 13 de Março de 1755 e casou com D. Antónia Luísa Angelina Sargento de Matos de Castro Corte Real, de Bedoído.

Foi sargento-mor de Ovar de 1785 a 1797 e, depois, capitão-mor na Vila da Feira e juiz dos direitos reais, que foi de propriedade, almoxarife do Condado da Feira, na Vila da Feira.

Era tabelião na Feira em 1789.

Está enterrado na Igreja de S. Nicolau desta vila, em campa armoriada, junto ao altar do Sagrado Coração de Jesus.

A pedra tumular referenciada por «Casa de Fijó» está encimada por um escudo de armas esquartelado com coroa de nobreza (7 pérolas), com a data de MDCCCIV. No primeiro quartel tem as armas dos Rochas [em campo de prata uma aspa vermelha firme carregada de cinco vieiras (conchas) de ouro]; no

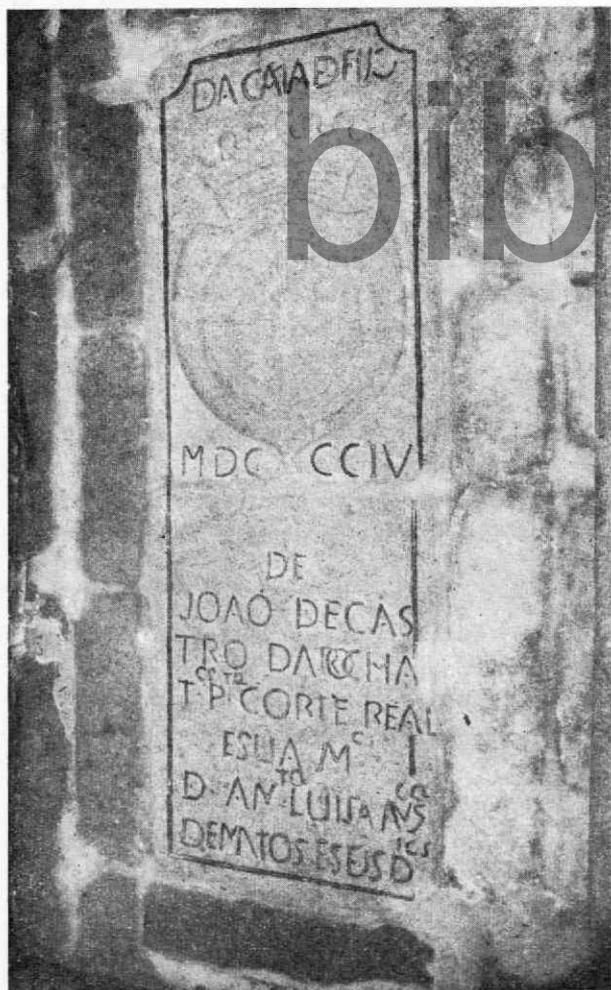


Brasão concedido por D. João VI, ainda como príncipe regente, a João de Castro da Rocha Tavares Pereira Corte Real, por carta de 2 de Abril de 1813.

segundo, as dos Castros (em campo de prata seis arruelas de azul, postas em duas palas); no terceiro as dos Pintos (em campo de prata cinco crescentes de lua vermelhos com as pontas para cima, postas em sautor); no quarto as dos Tavares (em campo de ouro cinco estrelas vermelhas de seis pontas postas em sautor).

Aquela data deve corresponder à feitura da pedra, porquanto ao João de Castro, que a mandou fazer, foi concedido em 2 de Abril de 1813, por D. João VI, como príncipe regente, brasão de armas, com escudo esquartelado, tendo no primeiro quadrante as armas dos Rochas, no segundo as dos Tavares, no terceiro as dos Pereiras (em campo vermelho uma cruz de prata florida e vazia do campo) e no quarto a dos Castros. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metais e cores das armas. Timbre dos Rochas que é a aspa das armas com uma das vieiras no centro e por diferença uma brica de prata com uma arruela vermelha.

Está registada a fls. 271 v. do L.º 7.º do livro de registo de «Brasões de Armas de Nobreza e Fidalguia do Reino e seus Domínios» (Arquivo Heráldico Genealógico do Visconde de Sanches de Baena, pags. 282



Pedra tumular, na igreja da freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira, junto ao altar do Sagrado Coração de Jesus.

n.º 1120 e «Casa solar da Oliveirinha», por Francisco de Moura Coutinho, in Arq. Dist. Av.—Vol. X, pags. 243 a 259).

Publica-se uma reprodução das armas que acompanham aquela carta.

João de Castro e sua mulher, tiveram como filhos:

a) João, que nasceu a 11 de Maio de 1798, baptizado solenemente na capela da casa de Fijô a 23 de Setembro seguinte.

Consta do respectivo registo de baptismo que: «Foram padrinhos o Príncipe Nosso Senhor Dom João e a Princesa Dona Carlota Joaquina que, por aviso de sua Magestade, tocaram por seus procuradores José de Queiroz Botelho de Almeida e Vasconcelos, corregedor desta comarca que tocou pelo Príncipe e pela Princesa, António de Sousa Veloso de Azevedo abade de Espargo testemunhas o Doutor Estanislau de Sousa e Joaquim Francisco».

Faleceu em Bedoido—Estarreja—de onde veio a enterrar, nesta vila, a 29 de Outubro do mesmo ano de 1798, no adro defronte da igreja matriz, em campa que foi armoriada com as armas concedidas a seu pai pela aludida carta de 2 de Abril de 1813, o que se reproduz em fotografia.

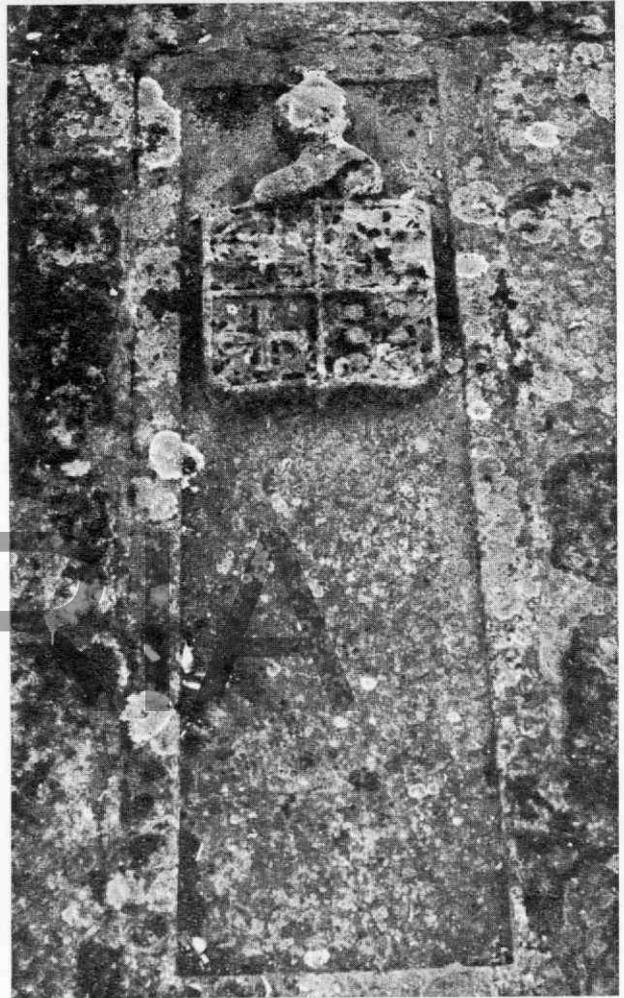
b) Francisco Joaquim de Castro Pereira Corte-Real que, de sua mulher D. Maria Augusta de Meireles da Silveira, da casa da Oliveirinha, teve, como filhos, o conselheiro José Luciano de Castro, casado com D. Maria Emilia Seabra, Francisco de Castro Matoso de Sousa Corte-Real, casado com D. Maria José Huete Bacelar (filha do marechal de campo José da Silva Pereira, desta vila) e Dr. Augusto Maria de Castro, casado com D. Isabel Maria de Sousa Sampaio, pai do escritor, dramaturgo, jornalista e publicista, Dr. Augusto de Castro Sampaio Corte-Real, que foi escritor e director do «Diário de Notícias».

c) **António de Castro Corveira Pereira Corte-Real**, casado com D. Emilia de Jesus Lobo Caldas, da casa da Porta, em Tagilde, Guimarães, que deu continuidade à casa, como senhor da casa e quinta de Fijô: nasceu em 4 de Agosto de 1800.

Era fidalgo cavaleiro da Casa Real, fidalgo de Cota d'Armas, comendador da Ordem de Cristo e foi administrador do concelho da Feira, presidente, vice-presidente e vogal da sua Câmara Municipal e fez parte do seu Conselho Municipal. D. João VI, em 15 de Abril de 1825, concedeu-lhe carta de brasão, que está registada no L.º 8.º do já falado registo de Brasões.

O brasão que dela consta é formado por um escudo esbartelado, tendo no primeiro quartel as armas

dos Corte-Reais (em campo vermelho seis costas de prata firmadas no escudo postas em duas palas: chefe de prata carregado de uma cruz de S. Jorge, de vermelho), no segundo as dos Tavares, no terceiro as dos Pereiras e no quarto as dos Castros. Elmo de prata aberto guarnecido de ouro. Paquife dos metais e cores das armas. Timbre dos Corte-Reais, que é uma cruz de vermelho posta sobre o Elmo e por diferença uma brica de azul com farpão de ouro.



Pedra tumular junto ao cruzeiro, no adro que está defronte da igreja da freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira.

Aquele brasão que acompanha a carta, que se reproduz em fotografia, tem o timbre dos Rochas e não o dos Corte-Reais.

Faleceu em 8 de Outubro de 1872 e está enterrado no cemitério desta freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira, em campa coberta por pedra ornada com este brasão, com timbre dos Rochas, o que também se reproduz em fotografia.

António de Castro, daquele seu casamento, teve como filho e sucessor na casa, o **Dr. António de Castro**

Pereira Corte-Real, nascido em Janeiro de 1846, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, que foi casado com D. Brísida Varela Falcão Pinto Guedes Sotto Maior Corte Real, filha herdeira de José António da Silva Varela Falcão Sotto Maior, senhor da casa de Paçô, de S. João de Vêr deste concelho da Feira e de sua mulher D. Ana Carolina Pinto Guedes, da casa do Paraíso, da cidade do Porto.

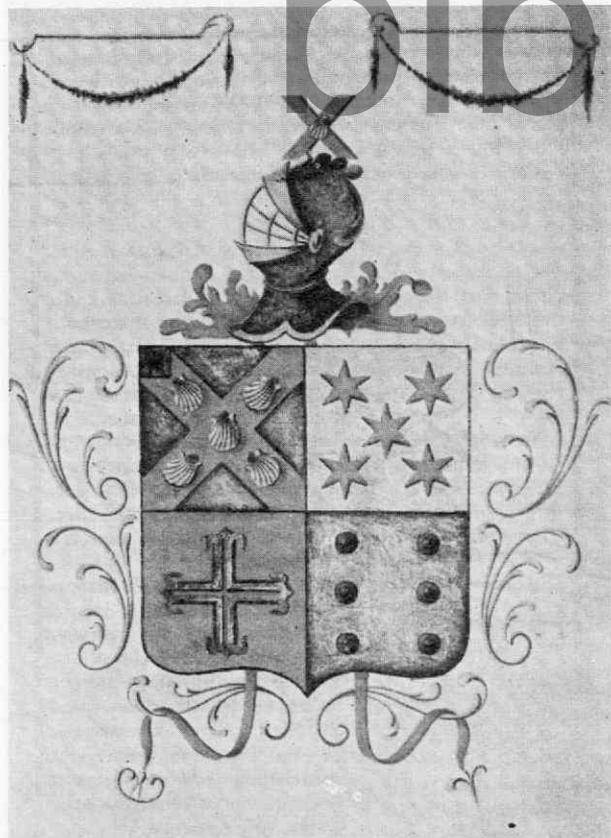
Foi deputado (1881, 1884, 1885 e 1895), presidente da Câmara Municipal da Feira (1882 até 1886), juiz substituto (1881 a 1904) e chefe do partido regenerador neste concelho.

Foi o primeiro Visconde de Fijô (carta régia de 31 de Dezembro de 1902), título que lhe foi concedido em duas vidas e, em seguida, foi agraciado com o título de Conde, numa só vida (carta régia de 28 de Outubro de 1903).

Faleceu em 19 de Maio de 1905.

Está sepultado na campa de seu pai.

D. Carlos I, em 15 de Março de 1897, concedeu-lhe carta de brasão por se ter verificado «a sua descendência das ilustres famílias Corte-Real, Tavares, Pereira e Castros, fidalgos d'antiga linhagem, cota d'armas e de solar conhecido, parentesco comprovado por documentos autênticos, arquivados no cartório de nobreza».



Brasão concedido por D. João VI a António de Castro Corveira Corte Real, por carta de 15 de Abril de 1825.



Pedra tumular que, no cemitério de Vila da Feira, cobre a campa de António de Castro Corveira Corte Real e do Dr. António de Castro Pereira Corte Real.

É formado por um escudo esquartelado tendo no primeiro quartel as armas dos Corte-Reais, no segundo as dos Tavares, no terceiro as dos Pereiras, e no quarto as dos Castros. Elmo de prata aberto, guarnecido d'ouro e forrado de vermelho. Paquife dos metais e cores das armas. Timbre o dos Corte-Reais, que é um laço armado de prata, enfiada nela uma bandeira deste metal farpada de duas pontas carregadas duma cruz como a das armas. E por diferença uma brica d'azul com um farpão d'ouro.

A ascendência de nobreza atribuída ao Dr. António de Castro corresponde à que foi reconhecida nas já citadas cartas de brasão de 2 de Abril de 1813 e de 15 de Abril de 1825.

Desta forma verifica-se que os senhores da casa de Fijô descendem dos Condes da Feira e dos morgados de Castelões, Argoncilhe, Pigeiros e Roge.

O alvará de fidalgo cavaleiro a favor do Dr. António de Castro foi mandado passar por despacho de

20 de Dezembro de 1897 e recebeu a assinatura real em 20 de Janeiro de 1898.

Sucedeu-lhe, na casa de Fijô, o filho, daquele seu casamento, **Dr. José de Castro Falcão Pinto Guedes Corte Real**, nascido em 20 de Abril de 1877, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, que casou em 12 de Janeiro de 1903 com D. Maria da Assunção Soares de Albergaria Tavares, da casa do Buraco, do Couto de Cucujães e da casa de Refojos (Vale de Cambra).

Foi o segundo Visconde e Conde de Fijô.

Grande defensor dos interesses e da integridade do concelho e da comarca da Feira, como já o fora seu pai, foi conselheiro municipal em diversas gerências.

Era fidalgo cavaleiro da Casa Real.

Faleceu em 25 de Outubro de 1945.

Sucedeu-lhe, na mesma casa, o filho — **Dr. José de Castro Falcão Soares de Albergaria Corte-Real**, nascido em 10 de Outubro de 1903, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra.

Casou com D. Leopoldina de Lima de Castro Corte Real. Contam-se entre os beneméritos da Vila da Feira.

Foi o terceiro a usar o título de Conde de Fijô e era cavaleiro do Santo Sepulcro e sócio honorário da «Casa da Vila da Feira e Terra de Santa Maria», sendo distinguido com a comenda de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.

Faleceu em 21 de Maio de 1972.

Daquele seu casamento, teve os seguintes filhos:

a) José Luciano de Castro Teixeira de Lima Soares de Albergaria Corte-Real (Visconde de Fijô), solteiro;

b) Dr. Aníbal de Lima Soares de Albergaria Tavares de Castro Corte-Real, casado com D. Maria Teresa Fernandes da Costa Alemão Teixeira, ela descendente da Casa da Portela, de Paços de Brandão, deste concelho: com geração;

c) António de Castro Lima Pereira Tavares Corte-Real, casado com D. Maria José Amado de Matos Mascarenhas de Mancelos e Seiça de Moncada: com geração;

d) D. Maria José Soares de Albergaria Corte Real, casada com o engenheiro agrónomo Francisco José Manso Lemos de Mendonça: com geração.

Estudada a descendência de Francisco Joaquim da Rocha Tavares Pereira Corte-Real (pai do João de Castro) passo, agora, à sua ascendência.

Era filho de Salvador da Rocha Tavares e Pereira Corte-Real, casado com D. Ana Maria de Sousa Vareiro e Ávila (na carta de brasão concedida ao João de Castro em 2 de Abril de 1813 diz-se Vieira em vez de

Vareiro, o que é um evidente lapso), filha do desembargador Dionísio de Ávila.

Foi morgado de Castelões, S. Martinho de Argoncilhe, Ovar e morgado e padroeiro da igreja de Pigeiros, Senhor da quinta e Honra deste nome, do concelho da Feira, sendo ela descendente dos senhores do Gafanhão.

Quanto a ele diz Diogo Barbosa Machado na sua «Biblioteca Lusitana», tomo 3.º, pág. 670: «Instruído na lingua latina aprendeu Filosofia no Colégio do Porto dos Padres Jesuitas, donde passou à Universidade de Coimbra e estudou Jurisprudência, Pontificia de cuja aplicação divertio a administração da sua Casa que herdara por morte de seu Pai...

Teve grande notícia de Filosofia, Moral, História sagrada e profana como também de genealogia... Compuz Genealogia da Nobreza da Comarca da Feira e Província de Entre Douro e Minho onde se trata historicamente os principios dele e dos Infanções em particular».

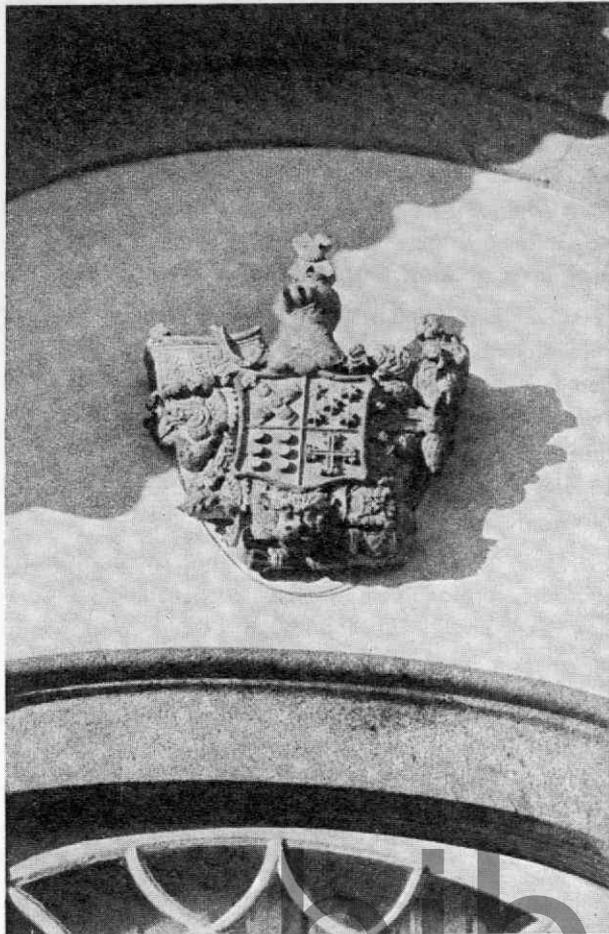
Faleceu em 5 de Dezembro de 1748, sendo sepultado, bem como sua mulher, na igreja de Pigeiros.

Levou o brasão de armas da casa da Quinta de Pigeiros, já usado por seu pai, para a sua casa da Praça, de Ovar (Santa Maria de Pigeiros da Terra da Feira, pelo padre Domingos A. Moreira, pag. 52): da sua leitura vê-se que era formado por um escudo esquartelado tendo no primeiro quadrante as armas dos Rochas, no segundo as dos Tavares, no terceiro as dos Pintos e no quarto das dos Pereiras (J. F. Teixeira de Pinho — Memórias e data para a história da vila de Ovar, págs. 296 e Dr. Zagalo dos Santos — Ovar na literatura e na arte, págs. 148 e 149).

O pai de Salvador da Rocha, de nome Manuel Tavares da Rocha Pereira, que foi casado com D. Maria de Matos Soares da Fonseca, também foi morgado e padroeiro da igreja referida de Pigeiros, onde está sepultado na capela mor, do mesmo modo que seu pai Francisco Tavares da Rocha Pereira Corte-Real, que além daquele morgadio e padroado foi também morgado de Roge e vivia no Porto em 1659.

Este foi casado com D. Maria Lobato Godinho, filha de Manuel Godinho Homem e de sua mulher Vitória Pinto Lobato, herdeira do morgadio de S. Martinho de Argoncilhe e da quinta de S. Francisco «ao pé da Misericórdia da Vila da Feira», a que adiante me referirei.

Felg. Gaio, no T. quarto dos Costados número 47 a pag. 87, refere-se a «Francisco Guedes, sr. da Casa de



Brasão aposto na casa dos Condes de Fijô.

Fijô por sua m.er — D. M.^a Lobato Pinto sr.^a da Casa de Fijô.

Faz uma chamada a tt.^o de Pintos § 248 mas neste § não encontrei referência a qualquer daqueles senhores da casa de Fijô.

Francisco Tavares, por sua vez, era filho de Manuel Tavares da Rocha, que também usava os apelidos de Pereira Pinto Corte-Real, senhor e administrador dos morgadios de Castelões e Pigeiros e de sua mulher Maria da Cunha.

*
* * *

Na frente da casa de Fijô, sobre a varanda, existe um brasão com escudo esquartelado, tendo no primeiro quadrante as armas dos Rochas, no segundo as dos Tavares, no terceiro as dos Castros e no quarto as dos Pereiras e por timbre as dos Rochas.

Na face sul da casa encontra-se, sobre uma varanda, uma coroa de conde com o timbre dos Corte-

-Reais: antes das últimas obras, feitas na casa, este emblema situava-se entre duas janelas com varandas. Publicam-se as respectivas fotografias.

*
* * *

Na matriz provisória de 1854 a casa e quinta estão inscritas a favor de António de Castro Corveira Corte Real = «335—1 morada de casas com capela, lojas e 1.^o andar sitas em Fijô.

2) Uma quinta que se compõe de lavradio e mato, ramadas, árvores de vinho e fruta junto à dita casa».

A quinta de Fijô foi descrita na Conservatória da comarca, pelo Dr. António de Castro Pereira Corte Real, em 25 de Julho de 1883, com o número 13816, a fls. 75 do L. B-41:

«Prédio formado por a Quinta de Fijô, da freguesia desta Vila da Feira, composta de casas sobradadas com sua capela e terreno em frente, casas térreas, campos lavradios, matos, moinhos, jardim, pomares, águas de rega do rio e de minas e mais pertenças e servidões



Coroa encimada pelo timbre dos Corte-Reais, aposto na fachada sul da casa dos Condes de Fijô.

activas, a confinar do norte com a estrada, do nascente com o rio, com D. Inez de Castro Corte Real, com Bernardino Maciel Ferraz de Lima e com a estrada do Castelo, do sul com esta estrada e com Luciana Lucinda Pinto Brandão, do poente com D. Brísida Benedita Augusta de Magalhães, da casa do Buraco e com Francisco Maria de Sousa Brandão».

A inscrição do prédio a favor do Dr. António de Castro foi feita por, na escritura de partilha dos bens de seu pai comendador António de Castro Corveira Corte-Real, lavrada em 22 de Dezembro de 1872, pelo notário que foi desta vila Francisco Pereira Pinto de Lemos (mais tarde Conde das Devesas), lhe terem sido adjudicados todos os bens imobiliários que ao de cujus pertencia e possuía no concelho da Feira.

Pelo falecimento deste Dr. António de Castro e por força da respectiva escritura de partilhas de 3 de Fevereiro de 1967, lavrada nesta Vila da Feira, a quinta de Fijô foi adjudicada ao filho — Dr. José de Castro Falcão Pinto Guedes Corte-Real.

Por sua vez, por falecimento deste, por força da escritura de partilhas de 10 de Dezembro de 1948 e da escritura de 28 de Dezembro de 1951, o prédio, com seus acréscimos, foi adjudicado ao filho Dr. José de Castro Soares de Albergaria Corte Real.

Hoje, por morte deste, o prédio está em compropriedade hereditária entre seus filhos.

Desde a primeira inscrição a favor do Dr. António de Castro, até hoje, a quinta de Fijô beneficiou-se de muito acréscimo territorial.

*
* * *

A partir do alargamento da rua dos Condes de Fijô, que levou à demolição da capela de S. Bento, o prédio foi sujeito a uma profunda reforma e alteração da sua estrutura, com manifesto benefício, como se pode ver pelo confronto das fotografias que se publicam.

Anteriormente, a casa também sofreu reforma, na sua fachada principal, no tempo do 2.º Conde de Fijô (Dr. José de Castro Falcão Pinto Guedes Corte-Real).

LUGAR DA IGREJA

G

ERMIDA DO ESPÍRITO SANTO

Existiu no local onde está construída a capela mor da nossa Igreja Matriz e devia ser muito antiga.

Quando se fundou o mosteiro do Espírito Santo, nesta vila, houve dúvida entre o seu fundador D. Diogo Forjaz Pereira, quarto conde da Feira e os padres, reitor e deputados da casa do Porto (da congregação de S. João Evangelista) «a quem o capítulo tinha cometido todos os negócios focantes à execução do novo convento», sobre o local onde se devia construir o mosteiro.

Aquele queria que fosse onde então existia a ermida do Espírito Santo «por ficar mais perto do castelo (onde ele vivia) e com mais cómodo de a sua gente vir a ele e por outras muitas conveniências»: por sua vez, os padres desejavam que ela se implantasse no sítio da velha igreja de S. Nicolau, no lugar hoje designado pelo da Misericórdia, onde veio a ser instalada a capela de S. Francisco — «por ter largos passais para a cerca e ser sítio largo fora da vila, e mais acomodado para os fregueses continuarem os officios divinos e que com menos fábrica se podia principiar».

Vingou o critério do conde pois «no capítulo geral que se celebrou no ano de 1559 mandaram os padres capitulares se comesasse o mosteiro no sítio onde estava a ermida do Espírito Santo por ser vontade do conde a quem por fundador e particular amigo tínhamos obrigação de condescender com sua vontade», o que tudo se encontra na cit. ob. do P.º Jorge de S. Paulo — fl. 16 (cit. Arq. Dist. Aveiro — Vol. XXVI — pág. 196 e 197).

Do mesmo livro, lê-se a fls. 266 do mesmo Arq. e Vol. — «Des o ano de 1549 que D. Diogo 4.º conde da Feira pediu à religião lhe concedesse fazer um convento de seus religiosos nesta vila, até os anos de 1560 em que se lançou a primeira pedra da igreja...», o que é bem elucidativo.

A propósito do lançamento desta pedra diz o mesmo autor e naquele livro — a fls. 16 (cit. Arq. Vol. XXVI — pág. 197) «§ 4.º Havendo já sítio bastante para se dar princípio à igreja determinou o conde que fosse o dia de S. João ante porta latina o primeiro em que se lançasse a primeira pedra, e estando presente o padre Gonçalo da Cruz reitor do Porto; o conde D. Diogo, e a condessa D. Ana de Meneses (que era da casa dos Silvas regedores da relação) em o ano de 1560, sexta feira, dia de S. João ante porta latina, lançaram a primeira pedra da «capela mor»

(emendada para «igreja») com toda a solenidade possível assistindo toda a gente nobre desta vila: e dali por diante se foi continuando toda a obra da igreja e a mais que está feito no convento».

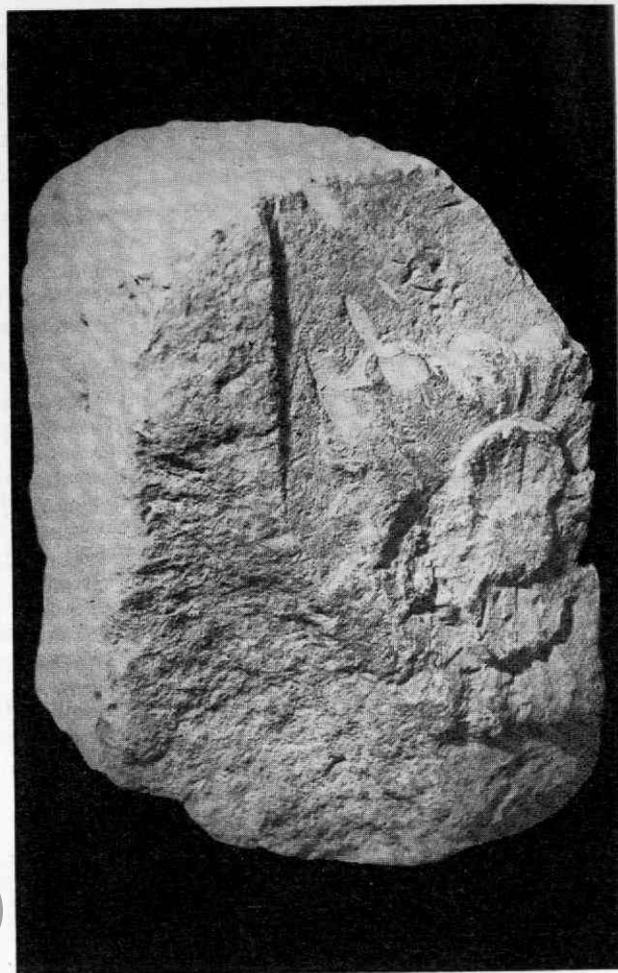
Do exposto, conclui-se que a ermida existia (já muito antiga) em 1559 e que deve ter sido demolida nesse ano ou em 1560, data em que se lançou a primeira pedra da nova igreja.

O Dr. Vaz Ferreira lançou num livro «para tomar notas avulsas sobre os objectos destinados ao Museu Municipal da Feira e existentes na Biblioteca Municipal», com início em 10 de Maio de 1943, a seguinte lembrança: «No dia 31 de Janeiro de 1944 o Presidente da Câmara Municipal... acompanhou à Biblioteca o arquitecto Rodrigues Lima, trazendo uma pedra de calcáreo branco lavrada proveniente da demolição da extrema nascente da parede sul do tribunal (antigo convento). Talvez seja um resto da ermida do Espírito Santo que existia no local onde em 1560 se começou a edificação da igreja e do convento.

Suposição difícil de provar.

Publica-se a fotografia dessa pedra.

E nada mais sei de tão velha ermida que foi coeva da antiga de S. Nicolau da Feira, ambas vencidas e demolidas a favor da nova igreja da freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira.



Pedra de calcáreo, lavrada, que se guarda no Museu Municipal da Feira.

No passado dia 2 de Dezembro teve lugar a sessão ordinária do Conselho do Distrito, a que presidiu o Senhor Engenheiro José Gamelas Júnior, Presidente da Junta Distrital.

Foi aprovado, por unanimidade, o **Plano de Actividade para 1974**.

Dada a importância de que se reveste aquele documento, a seguir e, na íntegra, se transcreve:

PLANO DE ACTIVIDADE PARA 1974

Dando cumprimento ao que determina o Código Administrativo, elaborámos, de acordo com a Junta Distrital, o plano anual de actividade e as bases do orçamento ordinário, que, de acordo com o estabelecido no mesmo Código, submetemos à consideração do digno Conselho do Distrito.

No ano que se avizinha pensa este Corpo Administrativo concretizar vários cometimentos de manifesto interesse para a respectiva autarquia.

A — FOMENTO

I — Planeamento Regional

Esta Junta Distrital continua esperançada em que a Comissão Regional do Centro consiga levar a cabo as importantes tarefas que a Lei lhe consigna, aguardando-se que o nosso Distrito — um dos mais prósperos do País — colha os benefícios por todos nós ambicionados.

II — Serviços Técnicos de Fomento

O interesse dos Municípios pela elaboração de estudos e projectos continua a aumentar consideravelmente pelo que haverá necessidade, no próximo ano, de, novamente, alargar o respectivo quadro do pessoal.

III — Secretaria

Tal como se havia previsto o ano passado, o considerável aumento de serviço nos demais departamentos

desta Autarquia, motivou, também, assinalável acréscimo de trabalho na Secretaria, pelo que foram criados e já estão providos, dois lugares de segundo-oficial.

IV — Prémios para Concursos Pecuários

Continuará a merecer a melhor atenção, a concessão de subsídios destinados à instituição de prémios para a realização de concursos pecuários.

Tal como aconteceu no ano que decorre, envidará esta Junta Distrital os melhores esforços, no sentido de a **Feira Exposição Agro-Pecuária de Aveiro** alcançar ainda mais prestígio, processando-se através de tão importante certame a concretização dos vários cometimentos que a Lei defere à Junta Distrital.

B — CULTURA

I — Construção do edifício do Arquivo Distrital

Para o ano que decorre, havia sido programada a construção de edifício próprio para o Arquivo Distrital, no terreno anexo ao edifício-sede, confinante com a Rua Engenheiro Oudinot.

Os Serviços competentes do Ministério da Educação Nacional emitiram parecer desfavorável à mesma construção, em virtude de o aludido terreno não reunir as condições legais exigidas.

Estudado o assunto, foi deliberado instalar o Arquivo Distrital de Aveiro no edifício-sede desta Junta Distrital, no rés-do-chão agora ocupado pelos Serviços Técnicos de Fomento, cujas instalações são já demasiadamente acanhadas, tendo por isso e como solução de emergência, sido ocupado o salão da biblioteca do primeiro andar e, também, o segundo andar, o que, como é óbvio, acarreta graves inconvenientes ao bom funcionamento dos Serviços.

Deste modo, no terreno desta Junta Distrital — inicialmente destinado ao Arquivo Distrital —, será implantado o edifício que no rés-do-chão contará com um amplo salão destinado, em princípio, para exposições, sendo os três pisos integralmente ocupados pelos Serviços Técnicos de Fomento.

É preocupação dominante deste Corpo Administrativo, intensificar, no ano que se avizinha, as atribuições de cultura, que, em boa verdade, até agora, não puderam ser prosseguidas com a projecção desejada, dadas as limitações orçamentais, resultantes dos pesados encargos que houve de suportar, por força do alargamento dos quadros do pessoal dos Serviços Técnicos de Fomento e, ainda, por causa da construção e apetrechamento do novo Internato Distrital de Aveiro já em pleno funcionamento.

Assim, no uso das atribuições de cultura, além da instalação condigna do Arquivo Distrital de Aveiro, pretende-se melhorar ainda, a já prestante Revista «Aveiro e o seu Distrito», levando-se também a cabo a publicação da obra em dois volumes «Lima Vidal no seu Tempo», da autoria do Rev.º Padre João Gonçalves Gaspar.

Outros cometimentos, no domínio da cultura, pensa esta Junta Distrital poder concretizar.

A competência deferida à junta Distrital em matéria de cultura vem expressa nos vários números do art.º 313.º do Código Administrativo.

Em ordem a possibilitar-se a concretização dos cometimentos ali referidos, é fundamental conhecer-se o que existe em todo o distrito. Para tanto, foi elaborado pormenorizado inquérito já remetido às Câmaras Municipais.

A demora verificada na remessa daqueles elementos começa a atrasar o estudo correspondente. Para obviar a tal inconveniente, foi encarregado um funcionário desta Junta Distrital de, junto das Câmaras Municipais colher, com a brevidade possível, os elementos necessários.

Julga-se que é chegado o momento de imprimir a maior celeridade às atribuições de cultura e tudo se fará para que assim possa efectivamente suceder.

C — ASSISTÊNCIA

I — Internato Distrital

Como tive o ensejo de referir em igual documento do ano que decorre, os encargos derivantes do funcionamento do novo Internato excederam todas as perspectivas e pesam consideravelmente no orçamento desta Junta Distrital.

A respectiva despesa só pode ser suportada desde que o Instituto da Família e Acção Social nos continue a ajudar, por força do acordo de cooperação em pleno vigor.

II — Casas da Criança

A estes estabelecimentos assistenciais continuará a Junta Distrital a dedicar a melhor atenção no sentido de prosseguirem os fins que presidiram à respectiva criação.

*

Eis, em síntese, o que nos propomos realizar no próximo ano.

Como é evidente esperamos a preciosa ajuda do Estado, através da concessão das necessárias participações, e, também, a vossa indispensável cooperação, Senhores Conselheiros, como, ainda, a franca colaboração de todos os membros da Junta Distrital que no exercício das funções para que foram eleitos têm demonstrado uma vontade de bem servir digna dos maiores encómos. Finalmente uma palavra para o funcionalismo desta Autarquia: mais ainda, se possível, é o que lhe pedimos.

Aveiro, 12 de Novembro de 1973.

O Presidente da Junta,
José Gamelas Júnior

bibRIA

NA CAPA:

- 1 — Capela do Parque de S. João da Madeira
- 2 — Chafariz de Neptuno—Ovar

Sumário

	Página
★ Página Heráldica	3
★ Hino de S. João da Madeira	6
★ Brasão de S. João da Madeira	9
Por Manuel Luís Leite Júnior	
★ Monografia de S. João da Madeira	12
★ Universidade de Aveiro	21
★ II Feira-Exposição Agro-Pecuária de Aveiro	28
★ Antologia Aveirense	29
★ O Cortejo das Oferteiras na Região de Vale de Cambra	32
Por M. Romero Vila	
★ Considerações sobre a Gente de Aveiro	37
Por Eduardo Cerqueira	
★ Importância dos prados temporários na renovação dos sistemas de produção agrícola na Região de Aveiro	49
Por Eduardo A. Ramalheira (Eng.º Agr.º)	
★ Freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira	58
Pelo Dr. Roberto Vaz de Oliveira	
★ Vária	99